



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES – CCHLA
DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA SOCIAL – PPGPS
DOUTORADO EM PSICOLOGIA SOCIAL

TEORIAS DA CONSPIRAÇÃO:
O CASO DA COVID-19 NO BRASIL NA REDE SOCIAL “X”

RENAN SILVA DE SOUSA

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA – UFPB

CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS LETRAS E ARTES – CCHLA

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA SOCIAL – PPGPS

GRUPO DE PESQUISA EM COMPORTAMENTO POLÍTICO – GPCP

**TEORIAS DA CONSPIRAÇÃO: O CASO DA COVID-19 NO BRASIL NA REDE
SOCIAL “X”**

Tese submetida ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social, da Universidade Federal da Paraíba, sob a orientação da Prof^a. Dr^a. Ana Raquel Rosas Torres, como requisito para a obtenção do grau de Doutor em Psicologia Social.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Ana Raquel Rosas Torres

Leitor Interno: Prof. Dr. Rômulo Lustosa Pimenteira de Melo

Leitor Externo: Prof. Dr. Anderson Scardua Oliveira

Leitor Externo: Prof. Dr. Pedro de Oliveira Filho

Leitora Externa: Prof^a. Dr^a. Sibelle Maria Martins de Barros

Catalogação na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

S725t Sousa, Renan Silva de.

Teorias da conspiração : o caso da COVID-19 no Brasil na rede social X / Renan Silva de Sousa. - João Pessoa, 2025.

166 f. : il.

Orientação: Ana Raquel Rosas Torres.

Tese (Doutorado) - UFPB/CCHLA.

1. Psicologia social. 2. Vacina - COVID-19. 3. Teorias da conspiração - Vacina. 4. Discurso - Argumentos. I. Torres, Ana Raquel Rosas. II. Título.

UFPB/BC

CDU 316.6(043)

ATA DE DEFESA DE TESE

Aos vinte e cinco dias do mês de março de dois mil e vinte e cinco, de modo remoto pelo Google Meet, reuniram-se em solenidade pública os membros da comissão designada pelo Colegiado do Programa de Pós-graduação em Psicologia Social (CCHLA/UFPB), para a defesa de Tese do aluno **RENAN SILVA DE SOUSA**– mat. 20211012867 (orientando(a), UFPB, CPF: 105.735.744-80). Foram componentes da banca examinadora: Prof.^(a) Dr.^(a) **ANA RAQUEL ROSAS TORRES** (UFPB, Orientadora, CPF: 267.442.364-15), Prof. Dr. **ROMULO LUSTOSA PIMENTEIRA DE MELO** (UFPB, Membro Interno ao Programa, CPF: 058.928.264-65), Prof. Dr. **ANDERSON SCARDUA OLIVEIRA** (UFCG, Membro Externo à Instituição, CPF: 052.321.767- 65), Prof. Dr. **PEDRO DE OLIVEIRA FILHO** (UFCG, Membro Externo à Instituição, CPF: 018.818.104-02) e Prof.^(a) Dr.^(a). **SIBELLE MARIA MARTINS DE BARROS** (UEPB, Membro Externo à Instituição, CPF: 023.913.484-28). Na cerimônia compareceram, além do(a) examinado(a), alunos de pós-graduação, representantes dos corpos docente e discente da Universidade Federal da Paraíba e interessados em geral. Dando início aos trabalhos, o(a) presidente da banca, Prof.^(a) Dr.^(a) **ANA RAQUEL ROSAS TORRES**, após declarar o objetivo da reunião, apresentou o(a) examinado(a) **RENAN SILVA DE SOUSA** e, em seguida, concedeu-lhe a palavra para que discorresse sobre seu trabalho, intitulado: “**TEORIAS DA CONSPIRAÇÃO: O CASO DA COVID-19 NO BRASIL NA REDE SOCIAL ‘X’**”. Passando então ao aludido tema, o aluno foi, em seguida, arguido pelos examinadores na forma regimental. Ato contínuo, passou a comissão, em secreto, a proceder a avaliação e julgamento do trabalho, concluindo por atribuir-lhe o conceito de “**APROVADO**”, o qual foi proclamado pela presidente da banca, logo que retornou ao recinto da solenidade pública. Nada mais havendo a tratar, eu, **Júlio Rique Neto**, Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social da UFPB, lavrei a presente ata, que depois de lida e aprovada por todos assino juntamente com os membros da banca. João Pessoa, 25 de março de 2025.

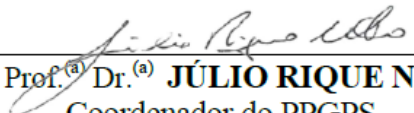
Documento assinado digitalmente
 **ANA RAQUEL ROSAS TORRES**
Data: 30/03/2025 09:18:01-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>
Prof.^(a) Dr.^(a) **ANA RAQUEL ROSAS TORRES**

Documento assinado digitalmente
 **PEDRO DE OLIVEIRA FILHO**
Data: 28/03/2025 12:23:30-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>
Prof. Dr. **PEDRO DE OLIVEIRA FILHO**

Documento assinado digitalmente
 **ROMULO LUSTOSA PIMENTEIRA DE MELO**
Data: 25/03/2025 15:16:44-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>
Prof. Dr. **ROMULO LUSTOSA PIMENTEIRA DE MELO**

Documento assinado digitalmente
 **SIBELLE MARIA MARTINS DE BARROS**
Data: 28/03/2025 08:52:59-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>
Prof.^(a) Dr.^(a) **SIBELLE MARIA MARTINS DE BARROS**

Documento assinado digitalmente
 **ANDERSON SCARDUA OLIVEIRA**
Data: 28/03/2025 13:50:52-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>
Prof. Dr. **ANDERSON SCARDUA OLIVEIRA**


Prof.^(a) Dr.^(a) **JÚLIO RIQUE NETO**
Coordenador do PPGPS

AGRADECIMENTOS

Começo esses agradecimentos com a seguinte frase: “Somos o resultado das pessoas que passam por nós e das experiências que significamos ao longo da vida.” E que bom que, felizmente, boas pessoas cruzaram meu caminho, me ensinaram — e ainda me guiam — a ser quem sou. Com isso, posso dizer: “O ferro com o ferro se afia, assim como o homem afia o homem.” Agradeço a todas as pessoas que construíram comunidade comigo, compartilhando saberes, experiências, vivências, amor e humanidade, ajudando-me a transformar minha existência e a dar contornos bonitos à vida.

Agradeço, inicialmente, à professora, amiga e orientadora Ana Raquel Rosas Torres por todo o carinho e acolhimento durante esse período. É a partir do seu olhar, cuidado, experiência e inteligência que me torno um pesquisador, professor, aluno e ser humano melhor. Obrigado por compartilhar seu saber e sua humanidade comigo; sou eternamente grato.

Agradeço ao professor Pedro de Oliveira Filho por toda a parceria, cuidado e orientação durante minha trajetória acadêmica. Seu direcionamento e acolhimento, desde os tempos de PIBIC na graduação, foram fundamentais para que eu compreendesse que era possível seguir a carreira acadêmica e sonhar em fazer mestrado e doutorado — o que hoje é uma realidade.

Agradeço a todos os professores que passaram por mim desde o ensino básico: os que me alfabetizaram, me instigaram, me ensinaram a ser e a não ser, os que me motivaram a aprender e mostraram que o conhecimento é a única ferramenta possível para a ascensão social e o desenvolvimento do pensamento crítico. Do mesmo modo, agradeço a todos os companheiros de sala de aula e do Grupo de Pesquisa em Comportamento Político (GPCP), que me ajudaram a expandir minha visão de mundo ao trazer outras perspectivas sobre o que aprendíamos em sala de aula. Agradeço também à Coordenação de Aperfeiçoamento de

Pessoal de Nível Superior (CAPES), que, por meio do auxílio da bolsa, possibilitou a continuidade dos meus estudos na pós-graduação.

Como mencionei, somos o resultado de todos aqueles que passam por nós. Mais especificamente, somos o resultado do amor que compartilham conosco ao experiencarmos o mundo. E esse amor foi a condição indispensável do meu processo de escrita durante toda a pós-graduação. Ao perceber minha mãe, Elza Silva Soares, levantando-se cedo para trabalhar — ela que é diarista, comerciante, artesã e, antes de tudo, forte! —, entendi o valor da persistência. Essa rotina me ensinou sobre a vida, mas, mais do que tudo, me ensinou a seguir meus sonhos e a não desistir daquilo que busco. Ela, com outras palavras, repetia aquilo que Guimarães Rosa um dia escreveu em *Grande Sertão: Veredas*: “O correr da vida embrulha tudo. A vida é assim: esquenta e esfria, aperta e daí afrouxa, sossega e depois desinquieta. O que ela quer da gente é coragem.” E foi a partir da sua coragem de criar e educar três filhos sozinha que passei a acreditar que tudo é possível.

Não poderia deixar de citar e agradecer aos meus irmãos, Rebeca e Ramon, e aos meus sobrinhos, Nicolás Gabriel, Luís Bernardo e João Guilherme. Cada um deles me complementa e me conduz durante o percurso da vida, seja com orientações, conselhos e “puxões de orelha” dos meus irmãos, seja na leveza, no sorriso e nas brincadeiras dos meus sobrinhos, que me ensinam e me possibilitam enxergar o mundo a partir de outros olhos, sob outras matizes, com outros contornos e cores. Essas experiências me permitem observar e atribuir às coisas a sua devida importância.

Agradeço a Deus e a Nossa Senhora por me sustentarem em todos os momentos de dificuldade. Quando achei que não seria possível concluir, nas dificuldades e nos bloqueios de escrita, foi por meio de muita oração e intimidade, compreendendo o mistério do abandono, que consegui aquietar o coração e seguir em frente.

A todos, meus sinceros agradecimentos.

“Cada promessa é uma ameaça; cada perda, um encontro. Dos medos nascem as coragens; e das dúvidas, as certezas. Os sonhos anunciam outra realidade possível e os delírios, outra razão.

Somos, enfim, o que fazemos para transformar o que somos. A identidade não é uma peça de museu, quietinha na vitrine, mas a sempre assombrosa síntese das contradições nossas de cada dia”.

Eduardo Galeano

RESUMO

Esta tese teve como objetivo identificar e analisar os argumentos utilizados pelos usuários do "X" (antigo Twitter) durante a pandemia de COVID-19, referentes à vacinação e aos seus efeitos colaterais. Interessou-nos observar como descrições, argumentações e artifícios retóricos variados foram mobilizados para persuadir os leitores, bem como para construir identidades de adversários e inimigos ao argumentarem sobre suas teorias. Para isso, apresentamos um trabalho composto por três artigos. O primeiro artigo apresenta uma revisão sistemática de estudos sobre teorias da conspiração publicados na área da psicologia entre 2009 e 2023. A análise dos resumos foi conduzida com o auxílio do software IRAMUTEQ. Os resultados evidenciaram que, nos últimos anos, houve um crescimento significativo de estudos sobre o tema. Essa revisão possibilitou a compreensão do cenário acadêmico e das lacunas existentes no Brasil em relação ao assunto. O segundo artigo busca, por meio da análise do discurso, observar o caráter argumentativo e retórico empregado pelos teóricos da conspiração na rede social "X", ou seja, identificar as principais estratégias discursivas utilizadas para tornar seu discurso convincente e aparentemente factual. Por fim, o terceiro artigo analisa a formulação de identidades de adversários e inimigos quando os teóricos da conspiração mencionam suas teorias na rede social "X". Para os dois últimos artigos, utilizou-se a API (*Application Programming Interface*) do "X" para selecionar as mensagens que atendiam aos critérios definidos, seguido da extração dos dados que formaram o *corpus* analisado. Após o tratamento e a organização dos dados, empregou-se o *software* requalify.ai para categorização e codificação, passando-se então à análise propriamente dita. O requalify.ai é um software de inteligência artificial (IA) que oferece suporte à análise de dados qualitativos. Após o *input* inicial — a partir dos objetivos do estudo e dos conceitos centrais para o reconhecimento do conteúdo pelo *software* —, os dados foram inseridos mensalmente, permitindo a organização dos códigos (*tags*). Com as mensagens codificadas em categorias temáticas, foram elaboradas questões analíticas relacionadas ao *corpus* com o auxílio da ferramenta "Q&A" do *software*, para, posteriormente, extrair as mensagens que seriam analisadas discursivamente. A análise de dados teve como perspectiva teórico-metodológica a Psicologia Social Discursiva, que compreende o discurso e a linguagem como ferramentas capazes de produzir, por meio de diferentes ações, a realidade social em que vivemos, seus grupos e suas dinâmicas. No segundo artigo, concluiu-se que os teóricos da conspiração, ao argumentarem sobre a vacinação, recorrem a quatro categorias fundamentais: (1) vacinação como mecanismo de controle; (2) vacinação, interesses econômicos e ocultos; (3) origem do vírus, das vacinas e de suas tecnologias; e (4) efeitos colaterais da vacinação. Ao narrarem suas posições, utilizam diversas estratégias discursivas e artifícios retóricos para atingir seus objetivos. No terceiro artigo, observou-se que os teóricos da conspiração concentram sua crítica em dois tipos de atores sociais — atores políticos e atores econômicos — para a produção de identidades antagônicas. Esses e outros resultados contribuem para a compreensão dos procedimentos empregados para tornar seu discurso aparentemente factual, visando à adesão dos leitores à não vacinação e a tratamentos alternativos sem comprovação científica. Entretanto, devido à complexidade do grupo e à sua constante transformação e alteridade, recomendam-se novos estudos, a fim de compreender essas estratégias discursivas em outros contextos, bem como a identificação de outros adversários e inimigos das suas teses.

Palavras-chave: Teorias da conspiração; vacina; COVID-19; argumentos; discurso; identidade.

ABSTRACT

This thesis aimed to identify and analyze the arguments used by users of "X" (formerly Twitter) during the COVID-19 pandemic regarding vaccination and its side effects. We sought to observe how various descriptions, arguments, and rhetorical devices were mobilized to persuade readers, as well as to construct the identities of adversaries and enemies when arguing about their theories. To this end, we present a body of work composed of three articles. The first article offers a systematic review of studies on conspiracy theories published in the field of psychology between 2009 and 2023. The analysis of the abstracts was conducted with the aid of the IRAMUTEQ software. The results revealed that, in recent years, there has been a significant increase in studies on the topic. This review allowed for an understanding of the academic landscape and the existing gaps in Brazil regarding the subject. The second article seeks, through discourse analysis, to observe the argumentative and rhetorical character employed by conspiracy theorists on the social network "X," that is, to identify the main discursive strategies used to make their discourse convincing and apparently factual. Finally, the third article analyzes the construction of adversary and enemy identities when conspiracy theorists mention their theories on "X." For the latter two articles, the "X" API (Application Programming Interface) was used to select messages that met the defined criteria, followed by the extraction of the data that formed the analyzed corpus. After processing and organizing the data, the requalify.ai software was employed for categorization and coding, leading to the proper analysis. Requalify.ai is an artificial intelligence (AI) software that supports the analysis of qualitative data. Following the initial input — based on the study's objectives and the key concepts for content recognition by the software — the data were entered monthly, enabling the organization of codes (tags). With the messages coded into thematic categories, analytical questions related to the corpus were developed with the aid of the software's "Q&A" tool, subsequently extracting the messages that would be analyzed discursively. The data analysis was based on the theoretical-methodological framework of Discursive Social Psychology, which understands discourse and language as tools capable of producing, through different actions, the social reality in which we live, including its groups and dynamics. In the second article, it was concluded that conspiracy theorists, when arguing about vaccination, resort to four fundamental categories: (1) vaccination as a mechanism of control; (2) vaccination, hidden and economic interests; (3) origins of the virus, vaccines, and their technologies; and (4) side effects of vaccination. In presenting their positions, conspiracy theorists employ various discursive strategies and rhetorical devices to achieve their goals. In the third article, it was observed that conspiracy theorists focus their criticism on two types of social actors — political and economic actors — for the production of antagonistic identities. These and other findings contribute to understanding the procedures used to make their discourse appear factual, aiming to persuade readers against vaccination and towards unproven alternative treatments. However, due to the group's complexity and its constant transformation and alterity, further studies are recommended to better understand these discursive strategies in other contexts, as well as to identify new adversaries and enemies of their theses.

Keywords: Conspiracy theories; vaccine; COVID-19; arguments; discourse; identity.

RESUMEN

Esta tesis tuvo como objetivo identificar y analizar los argumentos utilizados por los usuarios de "X" (antes Twitter) durante la pandemia de COVID-19 en relación con la vacunación y sus efectos secundarios. Nos interesó observar cómo se movilizaron diversas descripciones, argumentaciones y recursos retóricos para persuadir a los lectores, así como para construir identidades de adversarios y enemigos al argumentar sobre sus teorías. Para ello, presentamos un trabajo compuesto por tres artículos. El primer artículo ofrece una revisión sistemática de estudios sobre teorías de la conspiración publicados en el área de la psicología entre 2009 y 2023. El análisis de los resúmenes se realizó con la ayuda del software IRAMUTEQ. Los resultados revelaron que, en los últimos años, ha habido un aumento significativo de estudios sobre el tema. Esta revisión permitió comprender el panorama académico y las lagunas existentes en Brasil respecto al asunto. El segundo artículo busca, mediante el análisis del discurso, observar el carácter argumentativo y retórico empleado por los teóricos de la conspiración en la red social "X", es decir, identificar las principales estrategias discursivas utilizadas para hacer que su discurso sea convincente y aparentemente fáctico. Finalmente, el tercer artículo analiza la construcción de identidades de adversarios y enemigos cuando los teóricos de la conspiración mencionan sus teorías en "X". Para los dos últimos artículos, se utilizó la API (Application Programming Interface) de "X" para seleccionar los mensajes que cumplieran con los criterios definidos, seguido de la extracción de los datos que conformaron el corpus analizado. Tras el tratamiento y la organización de los datos, se empleó el software requalify.ai para la categorización y codificación, dando paso al análisis propiamente dicho. Requalify.ai es un software de inteligencia artificial (IA) que brinda soporte para el análisis de datos cualitativos. Después de la entrada inicial — a partir de los objetivos del estudio y de los conceptos centrales para el reconocimiento del contenido por parte del software —, los datos fueron ingresados mensualmente, lo que permitió la organización de los códigos (etiquetas). Con los mensajes codificados en categorías temáticas, se elaboraron preguntas analíticas relacionadas con el corpus con la ayuda de la herramienta "Q&A" del software, para posteriormente extraer los mensajes que serían analizados discursivamente. El análisis de datos se basó en el marco teórico-metodológico de la Psicología Social Discursiva, que comprende el discurso y el lenguaje como herramientas capaces de producir, a través de diferentes acciones, la realidad social en la que vivimos, sus grupos y dinámicas. En el segundo artículo, se concluyó que los teóricos de la conspiración, al argumentar sobre la vacunación, recurren a cuatro categorías fundamentales: (1) la vacunación como mecanismo de control; (2) la vacunación, intereses económicos y ocultos; (3) el origen del virus, de las vacunas y de sus tecnologías; y (4) los efectos secundarios de la vacunación. Al exponer sus posturas, utilizan diversas estrategias discursivas y recursos retóricos para alcanzar sus objetivos. En el tercer artículo, se observó que los teóricos de la conspiración concentran su crítica en dos tipos de actores sociales — actores políticos y actores económicos — para la producción de identidades antagónicas. Estos y otros hallazgos contribuyen a la comprensión de los procedimientos utilizados para hacer que su discurso aparente ser fáctico, buscando la adhesión de los lectores a la no vacunación y a tratamientos alternativos sin comprobación científica. Sin embargo, debido a la complejidad del grupo y a su constante transformación y alteridad, se recomiendan nuevos estudios que permitan comprender mejor estas estrategias discursivas en otros contextos, así como identificar nuevos adversarios y enemigos de sus tesis.

Palabras clave: Teorías de la conspiración; vacuna; COVID-19; argumentos; discurso; identidad.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
Contexto político brasileiro.....	17
O que são as teorias conspiratórias?.....	19
O ESTADO DA ARTE: UMA REVISÃO SISTEMÁTICA	28
ARTIGO 01	28
Teorias da conspiração e psicologia: uma revisão sistemática	28
Resumo	28
Introdução	29
Método	32
Classe 1: Desinformação e Falsidade	38
Classe 2: A psicologia dos teóricos da conspiração	39
Classe 3: Teorias da conspiração em relação à saúde.....	42
Classe 4: Planejamento metodológico.....	44
Discussão	45
Referências	47
CONTRIBUIÇÕES DA PSICOLOGIA E NOVOS CAMINHOS DE INVESTIGAÇÃO	59
TEORIAS DA CONSPIRAÇÃO: DISCURSO, PERSUASÃO E IDENTIDADE	61
Psicologia Discursiva e Cognitivismo	61
Discurso e Análise do Discurso	63
Construção	65
Ação.....	68
Variação.....	71
Argumentação	72
Identidade	74
ARTIGO 2	78
Construção de factuality nas teorias da conspiração: uma análise da rede social “X”	78
Resumo	78
Introdução	79
Método	83
Instrumento e Procedimentos	83
Análise dos dados	85
Resultados e Discussão	87
Argumentos contrários a vacinação	87
Vacinação como mecanismo de controle	88
Origem do vírus, das vacinas e suas tecnologias	91

Vacinação, interesses econômicos e ocultos	96
Efeitos da vacinação	101
Considerações finais	104
Referências	106
ARTIGO 3	109
A construção da identidade dos antagonistas em teorias da conspiração antivacina	109
Resumo	109
Introdução	110
Método	113
Instrumento e Procedimentos	113
Análise dos dados	115
Resultados	116
Os inimigos da liberdade	117
A ganância das grandes farmacêuticas	122
Considerações finais	127
Referências	128
DISCUSSÃO GERAL	134
CONSIDERAÇÕES FINAIS	141
REFERÊNCIAS	143
APÊNDICES	166
Apêndice A – <i>Input</i> inicial para a criação do projeto	166
Apêndice B – “Q&A” - Conversar com o projeto	167

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AIDS: Síndrome da Imunodeficiência Adquirida

ANVISA: Agência Nacional de Vigilância Sanitária

APA: American Psychological Association

API: Application Programming Interface

CHD: Classificação Hierárquica Descendente

FCE: Formulações de Casos Extremos

GPT: Generative Pre-trained Transformer

GPL: General Public License

HIV: Human Immunodeficiency Virus

IA: Inteligência Artificial

IRAMUTEQ: Interface de R pour analyses Multidimensionnelles de Textes et de Questionnaires

JCR: Journal Citation Report

LGBTQIAPN+: Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgêneros, Queer, Intersexuais, Assexuais, Pansexuais e Não Binários

LILACS: Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde

LLMS: Large Language Models

MMR: Measles, Mumps, and Rubella

MTURK: Amazon Mechanical Turk

OGM: Organismos Geneticamente Modificados

OMS: Organização Mundial de Saúde

PLN: Processamento de Linguagem Natural

PNI: Programa Nacional de Imunizações

PNVS: Política Nacional de Vigilância em Saúde

PRISMA: Preferred Reporting Items for Systematic Reviews and Meta-Analyses

PSDB: Partido Social Democrata Brasileiro

PSL: Partido Social Liberal

PSOL: Partido Socialismo e Liberdade

PT: Partido dos Trabalhadores

SBPC: Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência

SCIELO: Scientific Eletronic Library Online

SUS: Sistema Único de Saúde

URL: Uniform Resource Locator

LISTA DE TABELAS E FIGURAS

Tabela 1: Descrição dos artigos (sexo dos autores, ano de publicação e local do artigo)	
.....	34
Tabela 2: Fluxograma da estratégia de busca e processo de seleção dos artigos	36
Tabela 3: Classificação Hierárquica Descendente (CHD)	37

INTRODUÇÃO

Os primeiros casos de coronavírus, amplamente divulgados pela grande mídia, surgiram em Wuhan, na China, em 2019. Após constatar o caráter patogênico e altamente transmissível da doença, a Organização Mundial da Saúde (OMS) classificou o estado de contaminação como pandêmico em 11 de março de 2020 (Silva, et al., 2023). Diante disso, o Ministério da Saúde do Brasil (Ministério da Saúde, 2024) determinou medidas de vigilância laboratorial, protocolos para controle de infecção, ações de vigilância sanitária por meio de medidas de saúde em portos e aeroportos, fechamento de escolas, comunicação e gestão de risco, entre outras iniciativas (Oliveira et al., 2021).

Nesse contexto, o desenvolvimento de um imunizante tornou-se não apenas necessário, mas fundamental para o restabelecimento das atividades sociais e econômicas. Alguns países da Europa e os Estados Unidos, por exemplo, obtiveram autorização para a utilização de vacinas experimentais ainda em 2020. O Brasil, por sua vez, recebeu autorização da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) em janeiro de 2021 e, em fevereiro do mesmo ano, iniciou a aplicação do imunizante. Com isso, o Plano Nacional de Operacionalização da Vacinação estabeleceu orientações sobre as vacinas licenciadas, estratégias para abranger grupos prioritários, esquemas de vacinação, registros e vigilância de eventos atribuíveis à vacinação, visando construir uma cobertura vacinal capaz de reduzir o número de mortes e internações (Silva, et al., 2023).

No entanto, a adesão à vacinação não pode ser vista como algo simples e natural. Isso porque, mesmo diante de todos os cuidados possíveis em um momento crítico de pandemia, a divulgação de notícias falsas gerou resistência entre as famílias quanto à eficácia e à segurança dos imunizantes, acarretando desconfiança e baixa adesão populacional (Silva, et al., 2023).

Segundo Wermuth, Nielsson e Tertuliano (2021), o processo de imunização deve ser compreendido como uma medida de proteção específica no âmbito do processo saúde-doença, configurando-se como uma das formas mais eficazes e seguras de prevenir enfermidades e reduzir a propagação de doenças. Nesse sentido, ao se tratar da hesitação vacinal no século XXI, refere-se principalmente à preocupação com o retorno de doenças infecciosas anteriormente controladas.

Contudo, quando a condução de políticas públicas para promover a difusão dos imunizantes é inadequada ou confusa, surgem questionamentos. Esses questionamentos, em conjunto, são denominados “discurso negacionista”. De acordo com Wermuth et al. (2021), no Brasil, sempre houve ondas negacionistas geradoras de medos e inseguranças, que resultaram, por exemplo, na Revolta da Vacina em 1904, no Rio de Janeiro. Esses sentimentos ainda persistem e levam pessoas vulneráveis à desinformação e às *fake news* a desacreditar na ciência e naqueles que promovem o discurso de imunização.

Verzaro e Hida (2022) afirmam que as argumentações contrárias à vacinação não são recentes. No entanto, no que se refere à pandemia do coronavírus, iniciada em 2020, é possível observar algumas especificidades, como a participação de grupos religiosos fundamentalistas e autoridades políticas. Os autores destacam o alinhamento entre movimentos religiosos conservadores brasileiros e teorias da conspiração antivacina. Tais movimentos são sabidamente alinhados ideologicamente a grupos e partidos políticos de direita.

Nos últimos anos, identificou-se um crescimento alarmante, no Brasil e no mundo, de um discurso de extrema-direita tanto nas redes quanto nas ruas. Segundo Dias (2018), grupos de ódio racial, neonazistas e anti-LGBTQIAPN+ estão se expandindo na internet e ganhando espaço na sociedade civil. Para Lilla (2018), o crescimento desses grupos representa um refluxo das políticas neoliberais dos últimos anos e uma reação às políticas identitárias de afirmação,

que buscam legitimizar a diversidade das relações humanas por uma via individualista. Com esse crescimento, o acirramento político e a difusão de informações falsas, impulsionados pela revolução tecnológica e pela proliferação das redes sociais, conferiram novos contornos à propagação das teorias da conspiração (Cinelli et al., 2020).

Bilewicz e Sedek (2015) estudaram o papel mobilizador das teorias da conspiração em tempos de mudança política. Os autores constataram que campanhas eleitorais intensas funcionam como gatilhos importantes para o surgimento de estereótipos conspiratórios. Em outras palavras, antes e durante o período eleitoral, há uma maior ativação dessas teorias, pois são momentos em que a vida política se torna mais polarizada e conflituosa, criando ambiente propício à sua disseminação.

van Prooijen, Krouwel e Pollet (2015) observaram que grupos extremistas de direita e de esquerda endossam crenças conspiratórias em seus discursos. As ideologias políticas extremistas estão associadas a uma maior suscetibilidade a tais crenças. Além disso, a falta de controle e a incerteza sobre eventos sociais são fatores importantes que potencializam a adesão às teorias da conspiração.

Partindo dessas premissas, é possível afirmar, como aponta a literatura (Douglas et al., 2019), que mudanças políticas, sentimentos de incerteza e percepções de descontrole favorecem a propagação de teorias da conspiração. Assim, esta tese tem como objetivo identificar e analisar os argumentos utilizados por usuários da plataforma “X” (antigo Twitter), durante a pandemia da COVID-19, referentes à vacinação e aos seus efeitos colaterais.

Contexto político brasileiro

O Brasil, nos últimos anos, atravessou um cenário complexo de ruptura institucional, marcado por manifestações populares e eventos políticos que culminaram no processo de

impeachment da presidenta Dilma Rousseff, em 2016. Esse cenário polarizado intensificou-se com o assassinato da ativista e vereadora do Rio de Janeiro, Marielle Franco, do Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), e com a tentativa de assassinato do então candidato à presidência Jair Bolsonaro, em 2018 (à época filiado ao Partido Social Liberal – PSL).

Em 2013, um conjunto de revoltas populares abalou a estrutura política nacional. Para Safatle (2017), essas manifestações representaram o mais importante movimento de protesto da história recente do Brasil — não pelo que buscavam construir, mas por tudo o que vieram a questionar. Após onze anos de governos do Partido dos Trabalhadores (PT), observou-se um esvaziamento propositivo das esquerdas na condução do país, o que contribuiu para o surgimento dessas manifestações. Nesse sentido, a “troca de guarda” que marcou o início da Nova República (1985), na qual PT e PSDB (Partido da Social Democracia Brasileira) revezavam-se na disputa pelo governo federal e na administração de algumas das principais cidades do país, já não se configurava como uma alternativa política viável para o momento nacional. Ao contrário, esses partidos reuniam em torno de si elementos que os consolidavam como parte do *establishment*, ou seja, do “sistema”. Em um cenário de ruptura, como o que se consolidou no período pós-2013, essa “troca de guarda” já não possuía uma gramática comum capaz de dialogar com grande parte do eleitorado brasileiro (Santos & Tanscheit, 2019). De acordo com Brugnago e Chaia (2015), a irrupção popular de junho de 2013 culminou em um cenário de desesperança política, no qual afetos de ódio e indignação passaram a circular amplamente na cena nacional, resultando no crescimento da chamada “nova direita”.

Essa efervescência social trouxe à tona um país repleto de protestos políticos, socialmente dividido, com rupturas institucionais e ódio explícito. Nesse contexto, a busca por hegemonia política e discursiva contribuiu significativamente para a disseminação de teorias da conspiração na batalha retórica e ideológica entre os campos políticos. Exemplo disso foi o

surgimento e a difusão de conceitos até então desconhecidos por grande parte da população brasileira, como “marxismo cultural”, “globalismo”, “gramscismo”, entre outros.

Diante desse cenário, é imperativo compreender o processo de difusão das teorias da conspiração nas redes sociais, considerando o contexto de transformação social e a produção em massa de informações e interações em que estamos inseridos. Em um mundo cada vez mais conectado e repleto de conversações digitais, a influência massiva das mídias sociais em nosso cotidiano não pode ser subestimada.

O que são as teorias conspiratórias?

Para compreender o que é uma teoria da conspiração, é necessário também entender o que ela não é. Em princípio, o conceito de conspiração pode ser definido como uma trama secreta envolvendo dois ou mais atores poderosos. Conspirações são tentativas de usurpar poder político ou econômico, violar direitos, infringir acordos estabelecidos, reter segredos vitais ou alterar instituições fundamentais. Essa definição vai além do entendimento de conspirações criminosas simples, como, por exemplo, conspirar para roubar uma pequena loja (Douglas et al., 2019).

Assim, teorias da conspiração podem ser compreendidas como tentativas de explicar as causas de eventos e circunstâncias sociais e políticas significativas por meio de alegações de conspirações secretas envolvendo dois ou mais atores poderosos (Aaronovitch, 2010; Byford, 2011; Coady, 2006; Dentith & Orr, 2017; Keeley, 1999). Enquanto uma conspiração refere-se a uma cadeia causal real de eventos, uma teoria da conspiração diz respeito a uma alegação de conspiração, que pode ou não ser hipotética.

Embora frequentemente associadas a governos, as teorias da conspiração podem acusar qualquer grupo considerado poderoso e/ou maligno. Douglas et al. (2019) exemplificam isso ao mencionar a teoria da conspiração envolvendo os atentados de 11 de setembro, que acusa o governo Bush, o governo saudita, corporações, a indústria financeira e os judeus de conspirarem para promover o ataque. De fato, apesar de comumente ligadas a governos e instituições, tais teorias não se restringem a eles.

Essa discussão conceitual é importante na medida em que estudiosos que definem esses conceitos o fazem porque, ao sinalizar irracionalidade, os termos conspiração e teoria da conspiração podem neutralizar preocupações legítimas e deslegitimar pessoas e discursos (Harambam & Aupers, 2017; McKenzie-McHarg & Fredheim, 2017; Orr & Husting, 2018; Räikkä & Basham, 2018). Políticos, por exemplo, podem recorrer a esses termos para desautorizar argumentações e desviar-se de críticas, deslocando o foco do debate para o acusador e não para o acusado. Trata-se de uma estratégia retórica conhecida e eficaz de deslegitimação (Coady, 2006; Hall & Hewitt, 1970).

Importa destacar que essa problemática não é exclusiva de nosso tempo. Embora se possa pensar que vivemos na “era do conspiracionismo”, devido à facilidade de propagação de informações e comunicação proporcionada pelas redes sociais, as teorias da conspiração têm raízes históricas profundas.

Em contraposição à ideia de que tais teorias são mais prevalentes atualmente, Uscinski e Parent (2014) realizaram um estudo no qual analisaram aleatoriamente 104.803 cartas publicadas pelo *The New York Times* e pelo *Chicago Tribune* entre 1980 e 2010. Eles constataram que cada época possui suas próprias crises e, conseqüentemente, suas próprias teorias da conspiração. No entanto, o mais relevante foi observar que a prevalência dessas teorias não aumentou significativamente ao longo do tempo. Segundo os autores, se existiu

uma “era do conspiracionismo”, ela não está localizada na década atual. Isso porque, embora a internet desempenhe um papel fundamental na disseminação de teorias da conspiração hoje, ela parece apenas substituir outros meios de comunicação igualmente persuasivos em épocas anteriores.

Além disso, as teorias da conspiração não são exclusivas das culturas ocidentais. Diversos estudos revelaram sua presença em diferentes partes do mundo (Golec de Zavala & Cichocka, 2012; Mashuri & Zaduqisti, 2015; Swami, 2012; Grebe & Nattrass, 2012). A tendência é considerar que essas teorias fazem parte da cultura humana, e que as pessoas são suscetíveis a elas ao longo do tempo e da história (van Prooijen & Douglas, 2017).

van Prooijen e Douglas (2017), ao abordarem o tema em contextos de crise, remontam ao ano de 64 d.C., quando um grande incêndio devastou Roma. Impulsionado pelos ventos e pela construção de madeira das casas, o fogo reduziu a cidade a cinzas, causando muitas mortes e deixando inúmeras pessoas desabrigadas. O imperador Nero, então governante e protetor da cidade, estava ausente quando o incêndio começou, mas retornou para ajudar as vítimas. Apesar disso, uma teoria da conspiração ganhou força, acusando o imperador e seus seguidores de terem provocado deliberadamente o fogo, a fim de reconstruir Roma conforme sua visão ideológica. A teoria dizia que Nero cantava enquanto a cidade ardia. Insatisfeito com os rumores, o próprio imperador formulou uma teoria alternativa, culpando os cristãos pela tragédia, o que levou muitos deles à incineração e à crucificação.

Embora pareçam apenas anedotas, tais relatos se configuram como teorias da conspiração ao sugerirem que um governo poderoso teria enganado deliberadamente os cidadãos para atingir seus objetivos. Essa estrutura narrativa é semelhante às teorias que circulam hoje nas redes sociais (van Prooijen & Douglas, 2017).

Como já mencionado, as teorias da conspiração não se restringem a instituições governamentais. Grupos considerados socialmente poderosos também são frequentemente alvos. Um dos exemplos mais notórios é o da comunidade judaica, historicamente acusada de conspirar para alcançar a dominação mundial. Na Idade Média, os judeus foram responsabilizados por retrocessos nas Cruzadas e acusados de disseminar doenças. O antissemitismo que norteou a perseguição aos judeus ao longo do século XX está intrinsicamente ligado a inúmeras teorias conspiratórias (van Prooijen & Douglas, 2017).

Nas décadas de 1930 e 1940, o discurso antissemita foi amplamente difundido na Europa. Ele influenciou Hitler, que atribuiu à suposta conspiração judaica a derrota da Alemanha na Primeira Guerra Mundial. Hitler também acreditava que o comunismo soviético era parte de uma conspiração judaica, frequentemente denominada “judeu-bolchevismo” (van Prooijen & Douglas, 2017). Esse discurso inspirou o Holocausto (Snyder, 2015).

Assim, torna-se evidente que as teorias da conspiração são perigosas e estão disseminadas em nossa sociedade há muito tempo. Oliver e Wood (2014) argumentam que metade da população norte-americana apoia consistentemente pelo menos uma teoria conspiratória. O dado foi obtido a partir da análise de pesquisas acadêmicas realizadas entre 2006 e 2011.

Diante disso, cabe questionar: a disseminação dessas teorias tem se intensificado com a popularização da internet? A internet inaugurou novas formas de persuasão e disseminação dessas narrativas? Enders et al. (2021) argumentam que as mídias sociais exercem um papel considerável na propagação de teorias da conspiração. Exemplos incluem ideias sobre fraude eleitoral, COVID-19, e teorias envolvendo pedófilos satânicos no poder, todas amplamente disseminadas e impulsionadas por algoritmos.

Entretanto, não há consenso sobre a relação entre o uso das mídias sociais e a predisposição para acreditar em teorias conspiratórias. Enders et al. (2021) apontam que pesquisas nacionais nos Estados Unidos não indicam aumento significativo na proporção de americanos que endossam essas crenças. Um exemplo é a teoria do assassinato de John F. Kennedy, cuja aceitação caiu 30 pontos percentuais em relação ao auge de 80% na década de 1970 (Swift, 2013).

Da mesma forma, as crenças em teorias relacionadas à COVID-19 permaneceram estáveis durante a pandemia, mesmo com o crescimento da desinformação online (Enders, Uscinski, Klofstad, & Seelig, 2020; Romer & Jamieson, 2020). Até o apoio ao movimento QAnon¹ nos Estados Unidos não apresentou aumento significativo, apesar da ampla cobertura midiática (Schaffner, 2020).

Sabemos, contudo, que as teorias da conspiração e a desinformação estão amplamente disponíveis nas mídias sociais (Allcott & Gentzkow, 2017; Dredze et al., 2016; Wang et al., 2019), corroborando estudos que indicam relação positiva entre o uso dessas plataformas e crenças conspiratórias (Allington et al., 2020; Bridgman et al., 2020; Jamieson & Albarracín, 2020; Stempel et al., 2007).

Enders et al. (2021) aprofundam essa discussão ao afirmar que a literatura sobre os efeitos da mídia na formação de opinião demonstra, de maneira robusta, que predisposições individuais — como ideologia, identidade grupal, traços de personalidade e filiação partidária — têm mais influência na adoção de crenças do que informações que não ressoam com esses vieses (Finkel, 1993; Klapper, 1960; McGuire, 1986). Diversas linhas de pesquisa (ver Stroud

¹ QAnon simplesmente Q, é uma teoria da conspiração de extrema-direita, criada nos Estados Unidos, que alega haver uma cabala secreta (de esquerda), formada por adoradores de Satanás, pedófilos e canibais, que dirige uma rede global de tráfico sexual infantil e que esteve conspirando contra o ex-presidente Donald Trump e os seus apoiantes, durante o seu mandato. A conspiração teria sido engendrada com base num plano secreto do denominado de "Estado Profundo" (deep state).

et al., 2017) sugerem que a conexão entre exposição a informações online e adoção de crenças conspiratórias é mais complexa do que frequentemente se argumenta (Enders et al., 2021).

Embora as teorias da conspiração tenham uma projeção relevante na vida social, apenas recentemente psicólogos sociais passaram a dedicar maior atenção ao tema. Na última década, houve um crescimento expressivo nas pesquisas da psicologia social sobre esse fenômeno (Douglas & Sutton, 2018). Os autores argumentam que essas teorias são amplamente difundidas e não devem ser consideradas aberrações a serem estudadas exclusivamente sob a ótica da psicologia “anormal” ou da personalidade, mas sim como fenômenos complexos que exigem análise das ciências humanas e sociais. Tal abordagem representa uma oportunidade de diálogo interdisciplinar. A aproximação da psicologia social ao tema ainda é incipiente, mas precisa ser consolidada, especialmente porque o fenômeno se sobrepõe à dinâmica discursiva das relações sociais. Compreender suas especificidades sob a ótica da psicologia social torna-se, portanto, uma necessidade premente, justificando o interesse deste estudo.

Diante do exposto, esta tese tem como objetivo identificar e analisar os argumentos utilizados por usuários do “X” (antigo Twitter) durante a pandemia de COVID-19, relacionados à vacinação e seus efeitos colaterais. Busca-se observar como descrições, argumentações e artifícios retóricos são mobilizados para persuadir leitores a recusar a vacinação e não adotar comportamentos protetivos. Ademais, pretende-se compreender a formulação de identidades de adversários e inimigos por parte dos teóricos da conspiração ao enunciarem e estruturarem suas narrativas na rede social.

A análise dos comentários tem como instrumental analítico a Psicologia Discursiva. Essa abordagem da psicologia tem como foco as práticas discursivas em contextos sociais e investiga como as pessoas utilizam a linguagem nas interações cotidianas. Especificamente, no

contexto deste estudo, ela se concentra na produção de efeitos sociais e na construção de identidades.

Para a Psicologia Discursiva, a fala não é apenas um reflexo de estados mentais, mas uma ação social situada em contextos específicos. As falas moldam a percepção e podem ser utilizadas estrategicamente para parecerem factuais, neutras, objetivas e distanciadas do locutor.

Nesse sentido, o discurso é compreendido como construtivo, performativo e variável. Ele se apoia em recursos linguísticos disponíveis culturalmente, sendo mobilizado para construir identidades, atribuir sentidos e realizar ações — como persuadir, justificar ou acusar. A Análise do Discurso, nesse contexto, busca compreender como essas construções se estabilizam e adquirem credibilidade social.

A Psicologia Discursiva incorpora conceitos da Etnometodologia, como reflexividade e indexicalidade, destacando a importância do contexto na produção de sentido das expressões. Influências como Foucault, Wittgenstein e o Socioconstrucionismo sustentam a compreensão de que o conhecimento e a realidade são construções discursivas.

Por fim, a variabilidade discursiva — expressa por meio de contradições, inconsistências e mudanças de posição — não é tratada como falha, mas como reflexo das dinâmicas sociais e contextuais nas quais os sujeitos estão inseridos. Essa perspectiva é fundamental para a análise de como teóricos da conspiração constroem argumentos, mobilizam afetos e elaboram identidades em plataformas como a rede social “X”.

Para alcançar tal objetivo, a tese está organizada em três artigos, um capítulo de discussão conceitual e um capítulo de discussão geral.

O primeiro artigo, já publicado, investiga a produção acadêmica sobre teorias da conspiração a partir da psicologia, por meio de uma revisão sistemática da literatura científica. Os resultados revelam temas proeminentes e apontam o crescimento de pesquisas sobre teorias

conspiratórias relacionadas à saúde no período pós-pandemia. Essa revisão serviu de base para orientar as análises e identificar lacunas no campo.

Em seguida, o capítulo conceitual define os principais conceitos abordados, organizando para o leitor os marcos teóricos utilizados, como discurso, argumentação e identidade.

O segundo artigo identifica as estratégias retóricas mais empregadas para persuadir leitores na plataforma “X”. Analisa como os teóricos da conspiração constroem factualidade em seus discursos e utilizam argumentos para torná-los convincentes nas redes sociais.

O terceiro artigo trata das formulações identitárias construídas em torno de dois grupos: atores políticos e econômicos. Os teóricos da conspiração formulam identidades para esses opositores e, implicitamente, constroem identidades para si próprios, em oposição aos mesmos.

Reunidos, os artigos visam a complexificar a abordagem sobre o tema no Brasil, evidenciando lacunas e potencialidades existentes. Além disso, contribuem para compreender como se estrutura a argumentação conspiratória, como ela atrai adeptos e quais adversários sociais e políticos são identificados como inimigos a serem combatidos por esses discursos.

O **Artigo 1**, apresentado a seguir como “**O Estado da arte: uma revisão sistemática**”, foi submetido à Revista Psicologia Argumento, classificada como **B1** no QUALIS da Capes (2017-2020). O manuscrito foi **publicado**. Apresentado como: Sousa, R. S. de, & Torres, A. R. R. (2024). Teorias da conspiração e psicologia: uma revisão sistemática. Psicologia Argumento, 42(118). <https://doi.org/10.7213/psicolargum.42.118.AO15>

O ESTADO DA ARTE: UMA REVISÃO SISTEMÁTICA

ARTIGO 01

Teorias da conspiração e psicologia: uma revisão sistemática

Resumo

Trata-se de uma revisão sistemática da literatura que teve como objetivo analisar os estudos sobre teorias da conspiração na área da psicologia, publicados entre 2009 e 2023, com o intuito de identificar os principais temas e contextos em que essas pesquisas têm sido desenvolvidas. A análise dos resumos foi conduzida com o auxílio do software IRAMUTEQ. Foram selecionados estudos que adotam as teorias da conspiração como marco teórico e que foram publicados, nesse período, em periódicos da área da psicologia. Os resultados indicam dois eixos analíticos principais. O primeiro reúne temas associados à falsidade, à desinformação, às disputas narrativas e a aspectos comumente relacionados à psicologia dos teóricos da conspiração, os quais contribuem para a compreensão das motivações desses indivíduos. O segundo eixo abrange as teorias da conspiração em saúde, com ênfase na pandemia de COVID-19, além de destacar o planejamento metodológico que orienta os estudos analisados. Em conjunto, os achados evidenciam a relevância de compreender as dinâmicas envolvidas na disseminação dessas teorias, bem como a necessidade de fomentar investigações no contexto das Américas do Sul e Central.

Palavras-chave: teorias da conspiração; psicologia; COVID-19.

Introdução

Em 1998, a revista inglesa *The Lancet* publicou uma pesquisa preliminar com 12 crianças que desenvolveram comportamentos autistas. Todas apresentavam vestígios do vírus do sarampo, e onze delas haviam tomado a vacina tríplice viral (MMR), que protege contra sarampo, rubéola e caxumba. Isso foi suficiente para que os autores do estudo sugerissem a possibilidade de um “vínculo causal” entre o autismo e essa vacina. A partir daí, os índices de vacinação começaram a cair em todo o mundo (Donvan & Zucker, 2017). Essa situação se agravou ainda mais durante a pandemia de COVID-19.

Em janeiro de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou o surto de coronavírus como uma emergência de saúde pública de importância internacional, o mais alto nível de alerta. O vírus, denominado SARS-CoV-2 e responsável por transmitir a doença, caracteriza-se por sua instabilidade e alta velocidade de disseminação, o que impôs aos mecanismos sanitários governamentais desafios multifacetados (Lima et al., 2022). A pandemia impulsionou a necessidade de adoção urgente de medidas para conter a propagação do vírus e, consequentemente, evitar o colapso dos sistemas de saúde. Nesse sentido, governos ao redor do mundo foram convocados a implementar políticas sanitárias com o objetivo de reduzir a contaminação em massa.

Segundo Lima et al. (2022), a experiência internacional destacou algumas estratégias eficazes para o achatamento da curva de contaminação e ampliação do atendimento aos casos positivos: a) testagem massiva dos casos suspeitos, com entrega rápida dos resultados; b) isolamento domiciliar imediato dos portadores da doença; e c) proteção dos profissionais de saúde, com qualificação e disponibilização de equipes assistenciais para o monitoramento e implementação de estratégias de controle comunitário. A essas medidas soma-se a vacinação em massa como fundamental no combate e controle da doença.

Nesse contexto, a sociedade passou a adotar novos comportamentos, muitas vezes diametralmente opostos ao *modus operandi* capitalista e à concepção da saúde como mercadoria. A comunidade científica, especialmente na área da imunologia, passou a recomendar o distanciamento social e a adoção de *lockdowns* como formas de evitar a disseminação do vírus. Com essas medidas, as pessoas deixaram de circular pelas ruas e passaram a maior parte do tempo dentro de casa. A humanidade teve que se adaptar a essa nova configuração de existência. Sem a dinamicidade da vida em coletivo, essas restrições impactaram significativamente a vida cotidiana e a saúde mental. Reuniões remotas, escolas fechadas, aulas por videoconferência e a transição abrupta do trabalho presencial para o remoto foram algumas das principais ações adotadas para conter a propagação do vírus e ganhar tempo na luta contra ele (Moser & Yared, 2021).

Essa nova forma de viver despertou o desejo por uma solução terapêutica capaz de restaurar a “normalidade”. Nesse cenário, as vacinas ganharam ainda mais importância, tanto no enfrentamento à COVID-19 quanto na retomada das atividades econômicas e sociais.

O Brasil, por muito tempo, foi considerado modelo no controle de doenças imunopreveníveis. O Programa Nacional de Imunizações (PNI), criado em 1973 — ainda antes da implementação do Sistema Único de Saúde (SUS) —, desempenhou papel fundamental nessa conquista (Domingues et al., 2019). No entanto, mesmo antes do avanço do negacionismo científico e dos obstáculos ideológicos à vacinação impostos pelo governo durante a pandemia (Peixoto et al., 2022), o país já enfrentava dificuldades em manter altos índices de cobertura vacinal (Barbosa, 2020). De acordo com esse autor, doenças que já haviam sido consideradas erradicadas, como o sarampo, voltaram a registrar aumento de casos a partir de 2018. Ele destaca ainda que as *fake news* disseminadas na sociedade reforçam a recusa vacinal e contribuem para o agravamento do problema.

Dessa forma, o número de pessoas que aderem às campanhas de vacinação tem diminuído de maneira alarmante. Em 2019, o Ministério da Saúde lançou o “Movimento Vacina Brasil”, cujo objetivo é mobilizar os três níveis de gestão e diversos setores da sociedade para alertar sobre a importância da vacinação como principal medida de controle de doenças imunopreveníveis (Domingues et al., 2019). Ainda assim, é necessário desenvolver novas estratégias capazes de recolocar o Brasil em posição de destaque no combate a essas doenças.

Diante desse cenário de incertezas quanto à eficácia das vacinas e aos seus prazos de produção e distribuição, surgiu uma enxurrada de “teorias” que buscavam explicar a origem do vírus e, posteriormente — já com um viés ideológico —, alarmar a população sobre supostos efeitos colaterais das vacinas que, até então, se mostravam eficazes no combate aos sintomas da COVID-19.

Dentre essas teorias, propagou-se a ideia de que o vírus teria sido criado em laboratório na cidade de Wuhan, na China, e liberado intencionalmente para contaminar a humanidade. As justificativas variavam entre uma tentativa de dominação global pela China, com uso de chips escondidos nas vacinas, até interesses econômicos de grandes laboratórios farmacêuticos. Foram tantas “teorias” que é praticamente impossível enumerá-las todas (Prichard & Christman, 2020; Šrol et al., 2022; Zhai & Yan, 2022).

Mas por que, em pleno século XXI, ainda há pessoas que resistem à vacinação? Segundo Lopes et al. (2021), uma das hipóteses para a recusa vacinal é o crescimento das teorias da conspiração, que questionam a validade e a importância das vacinas no Brasil e no mundo — como no caso da suposta relação entre a vacina MMR e o autismo, e durante a pandemia da COVID-19. Essas teorias têm ganhado força, entre outros fatores, devido à popularização das redes sociais e à crescente politização desses temas.

Nesse sentido, é importante perguntar: o que é, afinal, uma “teoria da conspiração”? McKenzie-McHarg (2018), após análise jornalística, argumenta que o termo “teoria da conspiração” remonta ao século XIX, no contexto do debate sobre a objetividade na imprensa. No entanto, o entendimento mais recente — plural, abrangente e com pretensões científicas — surge em tempos posteriores. Assim, o conceito moderno de “teorias da conspiração” abrange desde suposições sobre o assassinato de presidentes até teorias sobre um suposto “*inside job*” nos atentados de 11 de setembro. O termo “teoria” confere a essas narrativas um verniz de cientificidade, embora elas frequentemente careçam de dados objetivos que fundamentem suas alegações.

Douglas et al. (2019) definem as teorias da conspiração como tentativas de explicar causas de eventos e circunstâncias sociais e políticas a partir da alegação de uma conspiração secreta entre dois ou mais atores poderosos. Nesse sentido, essas teorias produzem explicações baseadas em tramas ocultas e coordenadas, compostas por sujeitos influentes.

Diante do que foi exposto, e considerando a proliferação e rápida disseminação de teorias da conspiração sobre os mais variados temas, nos perguntamos: como a psicologia tem abordado o estudo dessas teorias? Assim, o objetivo deste trabalho é apresentar uma revisão sistemática de estudos sobre teorias da conspiração publicados na área da psicologia entre os anos de 2009 e 2023.

Método

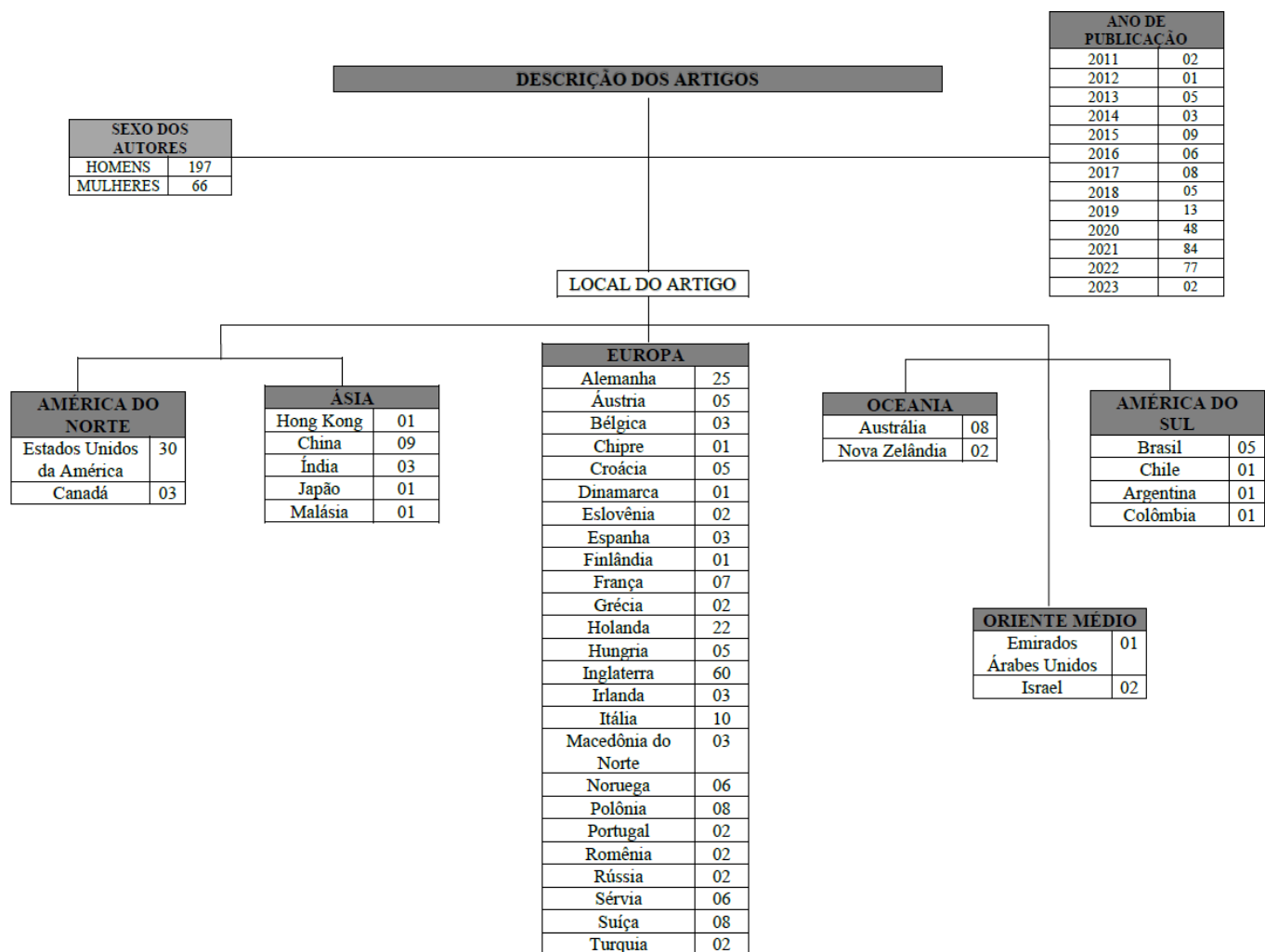
Para alcançar o objetivo proposto, realizou-se uma revisão da literatura. Revisões da literatura são estudos que buscam sintetizar o conhecimento existente, identificar o estado da arte sobre determinado tema e apontar as principais lacunas de investigação. Casarin et al. (2020) definem a revisão sistemática da literatura como um “estudo retrospectivo com dados

secundários, que objetiva sintetizar evidências sobre um problema/tema específico, analisando publicações com dados primários de pesquisa” (p. 01).

Cabe destacar que, na busca inicial realizada nas bases de dados Scopus, LILACS e SciELO, não foi encontrado nenhum estudo proveniente da América Central e do Caribe. Na América do Sul, foram identificados oito estudos: um na Argentina (Sy & Lopresti, 2022), um na Colômbia (Andrade, 2021), um no Chile (Baeza-Rivera et al., 2021) e cinco no Brasil. Entre os estudos brasileiros, destaca-se o trabalho de Rezende et al. (2021), que trata do desenvolvimento de instrumentos para avaliar crenças em teorias conspiratórias, bem como estudos relacionados à pandemia da COVID-19, como a disseminação de notícias falsas (Waisbord, 2020; Wolter et al., 2021), discursos de ódio (Sy & Lopresti, 2022) e a associação entre medicamentos sem comprovação científica e líderes da extrema-direita durante o período pandêmico (Casarões & Magalhães, 2021).

A título de comparação, foram encontrados 194 estudos realizados na Europa, 33 na América do Norte, 10 na Austrália e Nova Zelândia, e 18 na Ásia e no Oriente Médio, totalizando os 263 estudos que compõem o *corpus* analisado. A descrição detalhada dos artigos está apresentada na Tabela 1.

Tabela 1: Descrição dos artigos (sexo dos autores, ano de publicação e local do artigo)



Esta revisão sistemática utilizou o método *Preferred Reporting Items for Systematic Reviews and Meta-Analyses* – PRISMA 2020, que fornece um conjunto de diretrizes atualizadas para a elaboração de relatórios de revisões sistemáticas, refletindo os avanços metodológicos na identificação, seleção, avaliação e síntese de estudos (Page et al., 2022).

A busca foi conduzida nas seguintes bases de dados: LILACS (Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde) e SciELO (*Scientific Electronic Library Online*), que indexam periódicos científicos do Brasil, América Latina e Caribe e abrangem diversas áreas do conhecimento, como Ciências Sociais, Ciências da Saúde e Psicologia. Além dessas, utilizou-se a base Scopus (*SciVerse Scopus*), reconhecida por sua ampla relevância internacional na área da Psicologia e por indexar pesquisas coordenadas pela *American Psychological Association* (APA), além de fornecer acesso a ferramentas métricas, como o *Journal Citation Reports* (JCR).

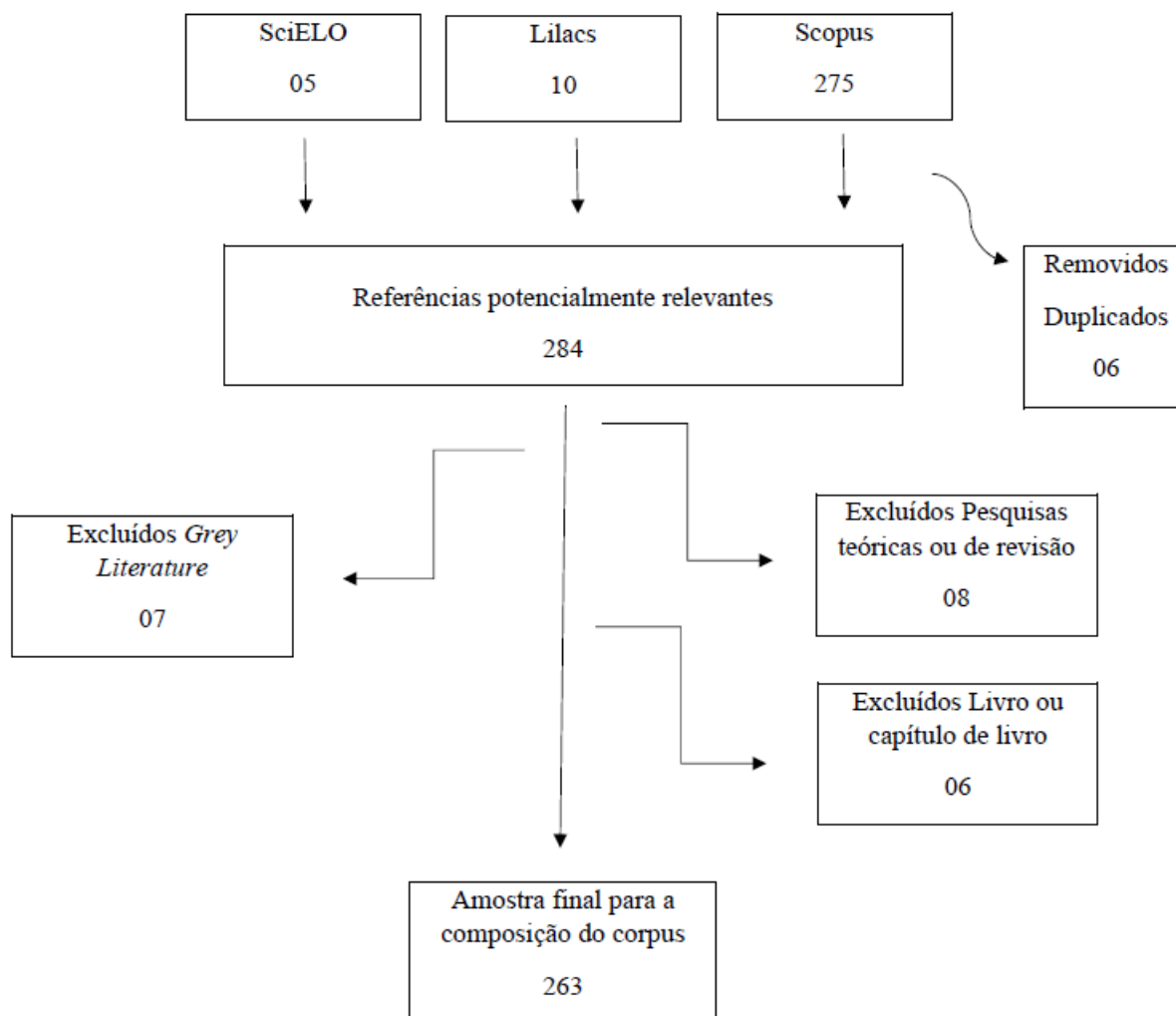
Os descritores utilizados, com o auxílio dos operadores booleanos AND e OR, foram “teorias da conspiração” e sua tradução em inglês (“*theories of conspiracy*”), termos suficientemente amplos para capturar o fenômeno de interesse. Para refinar a busca, aplicaram-se alguns filtros. Inicialmente, foi delimitado o período de publicação dos estudos entre janeiro de 2009 e março de 2023. Esse recorte temporal visa contemplar os rearranjos políticos do pós-crise financeira de 2008, como a eleição de Barack Obama à presidência dos Estados Unidos e a reeleição de Luiz Inácio Lula da Silva no Brasil — eventos marcantes na política mundial da última década, especialmente em contraste com a ascensão da extrema direita e os discursos de ruptura institucional observados posteriormente. Em seguida, aplicou-se o filtro de área do conhecimento, limitando a seleção a artigos publicados em periódicos da área de Psicologia.

Foram encontrados: 10 estudos na base LILACS, 5 na SciELO e 275 na Scopus, totalizando 290 produções (ver Tabela 2). Desses, seis estavam duplicados entre as bases, restando 284 referências potencialmente relevantes para análise, conforme os critérios de inclusão e exclusão. Os artigos foram analisados por dois juízes, com base nos seguintes critérios de inclusão: a) abordar diretamente teorias da conspiração; b) estar publicado em periódico da área de Psicologia; c) ter sido publicado após 2009.

Na etapa de triagem, foram excluídos 21 trabalhos com base nos seguintes critérios: a) resumos de produções não veiculadas nos meios formais de publicação, como teses e dissertações (*grey literature*); b) livros ou capítulos de livros; c) pesquisas teóricas ou revisões de literatura.

Assim, o *corpus* final da análise foi composto apenas por artigos encontrados nas bases Scopus, LILACS e SciELO. A avaliação contou com dois juízes e, em casos de discordância, um terceiro atuou como desempate. A amostra final resultou em 263 artigos, conforme descrito na Tabela 2.

Tabela 2: Fluxograma da estratégia de busca e processo de seleção dos artigos



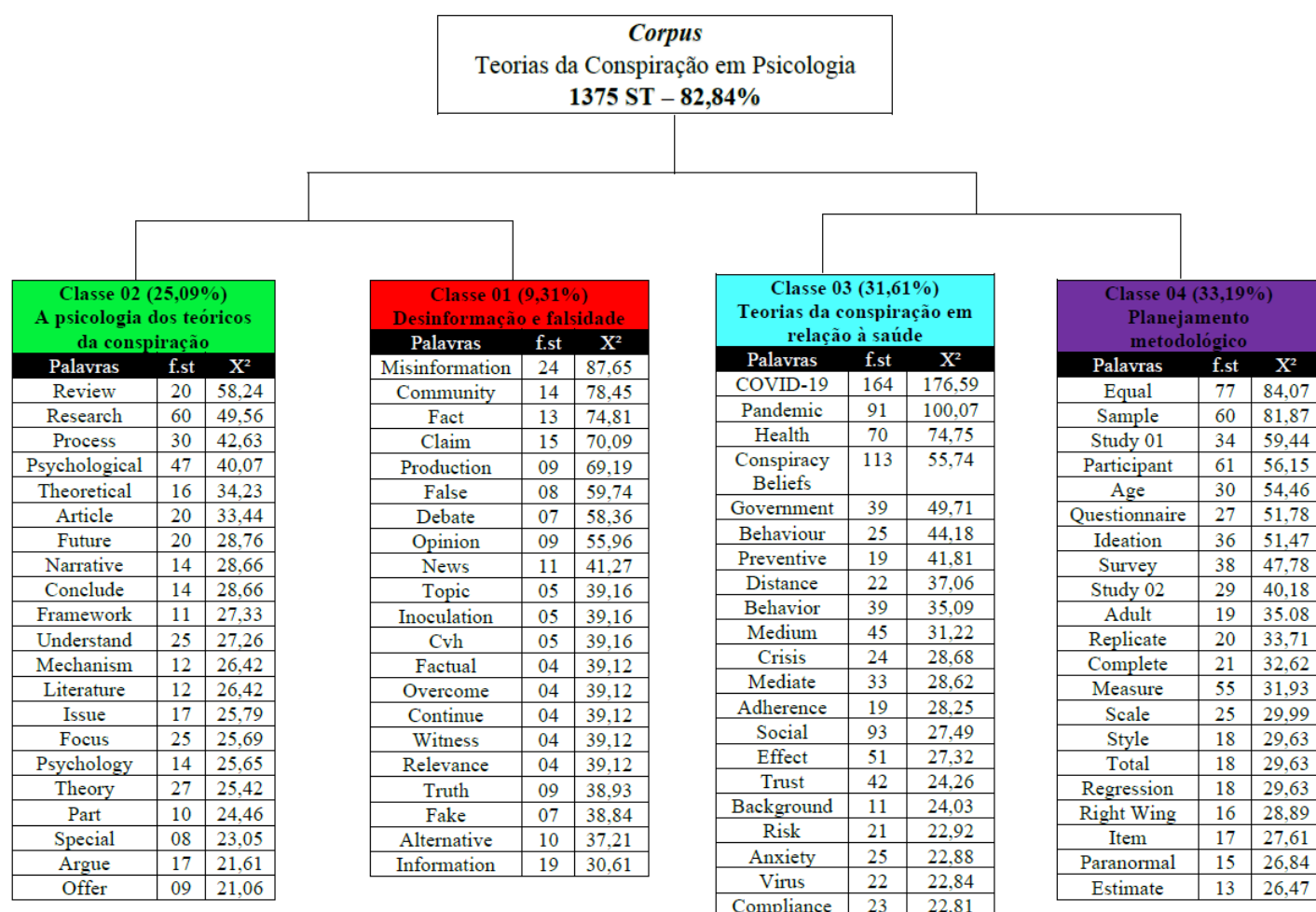
Para a constituição e organização do *corpus*, utilizou-se o *software* Zotero, um gerenciador de referências bibliográficas de código aberto, que também funciona como arquivador de documentos. Este programa permite pesquisar, armazenar e organizar referências obtidas em bases de dados credenciadas (Yamakawa et al., 2014).

A análise dos dados foi conduzida com o auxílio do *software* IRAMUTEQ (*Interface de R pour les Analyses Multidimensionnelles de Textes et de Questionnaires*), uma ferramenta gratuita e de código aberto, licenciada pela GNU GPL (v2), que opera a partir do ambiente estatístico R e utiliza a linguagem Python (Camargo & Justo, 2013). Os artigos selecionados

foram submetidos à Análise de Classificação Hierárquica Descendente (CHD) (ver Tabela 3), a qual organiza os segmentos de texto com base em seus vocabulários, agrupando-os de acordo com a frequência de formas reduzidas.

Como resultado desse processo, o *software* gera um dendrograma que ilustra as relações entre as classes identificadas, formando campos lexicais ou contextos semânticos (Camargo & Justo, 2013).

Tabela 3: Classificação Hierárquica Descendente (CHD)



Resultados

Classe 1: Desinformação e Falsidade

Embora seja a menor entre as classes identificadas, com 9,3% dos fragmentos de texto, a Classe 1 foi formada já na primeira partição do *corpus*, tendo como temática geral “Desinformação e falsidade”. Suas palavras mais características foram: desinformação ($\chi^2 = 87,65$), comunidade ($\chi^2 = 78,45$), fato ($\chi^2 = 74,81$), alegar ($\chi^2 = 70,09$), produção ($\chi^2 = 69,19$), falso ($\chi^2 = 57,74$), debate ($\chi^2 = 58,36$), opinião ($\chi^2 = 55,95$) e notícias ($\chi^2 = 41,27$). A partir disso, observa-se que essa classe possibilita discutir as teorias da conspiração à luz das noções de falsidade e desinformação — elementos centrais no debate contemporâneo sobre o tema (Xiao et al., 2021).

Houve uma predominância em abordar as teorias da conspiração sob a ótica da desinformação, como se observa no seguinte fragmento: “*Since the beginning of the COVID-19 pandemic, misinformation has been circulating on social media and multiple conspiracy theories have since become quite popular.*” (Xiao et al., 2021). Os segmentos de texto que compõem essa classe destacam, de forma recorrente, os efeitos da falsidade e da desinformação sobre os sujeitos que consomem tais “teorias” (Coninck et al., 2021; Lazić & Žeželj, 2021; Rutjens et al., 2021), revelando uma preocupação central da literatura analisada.

Considerando que as teorias da conspiração são tentativas de explicar eventos e circunstâncias sociais e políticas significativas a partir de alegações de conluios secretos (Douglas et al., 2019), elas oferecem ao sujeito uma forma de orientação diante do desconforto, sem necessariamente se comprometerem com a verdade factual. Um aspecto central, portanto, para a constituição dessas narrativas conspiratórias é a tensão entre verdade e “pós-verdade”, além da disputa entre versões oficiais e extraoficiais — elementos claramente refletidos nesta classe.

Segundo Cruz Junior (2019), o conceito de “pós-verdade” ainda carece de consenso na literatura acadêmica, dada sua natureza multifacetada e interdisciplinar, que abrange domínios como política, psicologia, comunicação, educação e filosofia. McIntyre (2018) argumenta que a “pós-verdade” constitui uma rede complexa de fenômenos em constante reelaboração, dentro da qual se inserem o negacionismo científico, a polarização política, os vieses cognitivos, as mídias sociais, *big data*, as bolhas on-line e a pós-modernidade. Cruz Junior (2019) complementa que a “pós-verdade” envolve uma alteração na percepção e no comportamento social, marcando uma perda da centralidade da verdade como princípio estruturante da sociedade. Com isso, a realidade passa a ser percebida como uma esfera instável, com múltiplas interpretações oriundas de grupos heterogêneos.

Para Paula et al. (2018), há uma relação intrínseca entre pós-verdade e *fake news*, na medida em que ambas buscam provocar reações emocionais nos leitores/ouvintes com o intuito de gerar revolta contra determinada entidade ou pessoa deslegitimada — os chamados “conspiradores”, considerados inimigos dos interesses do grupo. No entanto, os autores salientam uma distinção essencial: enquanto as *fake news* não possuem compromisso com a veracidade factual, a pós-verdade constrói-se sobre uma narrativa que, embora emocional, busca manter uma aparência realista.

Assim, em uma sociedade cada vez mais inclinada a questionar a “verdade” e o saber científico, as teorias da conspiração surgem como respostas alternativas. Nesse contexto, torna-se urgente discutir como a disseminação de tais narrativas pode corroer a confiança na comunicação institucional e destacar a importância de promover a educação crítica e fornecer informações confiáveis como formas de enfrentamento à desinformação (Musolff, 2022).

Classe 2: A psicologia dos teóricos da conspiração

No mesmo eixo da Classe 1, porém com maior frequência (25,9% dos fragmentos de texto), a Classe 2 também foi formada na primeira partição do *corpus*, tendo como temática central “A psicologia dos teóricos da conspiração”. As palavras mais características dessa classe foram: análise ($\chi^2 = 58,24$), processo ($\chi^2 = 42,63$), psicológico ($\chi^2 = 40,07$), teórico ($\chi^2 = 34,23$), artigo ($\chi^2 = 33,44$), futuro ($\chi^2 = 28,76$), narrativa ($\chi^2 = 28,66$), estrutura ($\chi^2 = 27,33$), mecanismo ($\chi^2 = 26,42$), psicologia ($\chi^2 = 25,65$) e teoria ($\chi^2 = 25,42$). Essa configuração lexical permite discutir as características psicológicas mais frequentemente associadas aos indivíduos que difundem ou aderem às teorias da conspiração.

Há, nessa classe, uma predominância de temas relacionados a fatores existenciais, cognitivos, emocionais e de identidade social dos sujeitos que propagam e acreditam em teorias conspiratórias (Amanzio et al., 2020; Franks et al., 2017). Os estudos analisados concentram-se na racionalidade — ou, para alguns, irracionalidade — que fundamenta essas crenças e sustentam as bases psicossociais dos chamados “teóricos da conspiração”. Nesse sentido, são discutidos aspectos como: a) o que leva as pessoas a acreditar em teorias da conspiração (Schöpfer et al., 2023); b) o que motiva o questionamento às descobertas científicas (Rutjens et al., 2021); e c) quais são as principais características psicossociais dessas pessoas (Wood & Douglas, 2015). Em outras palavras, esta classe trata das motivações e estratégias psicológicas associadas à aceitação ou rejeição dessas narrativas conspiratórias.

Douglas et al. (2017, p. 538), a partir de uma revisão da literatura sobre o tema, propõem que as crenças conspiratórias podem ser compreendidas por meio de três tipos de motivações: epistêmicas, relacionadas à necessidade de compreensão do ambiente; existenciais, ligadas ao desejo de segurança e controle; e sociais, associadas à manutenção de uma imagem positiva de si e do grupo ao qual o indivíduo pertence. Essa taxonomia é inspirada na teoria da justificação do sistema (Jost et al., 2008), que, segundo os autores, “*serves as a useful heuristic to classify the motives associated with conspiracy belief*” (p. 539).

As motivações epistêmicas dizem respeito ao desejo de obter explicações coerentes para os eventos, especialmente em contextos de incerteza. van Prooijen e Jostmann (2012) demonstram que ambientes incertos intensificam a adesão a teorias conspiratórias, especialmente quando os indivíduos percebem padrões em eventos aleatórios (van Prooijen et al., 2017). Ademais, indivíduos com maior necessidade de fechamento cognitivo (Leman & Cinnirella, 2013) e aqueles que superestimam sua capacidade de compreender fenômenos sociais complexos (Vitriol & Marsh, 2018) são mais propensos a crer nessas narrativas. Estudos apontam ainda que sentimentos como tédio (Brotherton & Eser, 2015) e a tendência a atribuir intencionalidade a eventos improváveis (Douglas et al., 2015) também estão positivamente associados a tais crenças.

No que tange às motivações existenciais, a crença em teorias da conspiração parece emergir como mecanismo de enfrentamento diante da sensação de impotência (Abalakina-Paap et al., 1999), da ansiedade (Grzesiak-Feldman, 2013), da percepção de falta de controle político-social (van Prooijen & Acker, 2015), da alienação política e da anomia (Bruder et al., 2013), bem como de situações de instabilidade financeira (Parsons et al., 1999). Nessas circunstâncias, as narrativas conspiratórias oferecem um alívio simbólico, ao permitir que o sujeito organize cognitivamente ameaças difusas oriundas do sistema social (Douglas et al., 2019).

Por fim, no plano das motivações sociais, as teorias da conspiração podem atuar como instrumento de manutenção da autoestima individual e coletiva. Douglas et al. (2019) destacam que, ao aderir a essas crenças, as pessoas procuram manter uma imagem positiva de si mesmas e do grupo ao qual pertencem. Isso se manifesta, por exemplo, na necessidade de validação externa e de sentir-se único (Cichocka et al., 2016; Imhoff & Lamberty, 2017; Lantian et al., 2017), bem como na crença de que outros grupos estão conspirando contra o seu (Uscinski & Parent, 2014).

Contudo, é importante frisar que nem toda adesão a teorias conspiratórias é irracional. Em contextos de opressão histórica, como aqueles vivenciados por grupos socialmente marginalizados, a desconfiança em relação a instituições dominantes pode ser justificada (Davis et al., 2018; Thomas & Quinn, 1991). Estudos indicam que pessoas que sofreram assédio policial ou discriminação racial tendem a apresentar maior propensão a esse tipo de crença (Parsons et al., 1999). Além disso, situações de crise e ameaça situacional — como a pandemia da COVID-19 — intensificam o apego ao grupo e favorecem o fortalecimento de narrativas conspiratórias (Kofta et al., 2011; Mashuri & Zaduqisti, 2014; van Prooijen & Douglas, 2017). Essa dinâmica é refletida na Classe 3, a ser discutida a seguir.

Classe 3: Teorias da conspiração em relação à saúde

Após o surto pandêmico de COVID-19, a humanidade desenvolveu e aprimorou habilidades sociais para lidar com as consequências de uma pandemia viral (Silva, 2021). Nesse sentido, o debate narrativo acerca da pandemia proporcionou uma quantidade significativa de argumentos conspiracionistas (Imhoff & Lamberty, 2020).

Neste eixo temático, destaca-se a Classe 3 — a segunda maior classe do *corpus*, com 31,6% dos fragmentos de texto — formada na segunda partição. As “teorias da conspiração em relação à saúde” configuram sua temática predominante. As palavras mais características dessa classe foram: COVID-19 ($\chi^2 = 176,59$), pandemia ($\chi^2 = 100,07$), saúde ($\chi^2 = 74,75$), crenças de conspiração ($\chi^2 = 55,74$), governo ($\chi^2 = 49,71$), comportamento ($\chi^2 = 44,18$), preventivo ($\chi^2 = 41,81$), distância ($\chi^2 = 37,6$), crise ($\chi^2 = 28,68$), social ($\chi^2 = 27,49$), entre outras.

Desde 2020, o número de estudos sobre a crise sanitária mundial aumentou significativamente, colocando em evidência o debate acerca das medidas de segurança sanitária e dos métodos adotados pelos governos para conter a disseminação do vírus. Os trabalhos

reunidos nessa classe abordam esse contexto e situam-se no campo narrativo que contrapõe argumentos favoráveis e contrários às medidas governamentais, atribuindo às agências estatais o papel central nas teorias da conspiração (Imhoff & Lamberty, 2020; Juanchich et al., 2021; Musolff, 2022).

Nesse cenário, comportamentos protetivos, como o uso de máscaras, o distanciamento social e a adoção de práticas de higiene individual promovidas por governos ao redor do mundo, passaram a ser contestados por grupos conspiracionistas, assim como a própria origem do vírus (Constantinou et al., 2021; Musolff, 2022; Prichard & Christman, 2020). Como já mencionado, em tempos de crise, as teorias da conspiração tendem a florescer e, conseqüentemente, ganham mais adeptos. Assim, diversas estratégias de enfrentamento da pandemia adotadas por esses grupos têm como base pensamentos conspiratórios (Imhoff & Lamberty, 2020).

Para esses autores, tais indivíduos representam um desafio para o controle da disseminação da COVID-19, um vírus respiratório de alta taxa de transmissão (Lima, 2020). De acordo com Latkin et al. (2021), algumas pessoas demonstram ceticismo em relação à existência da doença ou à sua gravidade. Os autores acrescentam que “o ceticismo em relação à COVID-19 pode ser conceituado como a negação da seriedade da enfermidade e a percepção de que a pandemia é exagerada ou uma farsa” (p. 7918).

As teorias da conspiração relativas à origem do SARS-CoV-2 são algumas das mais difundidas nas redes sociais e, por consequência, aparecem com frequência nas pesquisas mais recentes. Narrativas que sugerem que o vírus foi criado intencionalmente em um laboratório chinês, com fins de controle populacional ou dominação econômica, são recorrentes entre os conspiracionistas e estão presentes em diversos estudos (Prichard & Christman, 2020; Šrol et al., 2022; Zhai & Yan, 2022).

Tais narrativas reforçam a percepção conspiratória de que a China foi a principal responsável pela disseminação do vírus (Prichard & Christman, 2020; Šrol et al., 2022; Zhai & Yan, 2022). No aprofundamento dessas representações, surgem nuances exploradas pelos estudos, como o preconceito racial contra chineses e a atribuição de causalidade pela propagação do vírus (Šrol et al., 2022).

De acordo com Šrol et al. (2022), um dos apelos das teorias conspiratórias em tempos de crise é justamente o de apontar culpados, o que intensifica a desconfiança, a hostilidade e sentimentos negativos contra grupos considerados responsáveis. Ainda segundo os autores, indivíduos que apoiam essas crenças tendem a justificar protestos — como os ocorridos contra as redes 5G — e se mostram mais dispostos a participar dessas manifestações.

Os estudos também incluem investigações realizadas com a população chinesa para compreender o papel da identificação grupal e do favorecimento endogrupal na atribuição de responsabilidade pela disseminação do vírus (Wang et al., 2021).

Classe 4: Planejamento metodológico

No mesmo eixo da classe anterior, porém com maior frequência em todo o *corpus* (33,2% dos fragmentos de texto), a Classe 4 foi formada na segunda partição e teve como temática geral o “Planejamento metodológico”. Suas palavras mais características foram: igual ($\chi^2 = 84,07$), amostra ($\chi^2 = 81,87$), estudo 01 ($\chi^2 = 59,44$), participante ($\chi^2 = 56,15$), idade ($\chi^2 = 54,46$), questionário ($\chi^2 = 51,78$), ideiação ($\chi^2 = 51,47$), enquete ($\chi^2 = 47,78$), estudo 02 ($\chi^2 = 40,18$), adulto ($\chi^2 = 35,08$), replicar ($\chi^2 = 33,71$), completo ($\chi^2 = 32,62$), medir ($\chi^2 = 31,93$), entre outras.

Essa classe reúne os objetivos, hipóteses, descrições dos estudos e dos participantes, os métodos empregados nas investigações, bem como os resultados obtidos. Trata-se, portanto,

da classe que concentra os conteúdos estruturais e metodológicos dos artigos que compõem o *corpus* analisado.

Os participantes descritos nos estudos são, em sua maioria, oriundos da população geral dos países em que as pesquisas foram realizadas ou, especificamente, indivíduos que acreditam e propagam teorias da conspiração. No entanto, algumas características específicas foram ressaltadas, como a nacionalidade dos participantes: estadunidenses e canadenses (Leibovitz et al., 2021), britânicos (Cookson et al., 2021), franceses (Bertin & Delouvée, 2021), australianos (Marques et al., 2021), alemães (Rudloff et al., 2022), romenos (Maftei & Holman, 2020), húngaros (Orosz et al., 2016), russos (Egorova et al., 2020) e venezuelanos (Andrade, 2021), entre outros. Outra característica frequentemente destacada foi o status de estudante (Andrade, 2021; Cookson et al., 2021; Egorova et al., 2020; Swami et al., 2014).

Em muitos casos, os participantes foram recrutados e responderam aos questionários de forma online. Tal escolha se deve, em grande parte, às restrições impostas durante o período pandêmico, que impossibilitaram a realização de coletas presenciais (Coninck et al., 2021; Latkin et al., 2021; Loretto et al., 2021). Em alguns desses estudos, plataformas como MTurk (*Amazon Mechanical Turk*) e Prolific foram utilizadas para a coleta de dados (Latkin et al., 2021; Newman et al., 2022).

Com relação à idade dos participantes — aspecto que aparece com destaque nesta classe —, observou-se que os adultos foram o grupo etário mais frequentemente abordado pelos pesquisadores (Coninck et al., 2021; Pavela Banai et al., 2021).

Discussão

Para Douglas et al. (2017), as teorias da conspiração possuem atributos que as diferenciam de outros tipos de explicações causais. Segundo os autores, essas “teorias” são especulativas, complexas e resistentes à falsificação. São especulativas em diferentes graus,

pois postulam ações que estão “escondidas” da arguição pública; complexas, porque demandam a coordenação de múltiplos atores; e resistentes à falsificação, pois argumentam que os conspiradores utilizam artifícios de furtividade e desinformação para encobrir suas ações. Isso se torna necessário, na medida em que as pessoas que tentam combater as teorias da conspiração são, elas próprias, apontadas como participantes das conspirações. “*Conspiracy theories appear to provide broad, internally consistent explanations that allow people to preserve beliefs in the face of uncertainty and contradiction*” (p. 539).

Os trabalhos que abordam aspectos relativos à falsidade e à desinformação das teorias da conspiração colocam em questão a noção de verdade como uma base moral estruturante da sociedade moderna, especialmente a partir das discussões sobre a pós-verdade e as *fake news*. Sendo a verdade um elemento cada vez mais debatido e disputado narrativamente, abrem-se espaços para versões sinuosas e falsas, mas que convergem com uma cosmovisão que anseia por essas interpretações. Dessa forma, essas teorias ganham força e encontram adeptos que, a partir de suas necessidades psicológicas, reforçam e propagam essas “versões” da realidade — necessidades amplamente discutidas neste trabalho, de ordem epistêmica, existencial e social, que oferecem aos “teóricos” da conspiração uma sensação de segurança psicológica e funcionam como um esteio para que suas crenças atuem de diversas formas, combatendo a imprevisibilidade e o desconforto próprios da disputa discursiva em sociedade.

As teorias da conspiração relativas à saúde têm sido amplamente difundidas ao longo do tempo, atingindo seu ápice durante o período pandêmico. Os resultados indicam que, nos últimos anos, houve um crescimento expressivo dos estudos sobre o tema. Embora não sejam novidade, as teorias da conspiração em relação à saúde foram impulsionadas no contexto da pandemia pelo aumento do debate público sobre a doença, seu diagnóstico, métodos de tratamento e vacinas. Alguns fatores contribuem para a proeminência dessas teorias em torno

da COVID-19, tais como: incerteza quanto ao futuro, sentimento de impotência diante do desconhecido, informações oficiais conflitantes, disputas ideológicas, entre outros.

Além disso, a disseminação de informações falsas e os prejuízos causados por elas, especialmente no que diz respeito à baixa adesão da população a comportamentos protetivos e preventivos, alertam para a necessidade de um debate aprofundado sobre as influências dessas teorias na vida das pessoas. Nesse contexto, com a ampla difusão de conteúdos e a facilidade de acesso proporcionada pela internet e por outros meios de comunicação, os indivíduos estão mais expostos a consumir conteúdos alternativos que promovem teorias conspiratórias, adotando, por consequência, comportamentos contraindicados. Mota (2023), ao entrevistar Laila Espíndola, diretora da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), resume bem essa ideia ao destacar que, nos últimos anos, “somos sobreviventes do negacionismo científico”.

Por fim, é imprescindível debruçar-se sobre esse tema, a fim de oferecer ao corpo social informações capazes de atuar na arena discursiva contra essas “teorias” que, como demonstrado, têm impacto significativo na vida das pessoas.

Referências²

- Abalakina-Paap, M., Stephan, W. G., Craig, T., & Gregory, W. L. (1999). Beliefs in Conspiracies. *Political Psychology*, 20(3), 637–647. <https://doi.org/10.1111/0162-895x.00160>
- Amanzio, M., Howick, J., Bartoli, M., Cipriani, G. E., & Kong, J. (2020). How Do Nocebo Phenomena Provide a Theoretical Framework for the COVID-19 Pandemic? *Frontiers in Psychology*, 11. <https://doi.org/10.3389/fpsyg.2020.589884> *

² Nota. Apenas as referências marcadas com * fazem parte do *corpus* analisado.

- Andrade, G. (2021). Belief in Conspiracy Theories About COVID-19 Amongst Venezuelan Students: A Pilot Study. *Revista Colombiana de Psicología*, 30(1), 79-88. Epub May 27, 202. <https://doi.org/10.15446/rcp.v30n1.87357> *
- Barbosa, L. F. (2020). Recusa vacinal e o impacto no ressurgimento de doenças erradicadas. *Brazilian Journal of Surgery and Clinical Research*, 12(3), 45-58.
- Baeza-Rivera, M. J., Salazar-Fernández, C., Araneda-Leal, L., & Manríquez-Robles, D. (2021). To get vaccinated or not? Social psychological factors associated with vaccination intent for COVID-19. *Journal of Pacific Rim Psychology*, 15, 183449092110517. <https://doi.org/10.1177/18344909211051799> *
- Bertin, P., & Delouvée, S. (2021). Affected more than infected: The relationship between national narcissism and Zika conspiracy beliefs is mediated by exclusive victimhood about the Zika outbreak. *Journal of Pacific Rim Psychology*, 15, 183449092110518. <https://doi.org/10.1177/18344909211051800> *
- Brotherton, R., & Eser, S. (2015). Bored to fears: Boredom proneness, paranoia, and conspiracy theories. *Personality and Individual Differences*, 80, 1–5. <https://doi.org/10.1016/j.paid.2015.02.011>
- Bruder, M., Haffke, P., Neave, N., Nouripanah, N., & Imhoff, R. (2013). Measuring Individual Differences in Generic Beliefs in Conspiracy Theories Across Cultures: Conspiracy Mentality Questionnaire. *Frontiers in Psychology*, 4(225). <https://doi.org/10.3389/fpsyg.2013.00225>
- Camargo, B. V., & Justo, A. M. (2013). IRAMUTEQ: Um software gratuito para análise de dados textuais. *Temas em Psicologia*, 21(2), 513-518. <https://doi.org/10.9788/TP2013.2-16>

- Casarin, S. T., Porto, A. R., Gabatz, R. I. B., Bonow, C. A., Ribeiro, J. P., & Mota, M. S. (2020). Tipos de revisão de literatura: considerações das editoras do Journal of Nursing and Health/Types of literature review: considerations of the editors of the Journal of Nursing and Health. *Journal of Nursing and Health*, 10(5).
- Casarões, G., & Magalhães, D. (2021). The hydroxychloroquine alliance: how far-right leaders and alt-science preachers came together to promote a miracle drug. *Revista de Administração Pública*, 55(1), 197–214. <https://doi.org/10.1590/0034-761220200556>
- Casarin, S. T., Porto, A. R., Gabatz, R. I. B., Bonow, C. A., Ribeiro, J. P., & Mota, M. S. (2020). Tipos de revisão de literatura: considerações das editoras do Journal of Nursing and Health/Types of literature review: considerations of the editors of the Journal of Nursing and Health. *Journal of Nursing and Health*, 10(5), e2050. <https://doi.org/10.15210/jonah.v10i5.19924>
- Cichocka, A., Marchlewska, M., & de Zavala, A. G. (2016). Does Self-Love or Self-Hate Predict Conspiracy Beliefs? Narcissism, Self-Esteem, and the Endorsement of Conspiracy Theories. *Social Psychological and Personality Science*, 7(2), 157–166. <https://doi.org/10.1177/1948550615616170> *
- Coninck David, Frissen Thomas, Matthijs Koen, d’Haenens Leen, Lits Grégoire, Champagne-Poirier Olivier, Carignan Marie-Eve, David Marc D., Pignard-Cheynel Nathalie, Salerno Sébastien, Généreux Melissa. (2021). Beliefs in Conspiracy Theories and Misinformation About COVID-19: Comparative Perspectives on the Role of Anxiety, Depression and Exposure to and Trust in Information Sources. *Frontiers in Psychology*, 12. <https://www.frontiersin.org/articles/10.3389/fpsyg.2021.646394> *
- Constantinou, M., Gloster, A. T., & Karekla, M. (2021). I won’t comply because it is a hoax: Conspiracy beliefs, lockdown compliance, and the importance of psychological

- flexibility. *Journal of Contextual Behavioral Science*, 20, 46–51.
<https://doi.org/10.1016/j.jcbs.2021.03.001> *
- Cookson, D., Jolley, D., Dempsey, R. C., & Povey, R. (2021). “If they believe, then so shall I”: Perceived beliefs of the in-group predict conspiracy theory belief. *Group Processes & Intergroup Relations*, 24(5), 759–782. <https://doi.org/10.1177/1368430221993907> *
- Cruz Junior, G. (2019). Pós-verdade: a nova guerra contra os fatos em tempos de fake news. *ETD - Educação Temática Digital*, 21(1), 278–284.
<https://doi.org/10.20396/etd.v21i1.8652833>
- Davis, J., Wetherell, G., & Henry, P. J. (2018). Social devaluation of African Americans and race-related conspiracy theories. *European Journal of Social Psychology*, 48(7), 999–1010. <https://doi.org/10.1002/ejsp.2531>
- Domingues, C. M. A. S., Fantinato, F. F. S. T., Duarte, E., & Garcia, L. P. (2019). Vacina Brasil e estratégias de formação e desenvolvimento em imunizações. *Epidemiologia E Serviços de Saúde*, 28, e20190223. <https://doi.org/10.5123/s1679-49742019000200024>
- Donvan, J., & Zucker, C. (2017). *Outra sintonia: a história do autismo*. — 1a ed. — São Paulo: Companhia das Letras, 2017.
- Douglas, K. M., Sutton, R. M., Callan, M. J., Dawtry, R. J., & Harvey, A. J. (2015). Someone is pulling the strings: hypersensitive agency detection and belief in conspiracy theories. *Thinking & Reasoning*, 22(1), 57–77. <https://doi.org/10.1080/13546783.2015.1051586>
- Douglas, K. M., Uscinski, J. E., Sutton, R. M., Cichocka, A., Nefes, T., Ang, C. S., & Deravi, F. (2019). Understanding Conspiracy Theories. *Political Psychology*, 40(S1), 3–35.
<https://doi.org/10.1111/pops.12568> *
- Douglas, K., Sutton, R., & Cichocka, A. (2017). The Psychology of Conspiracy Theories. *Current Directions in Psychological Science*, 26(6), 538–542.
<https://doi.org/10.1177/0963721417718261> *

- Egorova, M. S., Parshikova, O. V., Chertkova, Y. D., Staroverov, V. M., & Mitina, O. V. (2020). COVID-19: Belief in Conspiracy Theories and the Need for Quarantine. *Psychology in Russia-State of the Art*, 2–25. <https://doi.org/10.11621/pir.2020.0401> *
- Franks, B., Bangerter, A., Bauer M, W., Hall M., Noort M. C. (2017). Beyond “Monologicality”? Exploring Conspiracist Worldviews. *Frontiers in Psychology*, 8. <https://www.frontiersin.org/articles/10.3389/fpsyg.2017.00861> *
- Grzesiak-Feldman, M. (2013). The Effect of High-Anxiety Situations on Conspiracy Thinking. *Current Psychology*, 32(1), 100–118. <https://doi.org/10.1007/s12144-013-9165-6>
- Imhoff, R., & Lamberty, P. (2020). A Bioweapon or a Hoax? The Link Between Distinct Conspiracy Beliefs About the Coronavirus Disease (COVID-19) Outbreak and Pandemic Behavior. *Social Psychological and Personality Science*, 11(8), 1110–1118. <https://doi.org/10.1177/1948550620934692> *
- Imhoff, R., & Lamberty, P. K. (2017). Too special to be duped: Need for uniqueness motivates conspiracy beliefs. *European Journal of Social Psychology*, 47(6), 724–734. <https://doi.org/10.1002/ejsp.2265>
- Jost, J., Ledgerwood, A., & Hardin, CD. (2008). Shared reality, system justification, and the relational basis of ideological beliefs. *Social and Personality Psychology Compass*, 2, 171-186.
- Juanchich, M., Sirota, M., Jolles, D., & Whiley, L. A. (2021). Are COVID-19 conspiracies a threat to public health? Psychological characteristics and health protective behaviours of believers. *European Journal of Social Psychology*. <https://doi.org/10.1002/ejsp.2796> *
- Kofta, M., Sedek, G., & Slawuta, P. N. (2011, July). Beliefs in Jewish conspiracy: The role of situation threats to ingroup power and positive image. Paper presented at the 34th International Society of Political Psychology (ISSP) conference, Istanbul, Turkey.

- Lantian, A., Muller, D., Nurra, C., & Douglas, K. M. (2017). “I Know Things They Don’t Know!” *Social Psychology*, 48(3), 160–173. <https://doi.org/10.1027/1864-9335/a000306>
- Latkin, C. A., Dayton, L., Moran, M., Strickland, J. C., & Collins, K. (2021). Behavioral and psychosocial factors associated with COVID-19 skepticism in the United States. *Current Psychology*. <https://doi.org/10.1007/s12144-020-01211-3> *
- Lazić, A., & Žeželj, I. (2021). A systematic review of narrative interventions: Lessons for countering anti-vaccination conspiracy theories and misinformation. *Public Understanding of Science*, 30(6), 644–670. <https://doi.org/10.1177/09636625211011881> *
- Leibovitz, T., Shamblaw, A. L., Rumas, R., & Best, M. W. (2021). COVID-19 Conspiracy Beliefs: Relations with Anxiety, Quality of Life, and Schemas. *Personality and Individual Differences*, 110704. <https://doi.org/10.1016/j.paid.2021.110704> *
- Leman P., & Cinnirella M. (2013). Beliefs in conspiracy theories and the need for cognitive closure. *Frontiers in Psychology*, 4. <https://www.frontiersin.org/articles/10.3389/fpsyg.2013.00378>
- Lima, C. M. A. de O. (2020). Information about the new coronavirus disease (COVID-19). *Radiologia Brasileira*, 53(2), V–VI. <https://doi.org/10.1590/0100-3984.2020.53.2e1>
- Lopes, F., Ramon, J., Lua, I., Fernanda, Fortes, J., Schneider, G., Félix, E., Braz, L., Verônica, S., Reis, A., Maria, T., Camargo, E. R., Oliveira, M., Craveiro, I., Maria, Amélia, I., Aparecida, C., Sousa, I., Cardoso, R., & Simão, M. (2021). Determinants of COVID-19 Vaccine Hesitancy in Portuguese-Speaking Countries: A Structural Equations Modeling Approach. 9(10), 1167–1167. <https://doi.org/10.3390/vaccines9101167>
- Loretto, L., Mastrangelo, G., Stepien, J., Grabowski, J., Meloni, R., Piu, D., Michalski, T., Waszak, P. M., Bellizzi, S., & Cegolon, L. (2021). Attitudes and Perceptions of Health

- Protection Measures Against the Spread of COVID-19 in Italy and Poland. *Frontiers in Psychology*, 12. <https://doi.org/10.3389/fpsyg.2021.805790> *
- Maftai, A., & Holman, A.-C. (2020). Beliefs in conspiracy theories, intolerance of uncertainty, and moral disengagement during the coronavirus crisis. *Ethics & Behavior*, 1–11. <https://doi.org/10.1080/10508422.2020.1843171> *
- Marques, M. D., Ling, M., Williams, M. N., Kerr, J. R., & McLennan, J. (2021). Australasian public awareness and belief in conspiracy theories: Motivational correlates. *Political Psychology*, 43(1). <https://doi.org/10.1111/pops.12746> *
- Mashuri, A., & Zaduqisti, E. (2014). We believe in your conspiracy if we distrust you: The role of intergroup distrust in structuring the effect of Islamic identification, competitive victimhood, and group incompatibility on belief in a conspiracy theory. *Journal of Tropical Psychology*, 4(11), 1–14. <https://doi.org/10.1017/jtp.2014.11>
- Mcintyre, Lee. (2018) *Post-truth*. Cambridge, MA: MIT Press.
- McKenzie-McHarg, A. (2018). Conspiracy theory: The nineteenth-century prehistory of a twentieth-century concept. In J. E. Uscinski (Ed.), *Conspiracy theories and the people who believe them* (pp. 62–81). New York, NY: Oxford University Press.
- Moser, C., & Yared, P. (2021). Pandemic lockdown: The role of government commitment. *Review of Economic Dynamics*, 46, 27–50. <https://doi.org/10.1016/j.red.2021.08.001>
- Mota, C. (2023, June 28). “Somos sobreviventes do negacionismo”, diz diretora de sociedade científica. PT No Senado. <https://ptnosenado.org.br/somos-sobreviventes-do-negacionismo-diz-diretora-de-sociedade-cientifica/>
- Musolff, A. (2022). “World-beating” Pandemic Responses: Ironical, Sarcastic, and Satirical Use of War and Competition Metaphors in the Context of COVID-19 Pandemic. *Metaphor and Symbol*, 37(2), 76–87. <https://doi.org/10.1080/10926488.2021.1932505> *

- Newman, D., Lewandowsky, S., & Mayo, R. (2022). Believing in nothing and believing in everything: The underlying cognitive paradox of anti-COVID-19 vaccine attitudes. *Personality and Individual Differences*, 189, 111522. <https://doi.org/10.1016/j.paid.2022.111522>
- Orosz, G., Krekó, P., Paskuj, B., Tóth-Király, I., Bóthe, B., & Roland-Lévy, C. (2016). Changing Conspiracy Beliefs through Rationality and Ridiculing. *Frontiers in Psychology*, 7. <https://doi.org/10.3389/fpsyg.2016.01525> *
- Page, M. J., et al. (2022). The PRISMA 2020 statement: An updated guideline for reporting systematic reviews. *Systematic Reviews*, 10(1), 89. <https://doi.org/10.1136/bmj.n71>
- Parsons, S., Simmons, W., Shinhoher, F., & Kilburn, J. (1999). A test of the grapevine: An empirical examination of the conspiracy theories among African Americans. *Sociological Spectrum*, 19(2), 201–222. <https://doi.org/10.1080/027321799280235>
- Paula, L. T. de, Silva, T. D. R. S. da, & Blanco, Y. A. (2018). Pós-verdade e Fontes de Informação: um estudo sobre fake news. *Revista Conhecimento Em Ação*, 3(1), 93–110. <https://doi.org/10.47681/rca.v3i1.16764>
- Pavela Banai, I., Banai, B., & Mikloušić, I. (2021). Beliefs in COVID-19 conspiracy theories, compliance with the preventive measures, and trust in government medical officials. *Current Psychology*. <https://doi.org/10.1007/s12144-021-01898-y> *
- Peixoto, V. de M., Leal, J. G. R. P., & Marques, L. M. (2022, December 8). O impacto do bolsonarismo sobre a cobertura vacinal contra a COVID-19 nos municípios brasileiros. *Preprints.scielo.org*. <https://preprints.scielo.org/index.php/scielo/preprint/view/5027> *
- Prichard, E. C., & Christman, S. D. (2020). Authoritarianism, Conspiracy Beliefs, Gender and COVID-19: Links Between Individual Differences and Concern About COVID-19,

- Mask Wearing Behaviors, and the Tendency to Blame China for the Virus. *Frontiers in Psychology*, 11. <https://doi.org/10.3389/fpsyg.2020.597671> *
- Rezende, A., Gouveia, V., & Moizéis, H. (2021). Crenças em Teorias da Conspiração: uma aproximação desde a Psicologia Social. *Interação em Psicologia*, 25(1). doi: <http://dx.doi.org/10.5380/riep.v25i1.61173> *
- Rudloff, J. P., Hutmacher, F., & Appel, M. (2022). Beliefs About the Nature of Knowledge Shape Responses to the Pandemic: Epistemic Beliefs, the Dark Factor of Personality, and COVID-19-related Conspiracy Ideation and Behavior. *Journal of Personality*. <https://doi.org/10.1111/jopy.12706> *
- Rutjens, B. T., van der Linden, S., & van der Lee, R. (2021). Science skepticism in times of COVID-19. *Group Processes & Intergroup Relations*, 24(2), 276–283. <https://doi.org/10.1177/1368430220981415>
- Schöpfer, C., Abatista, A. G. F., Fuhrer, J., & Cova, F. (2023). “Where there are villains, there will be heroes”: Belief in conspiracy theories as an existential tool to fulfill need for meaning. *Personality and Individual Differences*, 200, 111900. <https://doi.org/10.1016/j.paid.2022.111900> *
- Silva, R. da. (2021). Habilidades Sociais: uma reflexão sobre os efeitos do isolamento social na pandemia do COVID-19. *Conhecendo Online*, 7(1), 150–168. <https://conhecendoonline.emnuvens.com.br/revista/article/view/113>
- Šrol, J., Čavojová, V., & Ballová Mikušková, E. (2022). Finding Someone to Blame: The Link Between COVID-19 Conspiracy Beliefs, Prejudice, Support for Violence, and Other Negative Social Outcomes. *Frontiers in Psychology*, 12. <https://doi.org/10.3389/fpsyg.2021.726076> *

- Swami, V., Voracek, M., Stieger, S., Tran, U. S., & Furnham, A. (2014). Analytic thinking reduces belief in conspiracy theories. *Cognition*, 133(3), 572–585. <https://doi.org/10.1016/j.cognition.2014.08.006> *
- Sy, A., & Lopresti, E. (2022). Entre los discursos de odio y el miedo: tirar el mal al otro lado de la frontera. *Ciênc. Saúde Colet.* (Impr.), 603–608. <https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/biblio-1356076>
- Thomas, S. B., & Quinn, S. C. (1991). The Tuskegee Syphilis Study, 1932 to 1972: implications for HIV education and AIDS risk education programs in the black community. *American Journal of Public Health*, 81(11), 1498–1505. <https://doi.org/10.2105/ajph.81.11.1498>
- Uscinski, J. E., & Parent, J. M. (2014). *American conspiracy theories*. New York, NY: Oxford University Press.
- van Prooijen, J. W., & Acker, M. (2015). The Influence of Control on Belief in Conspiracy Theories: Conceptual and Applied Extensions. *Applied Cognitive Psychology*, 29(5), 753–761. <https://doi.org/10.1002/acp.3161>
- van Prooijen, J. W., & Jostmann, N. B. (2012). Belief in conspiracy theories: The influence of uncertainty and perceived morality. *European Journal of Social Psychology*, 43(1), 109–115. <https://doi.org/10.1002/ejsp.1922>
- van Prooijen, J.-W., & Douglas, K. M. (2017). Conspiracy theories as part of history: The role of societal crisis situations. *Memory Studies*, 10(3), 323–333. <https://doi.org/10.1177/1750698017701615> *
- van Prooijen, J. W., Douglas, K. M., & De Inocencio, C. (2017). Connecting the dots: Illusory pattern perception predicts belief in conspiracies and the supernatural. *European Journal of Social Psychology*, 48(3), 320–335. <https://doi.org/10.1002/ejsp.2331> *

- Vitriol, J. A., & Marsh, J. K. (2018). The illusion of explanatory depth and endorsement of conspiracy beliefs. *European Journal of Social Psychology*, 48(7), 955–969. <https://doi.org/10.1002/ejsp.2504>
- Waisbord, S. (2020). Fake health news in the new regime of truth and (mis)information. *Revista Eletrônica de Comunicação, Informação & Inovação em Saúde*, 14(1). <https://doi.org/10.29397/reciis.v14i1.1953>
- Wang, X., Zuo, S.-J., Chan, H.-W., Chiu, C. P.-Y., & Hong, Y. (2021). COVID-19-related conspiracy theories in China. *Journal of Pacific Rim Psychology*, 15, 183449092110349. <https://doi.org/10.1177/18344909211034928> *
- Wolter, R. M. C. P., Oliveira, F. da C., Peixoto, A. R. S., Santin, T. R., Gomes, A. M. T., Dutra, J. O., Reis, A. C. L. O., & Silva Pinto, H. M. S. e. (2022). Boatos em forma de fake news na pandemia da Covid-19: teorias da conspiração, verdades alternativas e conselhos bondosos. *Estudos De Psicologia (Natal)*, 26(2), 207–218. <https://doi.org/10.22491/1678-4669.20210020>
- Wood, M. J., & Douglas, K. M. (2015). Online communication as a window to conspiracist worldviews. *Frontiers in Psychology*, 6. <https://doi.org/10.3389/fpsyg.2015.00836> *
- Xiao, X., Borah, P., & Su, Y. (2021). The dangers of blind trust: Examining the interplay among social media news use, misinformation identification, and news trust on conspiracy beliefs. *Public Understanding of Science*, 30(8), 096366252199802. <https://doi.org/10.1177/0963662521998025> *
- Yamakawa, E. K., Kubota, F. I., Beuren, F. H., Scalvenzi, L., & Miguel, P. A. C.. (2014). Comparativo dos softwares de gerenciamento de referências bibliográficas: Mendeley, EndNote e Zotero. *Transinformação*, 26(2), 167–176. <https://doi.org/10.1590/0103-37862014000200006>

Zhai, Y., & Yan, Z. (2022). Political Ideology, Ingroup Favoritism, and Conspiratorial Thinking: Patriotism, Nationalism, and COVID-19 Conspiracy Theories. *Psychological Reports*, 003329412210797. <https://doi.org/10.1177/00332941221079727> *

CONTRIBUIÇÕES DA PSICOLOGIA E NOVOS CAMINHOS DE INVESTIGAÇÃO

A revisão sistemática da literatura permite compreender o panorama das teorias da conspiração no campo da psicologia. De acordo com Douglas et al. (2019), até 2007, um número reduzido de estudos havia sido publicado em revistas da área. No entanto, a partir desse período, um campo significativo de pesquisa passou a se concentrar nos fatores psicológicos que contribuem para aumentar a probabilidade de as pessoas acreditarem em teorias da conspiração. Esses resultados são evidenciados na revisão sistemática apresentada, na qual os estudos em psicologia abordam, principalmente, aspectos relacionados à “psicologia dos teóricos da conspiração”. Ou seja, investigam quais atributos psicológicos são mobilizados para a crença ou o fortalecimento de crenças conspiratórias. Com isso, é possível afirmar que grande parte das pesquisas em psicologia está voltada a fatores internos que levam as pessoas a aderirem a essas teorias.

Embora os estudos sobre teorias da conspiração na psicologia estejam em expansão, no Brasil o cenário ainda é incipiente. Nesse sentido, esta tese busca contribuir para a compreensão do fenômeno, propondo abordagens que não se centram exclusivamente nos aspectos intrapsicológicos dos teóricos da conspiração.

Dessa forma, objetiva-se oferecer ao leitor uma análise dos artifícios retóricos utilizados por esses indivíduos para conferir caráter factual ao discurso e, consequentemente, torná-lo persuasivo, uma vez que o objetivo de quem argumenta é conquistar a adesão dos interlocutores. Além disso, o estudo apresenta as construções identitárias elaboradas durante a pandemia, direcionadas a dois tipos de atores sociais: políticos e econômicos. Por outro lado, ao argumentarem sobre o “outro”, os teóricos da conspiração estão, simultaneamente, argumentando sobre si mesmos.

Assim, a tese propõe uma abordagem diferenciada sobre o tema no contexto da pandemia de coronavírus, uma oportunidade *sui generis* para a análise do fenômeno em questão.

TEORIAS DA CONSPIRAÇÃO: DISCURSO, PERSUASÃO E IDENTIDADE

Este estudo foi orientado, metodológica e teoricamente, pela Psicologia Social Discursiva (Billig, 2008, 1991; Potter & Wetherell, 1987; Potter, Wetherell, Gill & Edwards, 1990; Potter, 1998), um referencial teórico que guia a produção de análises discursivas. Para autores como Edwards e Potter (1992), a Psicologia Discursiva é um termo concebido não apenas para designar uma mudança metodológica em curso, mas também para enfatizar um repensar teórico radical.

Psicologia Discursiva e Cognitivismo

Para compreender os conceitos que norteiam este trabalho, é necessário distinguir a Psicologia Discursiva das abordagens clássicas que tratam a conduta humana como, em última instância, dependente de entidades individuais, como crenças, atitudes e/ou conhecimentos.

Nesse sentido, a Psicologia Discursiva busca afastar-se de qualquer compreensão que adote uma estratégia explicativa centrada nos processos cognitivos individuais como determinantes centrais da percepção e da ação. Uma estratégia explicativa, neste contexto, refere-se a um conjunto de pressupostos e práticas metodológicas, a um corpo de teorias tidas como certas, e a uma rede de grupos e instituições sociais, mais ou menos formais. A Psicologia Discursiva se distancia dessa perspectiva; ou seja, não há, de antemão, a pretensão de afirmar a existência de uma teoria coerente subscrita por todos sob o mesmo nome (Edwards & Potter, 1992).

Dessa forma, a Psicologia Discursiva não está interessada em questões próprias de um “cognitivismo” tradicional. Sua análise parte das práticas — ou seja, de pessoas interagindo umas com as outras em ambientes cotidianos e institucionais. Isso não significa que os

psicólogos discursivos ignorem o pensamento, a cognição, a mente, os sentimentos ou outros aspectos internos. No entanto, para eles, esses elementos não constituem o foco da análise nem servem como base universal para a explicação do comportamento social. Em outras palavras, busca-se identificar os efeitos das formulações discursivas na produção e reprodução de grupos, identidades e da vida social (Edwards & Potter, 1992).

É importante ressaltar, mais uma vez, que não há uma negação da existência da cognição. Contudo, os teóricos da Psicologia Discursiva destacam a dificuldade de compreender com precisão o conteúdo do que as pessoas “realmente pensam”, uma vez que estão sempre envolvidas, de alguma forma, em interações sociais. Assim, aquilo que pode ser apresentado como uma demonstração precisa de um aspecto cognitivo (como “eu vi x” ou “eu senti y”) é, na verdade, alguém realizando uma ação em um contexto interacional (Goodman, 2017).

Por exemplo, um sujeito pode dizer: “Está chovendo lá fora” — e essa afirmação pode ir além de simplesmente descrever as condições meteorológicas. O falante pode, indiretamente, estar solicitando uma carona. Se alguém responde: “Está chovendo lá fora, quer uma carona?”, isso indica que a solicitação (ou, na terminologia da Psicologia Discursiva, a “orientação para”) foi prontamente compreendida (Goodman, 2017).

Assim, os psicólogos discursivos analisam a prática cotidiana do uso da linguagem, buscando compreender como as pessoas utilizam os recursos linguísticos disponíveis para produzir, de forma eficaz, versões dos acontecimentos que gerem consequências desejadas (Burr, 2002). Não há interesse em investigar exatamente o que está por trás do que as pessoas pensam ou em revelar atitudes supostamente ocultas em suas práticas cotidianas (Gill, 2002).

Harré e Gillet (1994) acrescentam que os fenômenos discursivos não são manifestações de aspectos psicológicos, subjetivos ou ocultos. Em alguns casos, podem ter uma contrapartida

subjetiva, mas, em outros, essa contrapartida pode estar ausente. Dessa forma, não se pressupõe necessariamente a existência de um "mundo oculto" ou "das sombras", onde uma atividade mental privada elaboraria o discurso. Essa compreensão é fundamental para a Psicologia Discursiva, pois se afasta da noção de que a linguagem seria um meio neutro e transparente entre o ator social e o mundo, como se o discurso pudesse ser interpretado literalmente como uma descrição direta de um estado ou acontecimento mental (Potter, 1998).

Outra crítica dirigida às abordagens clássicas do cognitivismo está em seu caráter experimental. Para os teóricos da Psicologia Discursiva, sair do laboratório e analisar os contextos em que os indivíduos pensam, agem e vivem representa uma ruptura fundamental. Isso porque a aplicação de resultados laboratoriais às práticas cotidianas tende a ignorar a grande quantidade de variáveis que influenciam o sujeito e que não são passíveis de mensuração (Edwards & Potter, 1992).

Tendo isso em vista, a seguir, definiremos o que se entende por "discurso", as influências que permeiam a Psicologia Discursiva e a análise de discurso adotada neste trabalho. Destaca-se a importância do discurso em seu contexto de uso e das formulações discursivas realizadas pelos indivíduos, que buscam produzir versões específicas dos acontecimentos e gerar efeitos desejados.

Discurso e Análise do Discurso

Por muito tempo, a produção teórico-empírica da Psicologia Social caracterizou-se por um distanciamento em relação ao papel da linguagem na constituição dos processos psicológicos. Contudo, isso não pode ser reduzido à ausência de reflexões sobre a relação entre linguagem e psiquismo. Para compreender os conceitos aqui utilizados, é necessário, a priori, apresentá-los, considerando que “discurso” e “análise de discurso” são termos empregados por

distintas perspectivas teóricas e disciplinas, com múltiplos sentidos e definições possíveis. Assim, conceituar “discurso” implica, antes de tudo, reconhecer seu caráter polissêmico (Oliveira Filho, 2023).

Fairclough (2001) argumenta que, em muitos casos, há uma tendência a considerar a linguagem como algo transparente, como se fosse possível acessar dados linguísticos — entrevistas, por exemplo — sem considerar o conteúdo social neles inscrito, ou seja, sem a devida atenção à própria linguagem. Para esse autor, o conceito de “discurso” é complexo, dado que existem diversas versões conflitantes e sobrepostas, formuladas por diferentes perspectivas disciplinares e teóricas. Na linguística, por exemplo, o termo é utilizado ora para designar amostras ampliadas de fala, em oposição aos “textos” escritos, ora para se referir a amostras extensas de fala e escrita. Também é comum empregar-se “discurso” para nomear a linguagem utilizada em diferentes tipos de situações sociais — como “discurso jornalístico”, “discurso publicitário”, “discurso em sala de aula”, “discurso em consultas médicas”, entre outros (Fairclough, 2001).

Para Foucault (1972), “discurso” refere-se a formações discursivas historicamente constituídas que atravessam o tempo, estruturando práticas sociais e campos do saber, como o discurso médico, o discurso psiquiátrico ou o discurso psicológico. Nesse sentido, os discursos manifestam-se em modos específicos de uso da linguagem e de outras formas simbólicas (Fairclough, 2001).

Gill (2002) afirma que o pós-estruturalismo foucaultiano representa uma ruptura com as visões realistas da linguagem que sustentavam a noção de um sujeito unificado e coerente na filosofia ocidental. Burr (2002) acrescenta que o discurso foucaultiano consiste em representações que operam por meio da linguagem e de outros sistemas simbólicos. O mundo,

tal como o conhecemos e compreendemos, é construído e moldado pelos discursos que circulam em uma sociedade em determinado momento histórico.

Diante disso, e considerando o caráter polissêmico do termo “discurso”, cabe a pergunta: quão importante é a linguagem para a vida social? Seu advento não representa apenas a incorporação de uma ferramenta metodológica, mas a abertura a um vasto repertório de métodos qualitativos para a Psicologia Social, introduzindo uma perspectiva teórica que vê a linguagem como ordenadora da percepção e como elemento que faz as coisas acontecerem. A linguagem, assim, se apresenta como um recurso por meio do qual construímos interações sociais e múltiplos mundos sociais (Campos, 2012).

Começaremos, portanto, pela faceta construtiva do discurso na Psicologia Discursiva, ou seja, pela forma como o discurso constrói versões sobre o mundo. Isso nos auxiliará a compreender como essa abordagem entende o que aqui chamamos de discurso.

De acordo com Edwards e Potter (1992), compreender a Psicologia Discursiva como uma forma de Análise de Discurso trouxe benefícios inegáveis ao destacar suas conexões com áreas como a linguística e a sociologia. Contudo, muitas vezes essa abordagem foi confundida com um mero método — uma técnica análoga a um questionário ou a um experimento com variáveis de estímulo e resposta. É necessário, portanto, distanciar-se dessa visão estritamente metodológica e compreender a Psicologia Discursiva como uma abordagem teórica.

Construção

A construção dos acontecimentos por meio da linguagem sempre passa pelo uso de recursos linguísticos preexistentes na própria língua. A utilização desses recursos, incluídos na narração dos relatos, é determinada por um processo de seleção ativa que ocorre no momento da formulação da versão (Campos, 2012). Ou seja, construir versões implica escolher quais

recursos linguisticamente manufaturados serão utilizados para abordar um aspecto da vida social.

Para Potter et al. (1990), o termo “construção” possui três sentidos na Psicologia Social Discursiva. O primeiro diz respeito à produção de discursos sobre objetos, grupos sociais, entre outros. Esses discursos são manufaturados a partir de recursos linguísticos já existentes — como termos, formas narrativas, lugares-comuns — oferecidos pela linguagem e pela prática discursiva, a partir dos quais um relato pode ser montado. Em segundo lugar, refere-se ao fato de que, diante da variedade de recursos disponíveis, as descrições que fazemos envolvem, inevitavelmente, uma escolha. Como há diversas possibilidades, o mesmo fenômeno, por mais simples que pareça, pode ser descrito de muitas maneiras. Por fim, o termo ressalta a ideia de que temos acesso ao mundo (aos grupos sociais, aos eventos etc.), na maioria das vezes, por meio de construções discursivas (Potter et al., 1990).

Ainda sobre esse segundo ponto, pode-se dizer que a grande variedade de recursos linguísticos envolve nossas descrições em uma escolha que visa especificá-las e/ou delineá-las. Assim, ao falar sobre objetos do mundo, não estamos descrevendo a natureza do mundo nem reagindo a ela, mas sim construindo o mundo — de modo que nossas descrições ou versões produzem efeitos concretos na vida social (Oliveira Filho, 2013). De acordo com Potter (1998), falar sobre o mundo não é retratar sua natureza de forma pura e simples, mas construí-lo por meio da linguagem. O mundo não está previamente categorizado por Deus ou pela Natureza, mas se forma e se constitui à medida que falamos, escrevemos e discutimos sobre ele (Potter, 2012).

Potter (1998), ao mencionar o trabalho seminal de Berger e Luckmann (1966/2005), *A Construção Social da Realidade* — obra extremamente influente na Sociologia do Conhecimento Científico —, argumenta que os autores ofereceram um argumento sistemático

e poderoso, ao sustentar que os mundos em que vivemos não estão simplesmente dados. Não são fenômenos naturais e objetivos, mas são construídos por meio de uma gama de práticas e convenções sociais.

Outra forte influência que nos ajuda a compreender o caráter construtivo do discurso é o Socioconstrucionismo. Esse movimento surgiu no final da década de 1960, no contexto da crescente expansão do estruturalismo e, posteriormente, do pós-estruturalismo, sendo amplamente influenciado pelo Giro Linguístico e pela Filosofia da Linguagem da segunda metade do século XX, especialmente por Wittgenstein. Para o Socioconstrucionismo — ou Construcionismo Social — o conhecimento não está na mente dos indivíduos, e as palavras não são reflexos da mente nem da natureza preexistente. Em outras palavras, a linguagem constrói realidades e se transforma à medida que mudam as relações sociais (Campos, 2012).

Potter (1998) argumenta que uma das dificuldades em lidar com essa questão reside justamente na forma de abordá-la. Ou seja, para julgar se uma descrição reflete ou constrói a realidade, seria necessário, a priori, compará-la com a própria realidade. No entanto, a realidade (ou “a realidade”) só pode ser inserida no debate na forma de outra descrição, o que levanta uma nova pergunta: essa nova descrição é, em si, descritiva ou construtiva?

Potter (1998) responde a essa questão afastando-a de um debate filosófico sobre ontologia. Para ele, a formulação abstrata do problema pode ser enganosa, por concentrar-se em uma relação entre uma descrição e “a realidade” em um sentido genérico e descontextualizado, sem considerar as práticas em que o discurso descritivo opera. O autor argumenta que, ao apelar para os fatos e para “o que realmente aconteceu”, os indivíduos buscam produzir um mecanismo retórico de factualidade. Ou seja, desde questões complexas no âmbito da ciência até disputas cotidianas e interesses ideológicos, esse recurso é amplamente utilizado. As descrições estão intrinsecamente ligadas à maneira como

construímos o mundo. No mundo contemporâneo, os fatos são a moeda comum que circula na medicina, no ensino, na engenharia e até na polícia. Ironicamente, até a ficção depende de descrições factuais: para construir uma narrativa crível aos olhos do público, é necessário recorrer a esses recursos.

Na Psicologia Discursiva, as construções produzidas pelo discurso são elaboradas, estabilizadas e construídas de modo a parecerem neutras, objetivas e independentes de quem fala (Potter, 2012). Assim, é possível afirmar que a Análise do Discurso busca responder a algumas questões fundamentais sobre o discurso e a factualidade: como algo pode ser construído para parecer uma descrição factual? Como pode parecer neutro, sólido e independente do sujeito que fala, sendo apresentado como um reflexo de algum aspecto do mundo social? Como se desacredita versões factuais? E como fazer com que uma descrição duvidosa seja desacreditada? (Potter, 1998).

Nesse sentido, construir um relato factualmente e desacreditar versões consideradas falsas são estratégias discursivas eficazes, utilizadas por inúmeros indivíduos e grupos sociais. Não por acaso, os teóricos da conspiração estão constantemente empenhados em tornar seu discurso convincente na construção de suas narrativas. Isso porque a adesão dos ouvintes depende, fundamentalmente, de elementos capazes de convencê-los — mesmo quando há uma predisposição prévia para acreditar em determinada teoria.

Ação

Potter e Wetherell (1987) conferem mais contornos ao conceito de discurso ao indicarem que a fala e a escrita não existem em uma pureza conceitual. Antes de tudo, eles são meios para a ação (Campos, 2012). Pensar em ação no campo do discurso remete à influência da “Teoria dos Atos de Fala”, desenvolvida por John Austin (1962), na Psicologia Discursiva.

Inicialmente, essa abordagem distinguia expressões que afirmam coisas — como, por exemplo, “João Pessoa é uma cidade que se encontra na Paraíba” — daquelas que realizam ações, como “Aposto 100 reais que o Partido dos Trabalhadores vencerá a eleição”. Posteriormente, identificou-se que essa separação não se sustenta, uma vez que a linguagem não apenas descreve o mundo, mas também realiza ações, colocando ênfase nas consequências do uso da linguagem em contextos específicos (Austin, 1962; Potter, 1998).

Para Potter (1998), todas as expressões realizam ações e, simultaneamente, possuem características que podem ser avaliadas segundo categorias como verdade e falsidade. Assim, dizer “Aposto 100 reais que o Partido dos Trabalhadores vencerá a eleição” é, ao mesmo tempo, um ato de apostar e uma afirmação que depende de um referencial comum (“Partido dos Trabalhadores”, “eleição”). Da mesma forma, “João Pessoa é uma cidade que se encontra na Paraíba” é uma afirmação que pode ser julgada como verdadeira ou falsa, mas também é um ato afirmativo.

Essa discussão, introduzida por Austin (1962) e retomada por Potter (1998), é fundamental por afastar-se da noção de que afirmações, descrições e relatos podem ser comparados diretamente com algum aspecto objetivo do mundo. Em outras palavras, Austin procura deslocar o foco para como as ações são realizadas em determinados contextos e direcionadas a resultados específicos.

Potter (1998) acrescenta que essa formulação inicial apresenta limitações. A primeira delas diz respeito ao uso de exemplos inventados e tipificados, que são examinados fora de contextos reais e institucionalmente determinados. Isso implica uma abstração que desconsidera as interações cotidianas, fazendo com que o significado das expressões seja previamente estabelecido. Outro problema está no modo como as afirmações são tratadas como ações: esse é um passo essencial para compreender como os fatos são construídos

discursivamente. Argumentar a partir de exemplos artificiais e descontextualizados pode ignorar o aspecto central das afirmações — seu uso para realizar ações.

Segundo Potter (1998), as afirmações são uma maneira, mais ou menos direta, de realizar uma ampla variedade de ações: cumprimentar, queixar-se, convidar, culpar, demonstrar, entre outras. Portanto, as afirmações são ações — e este é um princípio sólido.

Para a Etnometodologia — desenvolvida como disciplina empírica voltada à forma como o sentido é construído na vida cotidiana — a interação não segue ordens predefinidas; ao contrário, é produzida ativamente pelos sujeitos em seus contextos de uso. De acordo com Potter (1998), um dos objetivos da Etnometodologia, criada por Garfinkel (1967), é investigar os métodos pelos quais as pessoas produzem descrições do mundo social que pareçam racionais, adequadas e justificáveis. Nesse sentido, a Etnometodologia busca compreender os métodos utilizados para tornar a vida social inteligível.

De acordo com Oliveira Filho (2023), os etnometodologistas destacam que as falas das pessoas são parte constitutiva das ações e dos eventos, enfatizando sua capacidade de gerar consequências dentro das situações ao descrevê-las. Isso evidencia o caráter funcional da linguagem. Assim, para a Psicologia Discursiva, os discursos devem ser analisados em função das ações que realizam. No entanto, tais funções nem sempre são explícitas — o que torna essencial a consideração do contexto (Campos, 2012).

Os etnometodologistas utilizam o conceito de reflexividade para enfatizar o caráter funcional da linguagem. A reflexividade indica que uma descrição se refere a algo e, simultaneamente, faz parte desse algo. Com isso, busca-se reduzir o dualismo entre descrição e objeto descrito (Potter, 1998).

Outro conceito importante é o de indexicalidade, que aponta para a necessidade de compreender o contexto de uso das expressões. Uma mesma descrição pode ter diferentes

sentidos em diferentes contextos, independentemente de ser formulada como uma afirmação, uma pergunta, uma ordem ou qualquer outra forma. Em outras palavras, a indexicalidade nos mostra que é a combinação entre palavras e contexto que confere sentido às expressões (Oliveira Filho, 2023; Potter, 1998).

Potter (1998) argumenta que o foco nas orientações em tempo real e na interação natural torna as questões psicológicas inevitáveis. Nesse processo, os participantes coordenam suas ações, respondem a expressões positivas e negativas, lidam com ações incipientes como pedidos ou convites, e organizam o discurso com base em itens lexicais, categorias e gramáticas. Ou seja, o mundo do discurso é psicologicamente impregnado — assim como a vida cotidiana. Nesse sentido, a variação, a contradição e a incoerência são aspectos humanos que emergem inevitavelmente no discurso quando os indivíduos falam.

Variação

A variação indica que o discurso emerge da observação da fala cotidiana e reflete as transformações linguísticas em resposta às mudanças nos contextos em que é produzido. A linguagem pode ser utilizada para uma ampla variedade de funções, e seu uso implica uma gama igualmente extensa de consequências. Um mesmo fenômeno pode ser descrito de múltiplas formas, o que possibilita a construção de diferentes versões desse fenômeno.

Como já discutido, o discurso é situado e contextualizado, o que é fundamental para a compreensão de sua variabilidade. A orientação para a ação, característica do discurso, e as distintas atividades que ele realiza são capazes de produzir mudanças tanto em seu conteúdo quanto em sua forma. Assim, a variabilidade — manifestada por meio de inconsistências e contradições — não é vista como um problema pela teoria discursiva. Pelo contrário, os psicólogos discursivos não partem da expectativa de que o discurso deva refletir estruturas

internas fixas. A variabilidade discursiva, portanto, é uma condição *sine qua non* do discurso, na medida em que as pessoas reproduzem os conflitos, tensões e contradições presentes na própria sociedade (Oliveira Filho, 2023).

A conversação, por sua vez, constrói novos contextos à medida que se desenvolve na prática interacional. Nesse sentido, este trabalho se propõe a analisar o uso de estratégias retóricas e discursivas empregadas por teóricos da conspiração nas teorias produzidas na rede social “X”. Com isso, trataremos da argumentação, das estratégias utilizadas para conferir facticidade ao discurso, distanciá-lo do locutor e torná-lo convincente, bem como das formulações identitárias elaboradas por esses sujeitos ao argumentarem.

Argumentação

Em um mundo onde os fatos, as verdades ou até mesmo as verossimilhanças, submetidas a cálculos matemáticos de probabilidade, triunfam por si sós, a argumentação pareceria não ter razão de ser. Sem dúvida, essa é uma compreensão comum nas ciências puramente formais, como a lógica matemática ou o campo experimental, que apresentam vantagens inegáveis. No entanto, o saber humano é limitado e, muitas vezes, está sujeito à incapacidade de fornecer provas suficientes para sustentar a veracidade de toda asserção. Diante disso, a argumentação apresenta a possibilidade de alcançar conclusões opostas, distanciando-nos da situação particular com a qual as ciências nos acostumaram. Em outras palavras, argumentar implica realizar uma escolha deliberada entre diversas possibilidades, sem que haja, necessariamente, um critério único ou um consenso que permita demonstrar uma posição como definitiva (Perelman & Olbrechts-Tyteca, 2005).

Quando se pretende sustentar uma posição, é preciso indicar os procedimentos por meio dos quais ela pode ser obtida como resultado de uma sequência dedutiva, cujos elementos são

fornecidos pelo próprio sistema axiomático no qual a argumentação se desenvolve. Ou seja, ao argumentar e influenciar por meio do discurso, a forma como o público adere às teses evidencia que já não é mais possível ignorar completamente as condições psíquicas e sociais que, sem as quais, a argumentação perderia seu objeto e seu efeito (Perelman & Olbrechts-Tyteca, 2005).

Ainda segundo Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005, p. 16), a argumentação se edifica sobre um fundamento de ordem psicológica: a adesão dos ouvintes. Assim, “toda argumentação visa à adesão dos espíritos e, por isso mesmo, pressupõe a existência de um contrato intelectual”. Nesse sentido, entende-se a argumentação como um ato deliberativo, que busca conquistar o assentimento do auditório. Tal compreensão é fundamental para os teóricos da conspiração, pois, para que suas ideias se propaguem, sua argumentação precisa encontrar ressonância em auditórios propícios.

Em contraste com a demonstração de um fato irrefutável, sem margem para contestação, a argumentação opera em um campo onde é possível discutir um dado, buscando a adesão dos interlocutores a este ou àquele ponto de vista. Em outras palavras, mesmo quando é possível estabelecer certo grau de concordância sobre um aspecto da realidade, a argumentação o compreende como algo provisório, parcial e passível de discussão. “É na medida em que ela constitui uma escolha, consciente ou inconsciente, entre vários modos de significação, que a interpretação pode ser distinguida dos dados que interpretamos e oposta a estes” (Perelman & Olbrechts-Tyteca, 2005, p. 137).

Dessa forma, argumentar implica considerar a seleção dos dados, o modo como são interpretados e os significados que lhes são atribuídos (Perelman & Olbrechts-Tyteca, 2005). Isso é especialmente relevante no caso dos teóricos da conspiração, pois, para eles, argumentações amplamente pacificadas — como, por exemplo, a ideia da esfericidade da Terra

— são alvos legítimos de contestação e debate, como ocorre com os adeptos da teoria da Terra plana.

Compreender a argumentação desses grupos é, portanto, também compreender o modo como pensam. Afinal, o ato de argumentar, descrever, narrar e deliberar sobre determinado assunto constitui uma forma de pensamento em ação. Ou seja, pensar é argumentar — é desenvolver um diálogo interno consigo mesmo (Billig, 2008). Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005, p. 46) sustentam que “há todo interesse em considerar a deliberação íntima como uma espécie particular de argumentação”. Nesse sentido, os argumentos que utilizamos para convencer os outros são os mesmos que empregamos em nossos próprios processos reflexivos. É pela argumentação com os outros que aprendemos a deliberar melhor conosco.

Argumentar e pensar são processos humanos ancorados em conceitos e significações históricas e ideológicas, construídos ao longo do tempo e intrinsecamente relacionais. Essa dinâmica reverbera em uma diversidade de conteúdos e sentidos que, frequentemente, se apresentam de forma contraditória, antagônica e dialética.

O objetivo da argumentação é provocar ou fortalecer a adesão do público às teses apresentadas. Assim, uma argumentação eficaz é aquela que consegue mobilizar a adesão dos indivíduos, desencadeando neles a ação pretendida (seja ela afirmativa ou de abstenção), e criando uma disposição para agir que poderá se manifestar quando for necessário.

Identidade

Identidade também é um conceito polissêmico, e, por isso, requer uma definição clara do tipo de "identidade/identificação" ao qual nos referimos neste trabalho. De início, é preciso destacar que a abordagem aqui adotada se distancia de uma concepção essencialista e

naturalizada da identidade como “idêntica a si mesma”. Jenkins (2008) contribui para delimitarmos o sentido que atribuímos ao termo identidade. Para ele, trata-se de um metaconceito que pode ser compreendido tanto em nível individual quanto coletivo. Identificar-se ocorre sempre em relação com o outro e com a sociedade; logo, falar em identificação é falar de um processo fundamentalmente social.

Laclau e Mouffe (2015) nos auxiliam a conceituar a identidade na perspectiva aqui adotada, marcada pela precariedade e contingência — nunca fixa nem imutável, mas sempre passível de retorno, remodelação, construção e reconstrução. Jenkins (2008), ao definir o conceito, acrescenta que identificar-se é compreender quem somos e quem são os outros. Trata-se de uma relação contínua entre similaridade e diferença, concordância e discordância, marcada pela negociação constante — uma identidade nunca estável, mas precária e contingente.

Nesse sentido, identificar-se é operar com diferença e semelhança. Dizer que “João é paraibano” é afirmar a semelhança dele com todos os demais paraibanos e, ao mesmo tempo, diferenciá-lo de todos os que não o são — pois não é possível estabelecer semelhança sem operar alguma forma de distinção. Ou seja, ao definir quem “nós” somos, simultaneamente definimos quem “eles” são. Frequentemente, ao dizer algo sobre “nós”, dizemos algo também sobre os outros — e, ao falar sobre os outros, frequentemente revelamos algo sobre nós mesmos (Jenkins, 2008).

Laclau e Mouffe (2015), em *Hegemonia e Estratégia Socialista*, argumentam que, em um processo hegemônico, o que leva as diferenças a articularem uma lógica de equivalência não é o que compartilham positivamente, mas a instância negativa contra a qual se opõem — formando, assim, uma cadeia de equivalências. Os antagonistas são, nesse contexto, os articuladores da equivalência. Logo, quando um teórico da conspiração define a si mesmo ou

ao seu grupo, ele está, necessariamente, definindo também o grupo antagônico contra o qual se posiciona na arena discursiva.

Jenkins (2008) propõe uma crítica a essa concepção diferencialista. Para ele, é equivocado supor que a “diferença com” fundamenta a “identificação de”, uma vez que só é possível afirmar o que não somos quando já se conhece, minimamente, os elementos constitutivos de nossa identidade. Assim, não é possível separar os processos de identificação e de diferenciação — eles são simultâneos e interdependentes.

Nesse contexto, os teóricos da conspiração, em muitos casos, buscam identificar-se por meio do compartilhamento de uma ideia central que os define discursivamente, aproximando-os daqueles que compartilham da mesma perspectiva e conferindo-lhes um sentimento de pertencimento. Giacaglia (2014) afirma que a fragmentação das identidades — étnicas, nacionais, de classe — e das noções essencialistas de indivíduo e identidade foi substituída por uma multiplicidade de formas identitárias. Pensar a identidade, portanto, é pensar em processos constitutivos fundamentalmente dialéticos.

Para Reicher e Hopkins (2001), refletir sobre identidade nesse contexto é concebê-la como uma construção orientada à mobilização para a ação. A identidade molda e remolda o mundo social. Ou seja, os relatos identitários das pessoas têm uma dimensão performativa e constitutiva: são organizados para atuar na construção de um mundo social conforme deveria ser. As construções identitárias funcionam como “projetos” voltados ao futuro.

De fato, é essencial considerar as características performativas do discurso, ou seja, observar as estratégias que os sujeitos utilizam ao falar e compreender o mundo ao seu redor com um objetivo específico — intencional ou não. De uma forma ou de outra, a maneira como as pessoas se descrevem para os outros, ou descrevem os outros, contribui para a construção do mundo. Assim, a dimensão epistemológica do discurso, ao descrevermos o mundo ou

aspectos dele, está intrinsecamente associada a efeitos ontológicos, nos quais as pessoas passam a sentir e perceber aquilo que descrevem como se fosse a própria realidade. Em outras palavras, descrever o mundo é participar ativamente de sua construção (Billig, 1991; Wetherell & Edley, 1999; Wetherell, 2008; Wetherell, 2012).

Dessa forma, categorizar é um processo simultaneamente epistemológico e ontológico, pois as identidades operam por meio da categorização de pessoas e grupos sociais. Nesse sentido, nossa investigação abordará o processo identitário a partir das contribuições da Psicologia Social Discursiva (Antaki & Widdicombe, 2008; Billig, 2008; Potter, 1998; Potter & Wetherell, 1987; Stokoe, 2015; Wetherell & Potter, 1992; Wetherell, 2008; Whitehead, 2015).

Na análise de discurso realizada neste trabalho, as identidades manifestam-se por meio de diferentes ações realizadas pelos teóricos da conspiração. Em termos analíticos, portanto, busca-se conferir atenção especial à função do discurso — ao que ele faz e aos seus efeitos (Potter & Wetherell, 1987; Wetherell & Potter, 1992).

ARTIGO 2

Construção de factualidade nas teorias da conspiração: uma análise da rede social “X”

Resumo

Com o surgimento da COVID-19, as teorias da conspiração antivacina ganharam força nos últimos anos, disputando a hegemonia narrativa tanto nas redes sociais quanto nas ruas. Este estudo analisa as estratégias retóricas utilizadas por teóricos da conspiração na defesa de suas ideias durante a pandemia de COVID-19, na rede social "X" (anteriormente conhecida como Twitter). Especificamente, o objetivo é examinar as diferentes descrições, argumentações e estratégias retóricas empregadas para convencer os leitores acerca de suas teses. Para isso, foram extraídas mensagens da rede social "X" que mencionavam a vacina e seus supostos efeitos colaterais durante o período pandêmico. Após a coleta, utilizou-se um *software* de inteligência artificial (requalify.ai) para a categorização e codificação dos dados. Em seguida, com base na análise de discurso fundamentada na Psicologia Social Discursiva, identificaram-se os principais argumentos mobilizados pelos usuários para justificar suas posições. Quatro categorias principais emergiram da análise: (1) a vacinação como mecanismo de controle; (2) a vacinação e os interesses econômicos e ocultos; (3) a origem do vírus, das vacinas e de suas tecnologias; e (4) os efeitos colaterais da vacinação. Durante a argumentação, observou-se o uso recorrente da produção de factualidade nos relatos dos teóricos da conspiração. Essa e outras estratégias são frequentemente empregadas para tornar o discurso aparentemente verdadeiro e plenamente crível.

Palavras-chave: Teorias da conspiração; discurso, política; rede social; vacina.

Introdução

Para Douglas et al. (2019), as teorias da conspiração podem ser entendidas como tentativas de explicar eventos e circunstâncias sociais e políticas com base na alegação de que tais fenômenos resultam de uma conspiração secreta envolvendo dois ou mais atores poderosos.

As teorias da conspiração, no campo da psicologia, estão frequentemente associadas à desinformação e à falsidade. Após uma revisão sistemática da literatura, Sousa e Torres (2024) identificaram uma incidência significativa de pesquisas que abordam essa característica ao tratarem das teorias da conspiração em periódicos científicos. Para Bezerra, Magno e Maia (2021), a desinformação e os movimentos antivacinação dificultaram o combate à disseminação do vírus durante a pandemia de COVID-19. A infodemia relacionada aos sintomas da doença e à hesitação vacinal reflete a tensão entre o risco validado cientificamente e o risco percebido subjetivamente, reforçando, assim, a crescente desconfiança no saber científico.

De acordo com Goertzel (2010), as teorias da conspiração relativas ao universo científico são diversas e crescem a cada dia em todo o mundo, alguns exemplos das teorias mais difundidas são: teorias da conspiração relacionadas ao HIV/AIDS, teorias da conspiração relativas a alimentos geneticamente modificados (OGM), teorias da conspiração antivacinação, teorias da conspiração relacionadas à mudança climática, entre outras.

Ainda segundo Goertzel (2010), pesquisas recentes indicam que mais da metade da população americana acredita que o aquecimento global é uma farsa. Segundo os céticos do clima, os cientistas estariam envolvidos em algum tipo de fraude, e as pesquisas acadêmicas sobre o tema seriam motivadas por interesses econômicos (Public Policy Polling, 2013).

Goertzel (2010) argumenta, ainda, que os cientistas muitas vezes não se sentem motivados a refutar as teorias da conspiração porque, nesse embate na arena pública, os

argumentos objetivos e céticos tendem a importar menos do que os apelos emocionais. No entanto, quando essas teorias ganham força — como em períodos de crise, como a pandemia —, torna-se necessário compreender a lógica dos argumentos conspiracionistas, a fim de identificar formas eficazes de enfrentá-los. O autor propõe uma reflexão: até que ponto esses relatos podem ser considerados apenas excêntricos e/ou divertidos, honestamente equivocados, ou, ao contrário, problemáticos por questionarem consensos ainda incipientes?

Para Goertzel (2010), uma teoria da conspiração oferece aos seus adeptos alguém ou algo tangível a quem culpar por sua situação percebida, em vez de responsabilizar forças sociais impessoais ou abstratas. Nesse sentido, ao utilizar argumentos que questionam a vacinação e as tecnologias de produção e distribuição de vacinas, os usuários buscam dar substância tanto às suas teorias quanto aos adversários a quem se opõem.

Jolley e Douglas (2014) apresentaram um estudo que evidencia o impacto negativo das crenças conspiratórias nos indivíduos que entram em contato com tais narrativas. Segundo os autores, participantes expostos a discursos conspiracionistas sobre as mudanças climáticas demonstraram menor disposição para se envolver em comportamentos ambientalmente responsáveis.

Refletindo, sob uma perspectiva retórica, sobre o clássico conceito psicossocial de atitudes, Billig (1991) argumenta que uma atitude é mais do que uma simples expressão favorável ou contrária a algo ou alguém: ela implica, de forma explícita ou implícita, um argumento contra uma contraposição. Para ele, o discurso precisa ser compreendido dentro de seu contexto de uso. Ou seja, entender uma posição atitudinal requer conhecer a posição contra-atitudinal à qual ela se refere. Seguindo essa lógica, não se pode assumir que as mensagens publicadas em *tweets* representem, necessariamente, a posição recorrente dos usuários em todos os contextos. Assim, dentro dessa perspectiva, não é possível afirmar categoricamente

que os participantes do estudo de Jolley e Douglas (2014) manteriam permanentemente baixa intenção de adotar comportamentos ambientalmente positivos.

Dessa forma, este estudo não busca determinar se as crenças dos teóricos da conspiração refletem fielmente o que pensam ou se constituem apenas relatos cínicos, excêntricos ou satíricos. Nosso interesse reside em compreender os recursos retóricos empregados na formulação dessas mensagens e os efeitos que elas pretendem provocar nos leitores.

Segundo Billig (1991), ao se apresentarem como detentores de uma verdade oculta sobre o mundo, os teóricos da conspiração procuram se posicionar como pessoas capazes de formular interpretações alternativas — e supostamente mais realistas — da realidade. Ou seja, descrevem-se como indivíduos que não se deixam enganar pelos verdadeiros conspiradores e criticam aqueles que, segundo eles, foram ludibriados. Além disso, os teóricos da conspiração não argumentam apenas contra os “cegos” ou aqueles que rejeitam a ideia de uma conspiração global: frequentemente, também contestam outras teorias da conspiração. Assim, essas teorias não formam um bloco homogêneo — muitas vezes competem entre si por adesão.

Billig (1991) observa que, ao argumentar, um político liberal pode adotar uma retórica radical para se opor a uma posição conservadora, o que não significa que essa postura será mantida em todos os contextos. De modo análogo, ao argumentar contra o radicalismo, a retórica conservadora pode ser empregada como ferramenta eficaz de contraposição. Em outras palavras, a construção do discurso depende dos recursos disponíveis, do contexto e dos objetivos que o sujeito estabelece no momento da enunciação.

As formas de comunicação são especialmente relevantes no contexto de ataques à vacinação e devem ser analisadas com atenção. Grant et al. (2015) analisaram o conteúdo de dois sites pró-vacinação e dois sites céticos quanto à vacinação. O objetivo era identificar os fatores que contribuem para o sucesso das estratégias de comunicação antivacina. Os autores

constatarem que os sites céticos ofereciam links tanto para conteúdos pró quanto antivacinação, criando a impressão de que ambos os lados estavam sendo representados de forma equilibrada. Essa estratégia, ao apresentar uma suposta neutralidade, constrói uma falsa equivalência entre os polos do debate, conferindo legitimidade científica a argumentos que partem de métodos e pressupostos distintos.

Além disso, os sites céticos mostraram-se altamente interativos, oferecendo espaços para discussões comunitárias e promovendo conexões entre pessoas que se consideram afetadas pela vacinação. Por outro lado, os sites pró-vacinação, embora baseados em evidências científicas, apresentaram interatividade limitada, focando na disseminação de informações validadas (Grant et al., 2015).

Transmitir o conhecimento científico sobre vacinação é, sem dúvida, a principal estratégia comunicativa adotada por cientistas, instituições governamentais, agências de notícias, indústria farmacêutica, entre outros. Trata-se do discurso hegemônico predominante no debate público sobre o tema.

No entanto, é equivocado supor que os teóricos da conspiração excluem completamente a ciência de suas narrativas. Ao contrário, frequentemente recorrem à ciência ou a figuras científicas para legitimar suas teorias. Como afirma Potter (1998), descrições factuais são recorrentes em diversas esferas — do jornalismo à medicina, do ensino à ficção. Construir um discurso que pareça verdadeiro e factual exige atenção cuidadosa aos elementos do discurso.

Assim, mesmo se afastando do discurso hegemônico da ciência, os teóricos da conspiração procuram apresentar suas narrativas como relatos verdadeiros e factuais, e não como meras fantasias ou engodos.

Diante disso, cabe perguntar: como os teóricos da conspiração fazem com que seus discursos pareçam factuais, e não meros relatos enviesados ou movidos por interesses escusos?

Um relato pode ser construído, por exemplo, de forma a parecer imparcial, desinteressado ou corroborado por evidências, dependendo da estratégia adotada. Potter et al. (1991) descrevem diversos mecanismos retóricos de externalização e construção de exterioridade, utilizados rotineiramente pelas pessoas. Escolher uma linha retórica, por exemplo, é uma forma de destacar determinados dispositivos discursivos e suprimir outros que poderiam ser enfatizados em uma narrativa alternativa.

Nesse sentido, interessa-nos compreender o caráter prático do discurso factual dos teóricos da conspiração. Ao adotarem estratégias discursivas que conferem aparência de imparcialidade e racionalidade, esses sujeitos buscam proteger-se de acusações de irracionalidade, loucura ou extremismo — e, com isso, tornar suas narrativas mais críveis e eficazes.

Com base no que foi apresentado, este artigo visa identificar e analisar os argumentos empregados por usuários da rede social “X” (anteriormente conhecida como Twitter) durante a pandemia de COVID-19, especificamente no que se refere à vacinação e aos seus supostos efeitos colaterais. O objetivo é observar como diferentes descrições, argumentações e estratégias retóricas são utilizadas para convencer os leitores a rejeitar a vacinação e não adotar comportamentos preventivos.

Método

Instrumento e Procedimentos

De acordo com Nascimento et al. (2023), durante a pandemia houve um aumento de 1 hora e 30 minutos no tempo online dos brasileiros, totalizando mais de cinco horas diárias diante de uma tela. Esse crescimento pode ser atribuído à expansão do trabalho remoto, que, por sua vez, também contribuiu para o aumento do tempo dedicado às redes sociais. Dentre as

diversas plataformas (e.g., Facebook, Instagram, YouTube), desde seu lançamento em 2006, o Twitter — atualmente denominado “X” — vem ganhando seguidores em todo o mundo. Atualmente, é a ferramenta de microblog mais popular e, conseqüentemente, a que mais cresce em número de usuários no Brasil e no exterior, embora não seja a rede social com o maior número absoluto de usuários. Por essa razão, foi a plataforma escolhida para o presente estudo.

Em janeiro de 2022, o “X” passou a disponibilizar uma nova funcionalidade que permite aos pesquisadores acessarem diferentes tipos de dados públicos, além de recursos avançados de busca. A nova ferramenta, denominada *Academic Research Track* (Trilha de Pesquisa Acadêmica), facilita o estudo de temáticas como segurança eleitoral, desinformação e outros grandes tópicos que impactam diretamente a plataforma.

Para a coleta dos dados analisados neste estudo, utilizou-se a API (*Application Programming Interface*), que possibilita investigar diversas informações sobre *tweets* (mensagens) já publicados, com base em critérios pré-estabelecidos. Ou seja, a API é uma ponte que permite a comunicação entre um programa (como um script em *Python*) e os dados públicos da plataforma, como por exemplo, *tweets*, perfis, curtidas, *retweets*, etc.

Nesse sentido, essa ferramenta permite a utilização de múltiplos parâmetros de busca, descritos na documentação oficial da rede. Para a extração dos dados que compõem o *corpus* aqui analisado, foram definidas as seguintes palavras-chave: “vacina”, “vacinação”, “*vacine*”, “antivacinação”, “efeitos colaterais vacina”, “china vacina” e “efeitos”. O período selecionado para a coleta foi de 1º de outubro de 2020 a 31 de dezembro de 2021, intervalo em que se iniciaram os primeiros relatos sobre a vacinação.

A API selecionou apenas mensagens que contivessem uma ou mais dessas palavras-chave no corpo do texto, que estivessem publicadas em língua portuguesa e dentro do período definido. Após a aplicação desses filtros, também foram coletadas as seguintes informações: autor da mensagem (id do usuário, anonimizado por questões de segurança e privacidade), data

de publicação, geotificador (quando disponível, indicando a localização da postagem), número de curtidas, número de *retweets* (republicações) e o conteúdo textual da mensagem.

Importa destacar que, em razão da origem dos dados (rede social), foram necessárias etapas de pré-processamento textual com o objetivo de eliminar ruídos e melhorar a qualidade da análise. Para essa limpeza de dados, aplicaram-se técnicas destinadas a aumentar a legibilidade do *corpus* e aprimorar a análise, sem alterar o conteúdo semântico das mensagens. As postagens na plataforma podem conter elementos que não agregam valor ao conteúdo analítico e que, por isso, são considerados ruídos. Por exemplo, mensagens republicadas (*retweets*) geralmente aparecem precedidas da sigla “RT”. Esse prefixo foi removido, assim como todas as menções a outros usuários (@usuário), links (URLs) e mensagens duplicadas. Após o pré-processamento, restaram 13.603 mensagens disponíveis para análise.

Análise dos dados

Para analisar essa quantidade expressiva de dados, foi necessário definir algumas estratégias. A primeira delas consistiu na organização do material e no tratamento dos dados com base em critérios específicos. O primeiro critério adotado foi a organização do conteúdo por mês de publicação. Assim, os dados coletados entre 1º de outubro de 2020 e 31 de dezembro de 2021 foram divididos por mês, totalizando quinze arquivos. O segundo critério, voltado para observar a repercussão das mensagens na plataforma, consistiu em separar aquelas que apresentavam atividade (número de curtidas e *retweets*/republicações) daquelas que não apresentavam. No entanto, esse último critério não gerou informações significativas.

Após o tratamento e a organização dos dados, utilizou-se o requalify.ai para a categorização e codificação do material. O requalify.ai é um *software* de inteligência artificial (IA) que opera com *Large Language Models* (LLMs), baseados na arquitetura *Generative Pre-trained Transformer* (GPT), e oferece suporte à análise de dados qualitativos. A plataforma

integra técnicas avançadas de processamento de linguagem natural (PLN) em um ambiente interativo, permitindo realizar análises qualitativas tanto por meio de abordagens tradicionais quanto com o auxílio da IA (Martins et al., 2024).

Diversas tarefas foram realizadas por meio do requalify.ai, incluindo: (a) codificação do *corpus* a partir da detecção automática de temas nos textos e do estabelecimento de relações entre sentenças (*tweets*) e códigos (*tags*); (b) elaboração de resumos do *corpus*, nos quais o algoritmo sintetiza os principais pontos de convergência e divergência dos temas abordados; e (c) utilização da ferramenta “Q&A”, com perguntas livres formuladas com base nas respostas geradas pelos códigos (*tags*) previamente identificados.

Após o *input* inicial, a partir dos objetivos do estudo e os conceitos centrais para o reconhecimento do conteúdo pelo *software*, os dados foram inseridos mensalmente, permitindo a organização dos códigos (*tags*) conforme os temas mais relevantes identificados nas mensagens. Em outras palavras, o *input* inicial consiste em apresentar ao requalify.ai as informações sobre o escopo da pesquisa. Nesse sentido, para a criação do projeto, faz-se necessário informar os objetivos do estudo (ver Apêndice A), a fim de possibilitar a compreensão e o treinamento do *software*. Em seguida, os arquivos, organizados por mês, foram inseridos para tratamento e análise.

O *software* organiza o *corpus* em sua interface e oferece uma análise do material inserido com base nas informações previamente definidas durante a construção do projeto. Dessa forma, a análise classifica os dados discursivos em códigos (*tags*) e apresenta um resumo do conteúdo das mensagens. Com as mensagens codificadas em categorias temáticas (*tags*), foram elaboradas questões analíticas relacionadas ao *corpus*, para, posteriormente, extrair as mensagens que seriam analisadas discursivamente.

A partir das respostas fornecidas pelo programa, iniciou-se a interação via perguntas livres na ferramenta “Q&A” (ver Apêndice B), o que possibilitou a separação das mensagens

em categorias para a análise discursiva. As categorias identificadas foram: (1) vacinação como mecanismo de controle; (2) vacinação, interesses econômicos e ocultos; (3) origem do vírus, das vacinas e suas tecnologias; e (4) efeitos colaterais da vacinação.

Na análise dessas categorias, utilizou-se o método de análise de discurso desenvolvido por autores da Psicologia Social Discursiva (Antaki & Widdicombe, 2008; Billig, 1991, 2008; Billig et al., 1988; Potter, 1998; Potter & Wetherell, 1987; Stokoe, 2015; Wetherell, 2008; Wetherell & Potter, 1992). Após a extração do *corpus*, a codificação e a organização do material discursivo em categorias, deu-se início à análise propriamente dita, com atenção especial às diferentes ações realizadas nos argumentos e à forma como eles são organizados retoricamente (Potter & Wetherell, 1987).

Resultados e Discussão

Argumentos contrários a vacinação

Como mencionamos, os principais argumentos mobilizados pelos teóricos da conspiração antivacinas, utilizados para justificar suas posições, foram classificados em quatro categorias: (1) vacinação como mecanismo de controle; (2) vacinação, interesses econômicos e ocultos; (3) origem do vírus, das vacinas e suas tecnologias; e (4) efeitos colaterais da vacinação.

Considerando que o objetivo de quem argumenta é obter a adesão dos ouvintes — ou seja, persuadi-los —, torna-se indispensável a construção de um relato que seja crível para o interlocutor. Construir um discurso com aparência de factualidade é fundamental para convencer e angariar adeptos (Perelman & Olbrechts-Tyteca, 2005). Segundo Potter (1998), apelar aos fatos, ao que realmente aconteceu, pode ser um recurso retórico extremamente

eficaz. Existem diversas maneiras de construir um relato factual, e algumas delas serão abordadas na análise dos argumentos contrários à vacinação.

Vacinação como mecanismo de controle

Os argumentos que compõem esta categoria referem-se a uma conspiração que teria como objetivo utilizar a vacinação em massa como mecanismo de controle populacional, por meio de dispositivos estatais que submeteriam os indivíduos a tecnologias de poder e à redução das liberdades individuais, circunscrevendo-os a um espaço de dominação.

O presidente Bolsonaro pensa numa vacina segura e com liberdade para o povo optar e o João Doria quer uma vacina experimental chinesa, com a obrigatoriedade da população servir de cobaia. [out de 2020]

Depois do experimento das máscaras e do *lockdown*, finalmente puderam colocar o passaporte de vacinação, pois o povo obedeceu cegamente sem questionar. *alcateiapatriota* [set de 2021]

Mais fatos que traduzem o verdadeiro objetivo do controle populacional por meio da vacina... [out de 2021]

Essa vacinação é redução populacional o mundo inteiro está repudiando esse experimento o brasileiro está ainda adormecido quando acordar será muito tarde quando começar a perder os seu filhos gente da família vacina sim sem obrigatoriedade vacina boa não mata e nem deixa sequela [out de 2021]

Pessoas estão sofrendo reações graves e até óbito por causa desse experimento, e ainda querem injetar nas crianças! Não vão!!!! ☹️ ☹️ ☹️ [dez de 2021]

Os usuários da rede “X”, em seus relatos, questionam as medidas intervencionistas do Estado e de outras instâncias federativas, especialmente no que diz respeito à obrigatoriedade da vacinação coletiva. Nesse sentido, levantam uma série de argumentos que instauram suspeitas sobre os reais motivos por trás dessas medidas.

Um aspecto importante na construção de facticidade pelos internautas é a caracterização da vacina como um experimento. Pomerantz (1986), em *Extreme Case Formulations: A Way of Legitimizing Claims*, investiga o uso das Formulações de Casos Extremos (FCE) na conversação cotidiana e institucional.

Pomerantz (1986) questiona: como convencer as pessoas a acreditar em uma ideia ou apoiar um projeto? Assim, ao argumentar, justificar, vender, convencer, acusar ou reclamar, fazemos com que os ouvintes cheguem a determinadas conclusões. Uma das formas de se alcançar esse efeito é por meio da descrição, cuja intenção é tornar algo óbvio, crível, convincente, irracional ou ilógico. Nesse contexto, as FCE consistem em descrições ou avaliações que utilizam expressões em graus extremos.

Exemplos disso são encontrados em críticas ao então governador João Doria por apoiar uma "vacina experimental chinesa", insinuando que a população seria usada como cobaia. Outro usuário afirma que o uso de máscaras e *lockdowns* seria parte de um experimento governamental. Há também comentários que associam a vacinação à redução populacional, sugerindo que os riscos se tornarão evidentes apenas com perdas pessoais; e ainda, manifestações de indignação diante de reações adversas graves e mortes supostamente causadas pela vacinação, incluindo protestos contra a imunização infantil.

Esses exemplos evocam imagens como “experimento”, “cobaias”, a inocência do público infantil, familiares mortos e “sequelas” provocadas pela vacina. Com essas expressões, os usuários constroem argumentos extremos que apelam a noções de quantidade e gravidade,

como em “o mundo inteiro está repudiando esse experimento” e “pessoas estão sofrendo reações graves”. São estratégias retóricas relevantes para conferir credibilidade e factualidade ao discurso.

Edwards (2000) argumenta que não há uma regra fixa para o uso das FCE, pois trata-se de uma categoria do senso comum, mais bem compreendida a partir do estudo empírico das práticas conversacionais e das orientações dos participantes. Assim, em nossa análise, o uso de casos extremos será interpretado como uma estratégia de convencimento pela maximização ou extrapolação. Por exemplo, ao mencionar a “redução populacional”, o usuário recorre a uma metáfora de extermínio deliberado promovido pelo Estado, mobilizando um senso de urgência e insurgência. Em seguida, ao declarar que a vacinação brasileira é rejeitada pelo “mundo inteiro”, o usuário tenta demonstrar o caráter universal da repulsa, utilizando o recurso retórico do “lugar de quantidade”.

Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005, p. 98), ao discutirem o “lugar de quantidade”, o definem como “a superioridade do que é admitido pelo maior número”. Esse lugar se opõe a uma opinião isolada e fundamenta o “senso comum”. Assim, mesmo que alguém se oponha à opinião majoritária, o “lugar de quantidade” ainda pode ser utilizado para caracterizar como verdadeiro o que é duradouro e amplamente compartilhado — em contraposição às opiniões parciais, instáveis e passageiras. É o caso do provérbio: “a voz do povo é a voz de Deus”. Dessa forma, ao se referir ao “mundo inteiro” como contrário à vacinação brasileira, o usuário busca uma generalidade que produza uma verdade universal e o isente de acusações de parcialidade.

Essa estratégia também se manifesta com o uso da noção de gravidade, compreendida como uma intensificação do mal. O “lugar de quantidade”, nesse caso, serve para expressar a magnitude de um problema. Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005) observam que a superioridade

se aplica tanto a valores positivos quanto negativos: um mal duradouro é mais grave do que um passageiro; um mal intenso, mais preocupante do que um leve.

Tais elementos são mobilizados para alertar os leitores sobre as ameaças que seus entes queridos — especialmente crianças — podem sofrer ao aderir a essas políticas. A estratégia retórica, aqui, consiste em aproximar o conteúdo do discurso à vivência cotidiana do sujeito, conferindo-lhe rostos e substancialidade. Essas representações não são neutras: visam à eficácia argumentativa e ao convencimento dos leitores, movendo-os à ação.

Origem do vírus, das vacinas e suas tecnologias

Os argumentos que compõem essa categoria são apresentados sob a forma de teorias da conspiração que têm como mote central o desenvolvimento deliberado do vírus e de sua terapêutica. Nesse contexto, são levantados questionamentos acerca do local de desenvolvimento das vacinas, de suas tecnologias e dos diversos tipos de efeitos colaterais que elas supostamente causariam.

Um caminhão de reticências põe em xeque a segurança e a eficácia da CoronaVac, a vacina chinesa (Revista Oeste) [out de 2020]

Tem q ser da China exclusivamente pro Brasil nem os chineses vão tomar essa maldita vacina [out de 2020]

Entreviste Dra. CHINDA BRANDOLINO, conforme ela o RNA utilizado pela vacina de Oxford causará esterilização em massa. [out de 2020]

A vacina pode alterar nosso quadro genético? Assista: “Os riscos da modificação genética”. Dr. Alessandro Loiola [nov de 2020]

A quem é contra, a quem critica, que faz escárnio, faço uma pergunta: se contrair a COVID-19, seja honesto, o que fará para salvar sua vida? Pensa que uma vacina, feita na correria, sem tempo de comprovação, sem qualquer garantia de efeitos colaterais graves, é que vai salva-lo? [jan de 2021]

Anvisa apresenta documentos que comprovam replicação de adenovírus na vacina Sputnik V. Entenda. Um enorme risco para a saúde do brasileiro. [abr de 2021]

Há alguns meses, falei sobre chip no sangue, através de vacina. Essa magnetização poderá ser o chip. Há que se investigar qual seja essa vacina magnetizada. Atenção, Ministérios da Saúde e da Segurança. [mai de 2021]

Eu não fui entrevistado, não tomei e nem tomarei vacina experimental! Muitos médicos e pessoal de saúde não está tomando! É mentira! São políticos da esgotosfera de bandidagem! [jul de 2021]

Na audiência em andamento agora na Câmara, o Dr. Paolo Zanotto observou: as vacinas contra coronavírus são experimentais e a lei brasileira proíbe que um indivíduo seja obrigado a participar de um experimento. Logo, a vacinação compulsória não teria amparo legal [ago de 2021].

A verdade é que estão forçando todos a tomarem a vacina da Pfizer a única vacina que é por alteração do RNA porque será [nov de 2021]

Lamento muito por vc, lugol é iôdo se tomado 2 gotas por dia, e põe compressa de água quente no local da picada. O iôdo neutraliza os efeitos da vacina. Infelizmente as vacinas contém grafeno e proteína spike q são letais destrói os glóbulos brancos [dez de 2021]

Os fetos abortados na Argentina de Bergoglio, que não se manifestou pela vida, serão usados para fazer a vacina chinesa do COVID, que hoje é a dona só país. [dez de 2021]

Para Potter (1998), assim como há um interesse evidente em revelar as conveniências e interesses por trás de determinados relatos, também existe um esforço em construir discursos que aparentem neutralidade. Em muitos momentos, os indivíduos buscam antecipar possíveis acusações de parcialidade por meio de uma espécie de “vacinação discursiva”, protegendo-se

de críticas antes mesmo que elas surjam. Quando um argumento é denunciado como tendencioso ou ideologicamente motivado, torna-se mais vulnerável no campo discursivo. Por isso, tanto no cotidiano quanto na ciência, quanto maior a aparência de factualidade de um relato, maior sua suposta independência em relação aos interesses do falante — e, conseqüentemente, maior seu poder de persuasão.

De fato, argumentos marcadamente passionais costumam ser prontamente desconsiderados por parte dos ouvintes. A busca pela objetividade é uma tentativa de reduzir os elementos de interesse particular que poderiam enfraquecer a adesão geral. Nesse sentido, racionalidade, rigor metodológico e neutralidade tornam-se caminhos privilegiados para quem busca convencer. Trata-se de um “desejo de transcender as particularidades históricas ou locais, de modo que as teses defendidas possam ser aceitas por todos” (Perelman & Olbrechts-Tyteca, 2005, p. 29).

Exemplos dessa estratégia argumentativa estão presentes nesta categoria. Ao citar supostos discursos proferidos por autoridades — como agências de notícias, documentos oficiais e declarações de especialistas —, os usuários da rede “X” tentam conferir objetividade ao argumento, deslocando a autoria do enunciado para uma fonte considerada legítima. Potter (1998) ressalta que os mecanismos de exterioridade permitem que a interpretação do fenômeno descrito ultrapasse o domínio da ação humana, isto é, conferem ao objeto descrito uma existência própria, desvinculada da vontade de quem o descreve.

Há múltiplas formas de produzir esse efeito de exterioridade e de se defender contra acusações de conveniência ou interesse. Em situações de disputa, seja no campo científico ou no cotidiano, os indivíduos frequentemente recorrem a justificativas técnicas e se esforçam para sustentar suas posições com fundamentos sólidos (Potter, 1998).

Assim, ao compartilhar uma reportagem da Revista Oeste como base argumentativa, o usuário tenta se apropriar da credibilidade do meio jornalístico. Mesmo que a matéria veicule opiniões, o usuário utiliza a autoridade do articulista — que também empregou estratégias retóricas — para fortalecer a própria tese. Com isso, protege-se de possíveis críticas, ancorando seu relato em um “fato” reportado.

Potter (1998) observa que, em geral, os veículos informativos não são percebidos como espaços de crenças ou opiniões, mas sim como fontes de fatos. Jornais e jornalistas ocupam, idealmente, o papel de encontrar versões “autorizadas” dos acontecimentos — sobretudo quando considerados imparciais, livres de interesses políticos ou ideológicos.

Na sequência, os usuários recorrem a declarações de órgãos governamentais, médicos e profissionais de saúde, figuras socialmente autorizadas a falar tecnicamente sobre a pandemia. Segundo Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005, p. 348), muitos argumentos se sustentam no prestígio de quem fala — trata-se do “argumento de autoridade”, que “utiliza atos ou juízos de uma pessoa ou de um grupo como meio de prova a favor de uma tese”.

Nesse caso, quando alguém é apresentado como “sábio” ou “douto”, é necessário que essa figura seja reconhecida socialmente como tal. Quanto maior sua autoridade, mais incontestável parece sua palavra. Esse reconhecimento está associado a marcadores sociais como gênero, raça, classe, origem, entre outros. Por exemplo, um pesquisador branco da Universidade de Cambridge ou Harvard tende a ter sua fala mais valorizada do que uma pesquisadora negra da Universidade Nacional da Colômbia ou da Universidade Federal do Paraná.

No entanto, quando os usuários empregam o “argumento de autoridade” ao citar médicos durante a pandemia, não estão imunes a críticas. Em muitos casos, as figuras

mencionadas não se mostram neutras, podendo ter seus discursos classificados como ideologicamente orientados.

Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005) lembram que, como qualquer outro, o argumento de autoridade depende de acordos prévios e pode ser criticado — inclusive por outras autoridades ou pelo próprio público. Autoridades também são contestadas, especialmente em contextos polêmicos como o da pandemia. Como demonstrado por Garcia, Cunha e Oliveira (2021), houve diversos embates entre especialistas dentro do próprio campo científico.

Os autores ainda afirmam que o principal respaldo da autoridade está em sua competência — mas isso não ocorre uniformemente em todos os contextos. De fato, em uma pandemia, parece sensato orientar o comportamento com base em definições médicas e sanitárias. Contudo, a rejeição ao argumento de autoridade, muitas vezes, traduz-se na substituição de uma autoridade por outra, deslocando os fundamentos tradicionais para outras bases discursivas.

Isso se evidencia quando usuários recorrem ao argumento de autoridade para reforçar suas teses, mas, em outras ocasiões, desqualificam essas mesmas autoridades por disseminarem vacinas supostamente mal testadas ou por defenderem posturas contrárias às suas crenças conspiratórias. Em certos momentos, os teóricos da conspiração se valem do discurso científico para atribuir factualidade a suas afirmações. Em outros, deslegitimam as instituições e elegem autoridades alternativas que validem suas posições, buscando substituir o discurso hegemônico da ciência por métodos ditos “alternativos”.

Desse modo, as autoridades científicas e os métodos empregados no desenvolvimento das vacinas também se tornam alvos de questionamento. Para Potter (1998), os indivíduos têm à disposição uma vasta gama de recursos para ironizar ou desacreditar descrições, apresentando-as como falsas, enganosas, ilusórias ou tendenciosas. Com base nisso, muitos

usuários levantam suspeitas sobre a tecnologia das vacinas e seus efeitos, alimentando e consolidando diversas teorias conspiratórias.

Nos relatos analisados, identificam-se múltiplas estratégias retóricas. Algumas são enfáticas e assertivas; outras, indiretas, baseadas em questionamentos e insinuações. Em ambos os casos, há uma tentativa deliberada de tornar as descrições críveis e gerar adesão.

Por exemplo, um usuário pergunta: “Se contrair a COVID-19, seja honesto, o que fará para salvar sua vida?”. E logo responde: “Pensa que uma vacina, feita na correria, sem tempo de comprovação, sem qualquer garantia de efeitos colaterais graves, é que vai salvá-lo?”. Esse tipo de colocação busca, por meio de um diálogo interno retórico, instigar o leitor a refletir sobre o risco de confiar na vacina em uma situação extrema. A postagem é acompanhada por um vídeo em defesa do “tratamento precoce”. Em outras palavras, por meio de perguntas sugestivas e de raciocínio dedutivo, o usuário tenta desacreditar a vacinação, promovendo alternativas que carecem de respaldo científico.

Vacinação, interesses econômicos e ocultos

Os argumentos que compõem esta categoria referem-se a conspirações centradas nos interesses econômicos e escusos de grupos farmacêuticos, conglomerados econômicos e Estados na venda e distribuição de vacinas. Os teóricos da conspiração levantam questionamentos sobre as estratégias utilizadas por essas instituições e sobre o lucro inerente às suas práticas, lançando um manto de suspeição sobre o modo de atuação desses atores.

Vacina obrigatória; quem obriga é por interesse financeiro, nada a ver com a saúde, CASO DE POLÍCIA, tem que investigar esse abuso. [out de 2020]

Quais interesses estão acima da vida humana? O lucro da indústria da vacina? A trama para derrubar Trump? Bolsonaro? A VERDADE é uma só: CANALHAS INESCRUPULOSOS mataram milhares de seres humanos por \$\$\$\$\$\$\$\$\$\$ e Poder. 🗨 [jan de 2021]

A pandemia de COVID19 foi o sininho de abertura que *Wall Street* balangou para as *Big Pharmas*. A narrativa de 'qual vacina será' é tão genocida quanto a negação dela. O vírus se modifica mais rápido, as vacinas perdem eficácia. Brasil. [jan de 2021]

A única verdade sobre a vacina é que os laboratórios estão ficando cheios do dinheiro público e sem qualquer responsabilidade sobre perdas de vidas. [abr de 2021]

Isso não vai ter fim acordem enquanto puderem continuarão com reforços experimentais sim, experimentais não houve tempo hábil para já se ter imunizante para as variantes. É muito interesse na manutenção dessa "vacinação". [nov de 2021]

Meu Deus. Imbecis ainda não perceberam que o controle social foi efetivado com sucesso. Sempre haverá uma nova variante pro imbecil tomar sempre uma nova vacina e não sair na rua, só se um "decreto" do prefeitinho autorizar, seguindo a ciência. as mega farmacêuticas têm orgasmos. [nov de 2021]

Como já mencionamos, as teorias da conspiração podem direcionar acusações a qualquer grupo considerado poderoso e malévolo. Na maioria das mensagens analisadas, o Estado aparece com mais frequência como o principal agente das conspirações envolvendo as vacinas. No entanto, nesta categoria, o grupo malévolo em destaque são as grandes empresas farmacêuticas, mencionadas por alguns usuários como *Big Pharma*.

Ao apontarem o suposto interesse das grandes farmacêuticas na comercialização das vacinas, os usuários lançam dúvidas sobre as intenções e objetivos dessas corporações ao promoverem a vacinação em massa. De acordo com Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005), há uma estratégia retórica recorrente e bem conhecida utilizada nos discursos

argumentativos — e observada nas falas dos conspiracionistas analisados neste estudo — chamada “presunção”.

Além dos fatos e das verdades, os ouvintes também aceitam presunções. Contudo, a presunção é apenas um ponto de partida para a adesão, pois não partilha de um consenso universal entre todos os públicos e, em algum momento, necessita ser reforçada por outros elementos (Perelman & Olbrechts-Tyteca, 2005).

Segundo o *Dicionário Oxford Languages* (2024), dois significados correntes da palavra presunção são: “ato de presumir; julgamento baseado em indícios, aparências” e “suposição tida como verdadeira”. Assim, é possível afirmar que as presunções — entendidas como julgamentos baseados em indícios ou aparências — estão presentes nas mensagens analisadas.

Nos relatos, o lucro das empresas farmacêuticas e seus interesses comerciais parecem sobrepor-se ao valor da vida humana. Para Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005), a argumentação pode tanto tentar estabelecer presunções quanto apresentar fatos. No entanto, diferentemente dos fatos — cuja justificativa, por vezes, pode diminuir sua força argumentativa —, as presunções não perdem vigor ao serem apoiadas por outros elementos. Ainda que demandem reforços argumentativos, elas não exigem os mesmos critérios rigorosos exigidos dos fatos.

Essa distinção é fundamental, pois as presunções costumam ser prontamente admitidas pelos ouvintes e, muitas vezes, funcionam como ponto de partida para a construção argumentativa. “O uso das presunções resulta em enunciados cuja verossimilhança não deriva de um cálculo aplicado a dados de fato, e não poderia derivar de semelhante cálculo, mesmo aperfeiçoado” (Perelman & Olbrechts-Tyteca, 2005, p. 79).

Nesse sentido, presumir que as empresas farmacêuticas lucraram durante a pandemia não é, de imediato, rejeitado por todos os interlocutores. “Presume-se, até prova em

contrário, que o normal é o que ocorrerá, ou ocorreu — ou melhor, que o normal é uma base com o qual podemos contar em nossos raciocínios” (Perelman & Olbrechts-Tyteca, 2005, p. 80). As presunções, portanto, estão vinculadas ao senso comum e ao que se considera verossímil. Nesse caso, os usuários associam o lucro indiscriminado das grandes farmacêuticas a uma conduta desprovida de preocupações éticas, presumindo que, para garantir seus ganhos, essas empresas não agiram com moralidade durante a pandemia.

Ademais, podemos recorrer novamente a Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005) para discutir a noção de valores na argumentação. É evidente que lucrar à custa da tragédia humana não é um valor socialmente desejável. Os valores intervêm, em determinado momento, em toda argumentação. No campo político, por exemplo, eles servem de base para justificar escolhas e para torná-las aceitáveis perante o público.

Como já discutido, os valores são poderosos porque, uma vez mencionados — mesmo de forma implícita —, precisam ser considerados no debate, sob o risco de inviabilizar o diálogo. Normalmente, a argumentação conduz à aceitação de novos valores. No caso específico, o interlocutor utiliza valores abstratos, como justiça e bondade, de forma tácita. Ao afirmar que as vacinas representam um investimento mais lucrativo do que outras alternativas, ele sugere que a lucratividade está sendo priorizada em detrimento da equidade. Seria injusto e imoral negar o acesso à vacinação a populações ou países com menos recursos financeiros.

Em outro comentário digno de destaque, um usuário afirma: “a única verdade sobre a vacina é que os laboratórios estão ficando cheios de dinheiro público”. Para Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005), fatos e verdades, assim como presunções, dependem do acordo do auditório. No entanto, diferentemente das presunções, fatos e verdades possuem um estatuto mais elevado: são tomados como universais. Apelar para o fato é recorrer a algo que

transcende a subjetividade do discurso, algo que deveria, em tese, ser aceito por qualquer audiência.

Contudo, qualquer afirmação apresentada como fato pode ser contestada. “A nenhum enunciado é assegurado a fruição definitiva desse estatuto, pois o acordo sempre é suscetível de ser questionado e uma das partes do debate pode recusar a qualidade de fato ao que afirma seu adversário” (Perelman & Olbrechts-Tyteca, 2005, p. 76). Segundo os autores, não há critério absoluto que permita determinar, em toda e qualquer situação, o que é ou não um fato. O que se pode fazer é criar condições que favoreçam o acordo, permitindo a defesa do fato sem que este sucumba à desconfiança ou à má-fé. Quando um fato é colocado em discussão, ele perde automaticamente seu estatuto privilegiado: um fato só é válido como premissa se for amplamente aceito e não controverso.

Vale mencionar que os autores aplicam o conceito de “verdade” a tudo aquilo que, aqui, estamos tratando como “fato”, embora não sejam sinônimos. Os fatos dizem respeito a objetos delimitados e mensuráveis, enquanto as verdades referem-se a sistemas mais complexos — como teorias científicas, concepções filosóficas ou religiosas — que transcendem a experiência imediata (Perelman & Olbrechts-Tyteca, 2005).

Assim, ao posicionarem a verdade como premissa de suas argumentações, os usuários tentam apelar a todos os públicos e afastar questionamentos sobre a teoria que defendem, segundo a qual os laboratórios estariam sendo financiados com dinheiro público e, conseqüentemente, lucrando indevidamente. Em outras palavras, ao destacar o lucro indiscriminado e a relação promíscua entre Estado e grandes corporações farmacêuticas, os usuários buscam, em última instância, lançar dúvidas sobre a legitimidade da vacinação e incitar comportamentos de resistência. O leitor, ao se deparar com esse tipo de argumento, pode associar a vacinação a uma lógica puramente mercadológica, na qual muitas vezes estariam ausentes os compromissos com a saúde pública e com a qualidade sanitária.

Efeitos da vacinação

Os argumentos que compõem esta categoria referem-se aos efeitos problemáticos atribuídos à vacina. Os teóricos da conspiração argumentam sobre as reações provocadas após a vacinação e procuram apresentar suas histórias como factuais, revestindo-as com um manto de imparcialidade, de modo que não pareçam influenciadas pelos desejos e valores de quem fala.

“Eu me arrisquei errado, meu filho recebeu a vacina (COVID) e morreu poucos dias depois, a única explicação que me foi dada foi um coração dilatado”, explicou o angustiado pai Ernest Ramirez. “Se eu tenho algo a dizer, olhe para o seu filho... não vale a pena correr o risco.” [out de 2020]

O cara é novo e era completamente saudável, então tomou a vacina da Pfizer e uma semana depois tem um ataque cardíaco. Coincidência, dirão. [abr de 2021]

Minha mãe 73 anos acabou de ser internada com sintomas de AVC, irá fazer tomografia para confirmar o diagnóstico! Ela tomou a 3a dose da vacina a 3 dias, soubemos de outro caso d 1 idosa vacinada a 5d com mesmo quadro c/ 1 lado do rosto paralisado. @schmittpaula alguma info? [nov de 2021]

Toma vacina e pega covid, são esquatejadas (membros amputados), centenas de relatos pessoas com sequelas q nenhum dinheiro pode reparar tudo para um vírus comprovado cientificamente q em laboratório e clinicamente, toma ivermectina e fica curado! [dez de 2021]

De acordo com Potter (1998), uma maneira de manter o status de testemunha é fornecer aos leitores descrições que soem gráficas e vívidas, próximas da experiência de quem relata. Esse tipo de descrição pode derivar de um exame cuidadoso de uma cena observada ou conter elementos que pareçam difíceis de serem inventados, dada sua especificidade ou estranheza. O

credenciamento da testemunha é eficaz porque a descrição de uma cena feita por alguém diretamente envolvido é interpretada como um relato direto, livre de mediações ou interpretações externas. Tal relato fornece detalhes que permitem aos leitores ou ouvintes elaborarem suas próprias inferências a partir do que foi dito. O papel de julgar e avaliar, assim, recai sobre quem recebe a informação.

O primeiro exemplo analisado caminha nessa direção: trata-se de um relato direto de uma testemunha que afirma ter perdido o próprio filho após complicações decorrentes da vacinação contra a COVID-19 — “Eu me arrisquei errado, meu filho recebeu a vacina (COVID) e morreu poucos dias depois”. Para Potter (1998), o foco interno é um estilo narrativo que apresenta a história sob a perspectiva de um personagem específico, permitindo ao leitor experienciar tanto as percepções quanto as ações dessa figura. Nesse caso, o usuário busca evocar as emoções de um pai arrependido, que compartilha a perda do filho como forma de alerta: “Se eu tenho algo a dizer, olhe para o seu filho... não vale a pena correr o risco”.

É interessante observar a imagem construída no imaginário dos leitores ao se mencionar um exemplo familiar. Para além da Formulação de Casos Extremos (FCE), há aqui uma tentativa de aproximação com o leitor. Como já discutido, abordar aspectos familiares e se dirigir diretamente a pessoas que compartilham experiências próximas é uma estratégia retórica poderosa.

Esse tipo de abordagem, segundo Potter (1998), facilita a aceitação da narrativa, pois o leitor tende a considerar o ponto de vista do personagem como mais confiável, especialmente por se tratar de alguém diretamente afetado pelos eventos. Para além do aspecto literário, essa técnica confere credibilidade à descrição do ocorrido, tornando o relato mais verossímil. Com isso, “testemunhar” permite aprofundar a narrativa ao trazer detalhes que outras pessoas não poderiam fornecer. Trata-se de uma forma de externalização do discurso: a testemunha

descreve os fatos sem julgá-los explicitamente, permitindo ao receptor fazer inferências próprias. Assim, a externalização opera ao separar a observação dos fatos da avaliação conferida a eles, garantindo uma aparência de imparcialidade e fortalecendo o efeito persuasivo do argumento (Potter, 1998).

De acordo com Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005), a seleção dos fatos enunciados é tão estratégica na disputa discursiva que sempre se deve perguntar até que ponto esses fatos já foram escolhidos com o objetivo de validar ou invalidar determinada posição. Assim, quando um teórico da conspiração traz um relato específico, ele está se valendo de elementos que já produziram efeitos persuasivos anteriormente. Selecionar certos elementos discursivos em detrimento de outros é uma prática comum por dois motivos principais: o primeiro diz respeito à delimitação do escopo do debate e dos termos nos quais ele ocorrerá; o segundo define implicitamente o caminho que o interlocutor deverá trilhar para apresentar uma contraposição. Em outras palavras, essa estratégia pauta o debate e orienta, em parte, as possibilidades de contrargumentação.

Segundo Potter et al. (1991), parte do trabalho retórico consiste em estabelecer determinado terreno discursivo e eliminar ou ignorar outros terrenos potenciais. Aplicando esse raciocínio às teorias analisadas, podemos afirmar que os teóricos da conspiração, ao construir sua narrativa de factualidade, tentam dominar o terreno discursivo, evitando argumentos que poderiam enfraquecer sua posição.

Em um dos comentários, um usuário afirma: “o cara é novo e era completamente saudável”. Ao fazer isso, o teórico busca mobilizar no imaginário dos leitores a imagem de alguém fora do grupo de risco — alguém jovem e sem comorbidades — que, mesmo assim, sofreu os efeitos adversos da vacinação. Trata-se de um ataque tácito à vacinação e, simultaneamente, de uma defesa preventiva diante de possíveis contrargumentações baseadas

no estado clínico do indivíduo que, posteriormente, “teve um ataque cardíaco”. Como já observado, o uso de exemplos pessoais é um recurso retórico frequente entre aqueles que desejam conferir factualidade a seus relatos.

Para Potter (1998), as descrições não são neutras. Elas podem ser analisadas à luz das competências, lealdades, motivações e valores de quem as enuncia. As pessoas podem ser percebidas como interessadas, parciais ou, em alguns casos, incapazes de compreender corretamente uma situação. Portanto, o relato pessoal não está imune ao escrutínio crítico e à contra-argumentação, podendo ser rotulado como tendencioso ou estratégico.

Por fim, mais uma vez, o valor de quantidade é mobilizado pelos teóricos da conspiração. A relação de quantificação constitui um argumento retórico relevante no debate sobre vacinação, pois, dentro da lógica científica, os efeitos colaterais são compreendidos como possibilidades estatisticamente previstas e, até certo ponto, aceitáveis. No entanto, ao trazer a quantidade como elemento central, os teóricos da conspiração buscam desestabilizar essa lógica, antecipando-se a eventuais críticas que tentem deslegitimar seus argumentos. Termos como “centenas”, “milhares” e “muitos” aparecem repetidamente nos comentários, com o objetivo de desconstruir a noção de que os efeitos adversos são eventos isolados.

Como já mencionamos, ao recorrerem ao “lugar de quantidade”, os usuários procuram reforçar a ideia de que a verdade se define pela opinião da maioria, contrapondo-se às visões individuais e, por isso, supostamente frágeis. Em suma, a estratégia discursiva visa apresentar um argumento coletivo e incontestável, o que confere maior força persuasiva ao seu discurso.

Considerações finais

As falas mencionadas são proferidas em um contexto sociopolítico intenso. Para além da polarização política que toma conta do país desde 2013, a insurgência da pandemia trouxe

à arena discursiva novos intervenientes que influenciam o imaginário e os relatos dos brasileiros durante esse período.

É importante destacar que as teorias da conspiração abordadas nem sempre se apresentarão de forma clara e objetiva ao leitor. Ou seja, elas não exporão, em todos os momentos, os grupos políticos envolvidos, as tramas que esses grupos estariam articulando para alcançar seus objetivos, ou como eles, enquanto coletividade, poderiam reunir forças para reagir de maneira organizada.

Ao contrário, suas alegações, em muitos casos, são vagas e imprecisas. Pode-se argumentar que essa escolha ocorre por dois motivos. O primeiro pode ser compreendido como uma estratégia retórico-discursiva deliberada: ao adotar uma argumentação imprecisa, os usuários abrem espaço para que o próprio leitor complete as peças do quebra-cabeça, desenvolvendo um sentimento de pertencimento entre o teórico e o receptor. Esse processo contribui para a complexificação da teoria, à medida que cada pessoa pode atribuir contornos específicos àquilo que está sendo especulado.

O segundo motivo está relacionado a uma estratégia preventiva, de autodefesa, diante de possíveis acusações oriundas de pessoas ou grupos políticos que se opõem a essas narrativas e que são considerados poderosos e perigosos pelos teóricos da conspiração. Nesse sentido, parecer impreciso, especulativo e pouco direto pode funcionar como uma tática de autopreservação.

Os teóricos da conspiração estão constantemente produzindo afirmações baseadas em estratégias de construção de factualidade, visando à adesão de novos ouvintes e ao sucesso da teoria em que acreditam. Essa afirmação encontra respaldo em pesquisas que indicam que os defensores de teorias conspiratórias procuram aparentar racionalidade e mente aberta (ver Douglas et al., 2019).

Paradoxalmente, as teorias da conspiração não estão necessariamente interessadas em se tornarem hegemônicas — o que pode parecer contraditório. Isso porque tais teorias possuem um caráter disruptivo e contra-hegemônico, o qual é fortemente valorizado pelos adeptos e cumpre funções simbólicas, subjetivas e identitárias. Nesse sentido, ao tornarem-se hegemônicas, essas narrativas perderiam o estatuto e a relevância distintiva que as sustentam.

Por fim, este estudo não esgota as teorias da conspiração existentes sobre o tema, tampouco as estratégias discursivas utilizadas por esses atores. Ou seja, não se afirma que tais estratégias serão aplicadas em todos os contextos ou direcionadas a todos os públicos. Nesse sentido, pesquisas futuras mais aprofundadas, que explicitem a lógica discursiva empregada por esses atores em outros contextos, permitirão uma compreensão mais ampla das estratégias retóricas — mais ou menos persuasivas — que podem ser mobilizadas.

Referências

- Antaki, C., & Widdicombe, S. (Eds.). (2008). *Identities in talk*. SAGE.
- Bezerra, J. S., Magno, M. E. da S. P., & Maia, C. T. (2021). Desinformação, antivacina e políticas de morte: O mito (d)e virar jacaré. *Revista Mídia e Cotidiano*, 15(3), 6–23.
- Billig, M. (1991). *Ideology and opinions: Studies in rhetorical psychology*. SAGE.
- Billig, M. (2008). *Argumentando e pensando: Uma abordagem retórica para a psicologia social* (C. V. S. Benevides, Trad.). Vozes. (Obra original publicada em 1987)
- Billig, M., Condor, S., Edwards, D., Gane, M., Middleton, D., & Radley, A. (1988). *Ideological dilemmas: A social psychology of everyday thinking*. SAGE.
- Douglas, K. M., Sutton, R. M., & Cichocka, A. (2019). Understanding conspiracy theories. *Political Psychology*, 40(S1), 3–35. <https://doi.org/10.1111/pops.12568>

- Edwards, D. (2000). Extreme case formulations: Softeners, investment, and doing nonliteral. *Research on Language and Social Interaction*, 33(4), 347–373. https://doi.org/10.1207/S15327973RLSI3304_01
- Garcia, M., Cunha, S. E., & Oliveira, T. (2021). Regimes de verdade na pandemia de Covid-19: discursos científicos e desinformativos em disputa no YouTube. *Fronteiras – Estudos Midiáticos*, 23(2), 104–117. <https://doi.org/10.4013/fem.2021.232.08>
- Goertzel, T. (2010). Conspiracy theories in science. *EMBO Reports*, 11(7), 493–499. <https://doi.org/10.1038/embor.2010.84>
- Grant, C. L., Stecula, D. A., & Lazarus, J. (2015). The role of conspiracy theories in predicting climate change beliefs. *Environmental Politics*, 24(4), 1-26.
- Jolley, D., & Douglas, K. M. (2014). The effects of anti-vaccine conspiracy theories on vaccination intentions. *PLOS ONE*, 9(2), e89177. <https://doi.org/10.1371/journal.pone.0089177>
- Martins, L. F., Souza, F. R., & Freitas, J. M. (2024). requalify.ai (Version 0.1) [Online software]. Disponível em <https://requalify.ai>
- Nascimento, L. C. do, Silva, T. C. da, Oliveira, D. P., & Silva, M. R. da. (2023). A pandemia muda o cotidiano e modos de viver: tecnossocialidade e experiências de usuários/famílias. *Revista Brasileira de Enfermagem*, 76(Suppl 1), e20220177. <https://doi.org/10.1590/0034-7167-2022-0177>
- Oxford University Press. (2024). Entry. In *Oxford English Dictionary*. Recuperado em 18 de julho de 2024, de <https://www.oed.com/>
- Perelman, C., & Olbrechts-Tyteca, L. (2005). *Tratado da argumentação: A nova retórica* (M. C. de Andrade, Trad.). Vozes. (Obra original publicada em 1958)

- Pomerantz, A. (1986). Extreme case formulations: A way of legitimizing claims. *Human Studies*, 9(2-3), 219–229. <https://doi.org/10.1007/BF00148128>
- Potter, J. (1998). *La representación de la realidad: Discurso, retórica y construcción social*. Paidós.
- Potter, J., & Wetherell, M. (1987). *Discourse and social psychology: Beyond attitudes and behaviour*. SAGE.
- Potter, J., Wetherell, M., & Chitty, A. (1991). Quantification rhetoric—Cancer on television. *Discourse & Society*, 2(3), 333–365. <https://doi.org/10.1177/0957926591002003005>
- Public Policy Polling. (2013, April 2). Conspiracy theory poll results. <https://www.publicpolicypolling.com/wp-content/uploads/2017/09/ConspiracyTheoryPollResults.pdf>
- Sousa, R. S. de, & Torres, A. R. R. (2024). Teorias da conspiração e psicologia: uma revisão sistemática. *Psicologia Argumento*, 42(118). <https://doi.org/10.7213/psicolargum.42.118.AO15>
- Stokoe, E. H., & Sikveland, R. O. (2015). Identifying and responding to possible -isms in institutional encounters: Alignment, impartiality and the implications for communication training. *Journal of Pragmatics*, 113, 1–13. <https://doi.org/10.1177/0261927X15586572>
- Wetherell, M. (2008). Subjectivity or psycho-discursive practices? Investigating complex intersectional identities. *Subjectivity*, 22(1), 73–81. <https://doi.org/10.1057/sub.2008.7>
- Wetherell, M., & Potter, J. (1992). *Mapping the language of racism: Discourse and the legitimization of exploitation*. Harvester Wheatsheaf.

ARTIGO 3

A construção da identidade dos antagonistas em teorias da conspiração antivacina

Resumo

O surgimento da COVID-19 amplificou a disseminação das teorias da conspiração antivacina no debate público brasileiro. Grupos de teóricos da conspiração expandem-se e consolidam suas narrativas ao conquistar novos adeptos, definindo identidades para seus adversários e inimigos ao se posicionarem discursivamente. Consequentemente, e de modo tácito, também constroem identidades para si mesmos e para o próprio grupo. Diante disso, este estudo tem como objetivo compreender como esses indivíduos constroem, de forma organizada, identidades para seus adversários e inimigos ao apresentarem suas teorias durante a pandemia de COVID-19 na rede social “X” (anteriormente conhecida como Twitter). Para alcançar esse objetivo, foram extraídas mensagens da plataforma que mencionavam vacinas e seus efeitos colaterais ao longo do período pandêmico. Após a coleta, utilizou-se um *software* de inteligência artificial (requalify.ai) para categorizar e codificar os dados. Em seguida, por meio da análise de discurso, fundamentada na psicologia social discursiva, identificaram-se dois principais atores sociais — políticos e econômicos — frequentemente mencionados na formulação de posições identitárias pelos usuários. A análise revelou que os atores políticos e econômicos adversários eram, respectivamente, classificados como autoritários e gananciosos. Em contrapartida, os conspiracionistas se autorrepresentavam por meio de atributos identitários como liberdade e altruísmo, concebidos como traços fundamentais de sua identidade grupal.

Palavras-chave: Teorias da conspiração; identidade, política; rede social; vacina.

Introdução

As teorias da conspiração são tentativas de explicar eventos e circunstâncias sociais e políticas com base na alegação de que resultam de uma conspiração secreta arquitetada por dois ou mais atores poderosos (Douglas et al., 2019).

Wood et al. (2012) argumentam que, em muitos casos, há uma tendência a preferir explicações conspiracionistas contra grupos poderosos com base em preconceitos dirigidos a esses grupos. Nesse sentido, o caráter prático das explicações e das definições de adversários formuladas pelos conspiracionistas deve ser enfatizado.

Com foco nesse caráter prático e contextual das teorias, este estudo investiga teorias da conspiração na rede social “X”, no Brasil, buscando compreender como, e com quais conteúdos, aqueles que as formulam constroem discursivamente identidades para si, para seu grupo e para seus adversários/inimigos.

Nos últimos anos, no Brasil e no mundo, tem se intensificado a disputa entre agrupamentos políticos de esquerda e direita em torno de temas que regem o cotidiano das pessoas. Esquerda e direita tornaram-se conceitos recorrentes no discurso público, na mídia, no imaginário popular e nas interações cotidianas.

Com a vitória do Partido dos Trabalhadores (PT) em 2014 e o surgimento de uma nova direita, a polarização política no país alcançou níveis significativos (Oliveira Filho et al., 2019). O debate sobre qual ideologia seria mais adequada para governar o país se intensificou. Nesse contexto, teorias da conspiração com conteúdos diversos passaram a circular e se desenvolver, apresentando versões alternativas da realidade para justificar argumentos distintos. Esse fenômeno ganhou destaque durante a pandemia da COVID-19, especialmente após a adoção, por parte do Estado, de medidas de enfrentamento ao vírus, como o uso obrigatório de

máscaras, o distanciamento social e os *lockdowns*. Tais medidas fomentaram discursos politizados e ideologicamente orientados nas discussões públicas sobre o combate à pandemia.

O surgimento do Sars-CoV-2 instaurou a pandemia do coronavírus, afetando profundamente a vida das pessoas em razão de seus efeitos devastadores. A urgência no enfrentamento da doença demandou a adoção de diversas medidas sociais e econômicas por parte dos governos (Ramos et al., 2023).

Contudo, tais medidas passaram por um forte crivo ideológico. De acordo com Bassani et al. (2021), governos de extrema-direita adotaram políticas públicas baseadas no tratamento precoce, utilizando medicamentos sem eficácia comprovada. Esses governantes destacavam-se ao defender essas abordagens em contraposição às medidas fundamentadas em evidências científicas, as quais demandavam mudanças significativas no comportamento e na rotina da população.

Segundo Douglas et al. (2019), em contextos de intensa mobilização e crise — como o período pandêmico — as teorias da conspiração tendem a ser mais mobilizadas e úteis, pois oferecem versões alternativas, rápidas e simplificadas para explicar fenômenos complexos. Para Goertzel (2010), uma teoria da conspiração fornece aos seus adeptos algo ou alguém concreto a quem culpar pela situação, ao invés de responsabilizar forças sociais abstratas e impessoais.

Verzaro e Hida (2022) afirmam que as argumentações antivacina não são exatamente uma novidade. Contudo, no contexto da pandemia da COVID-19, surgiram especificidades, como a atuação de grupos religiosos fundamentalistas e autoridades políticas. Os autores identificaram o alinhamento de movimentos religiosos conservadores brasileiros com teorias da conspiração antivacinação. Esses grupos integram a base política da direita no país e exercem grande influência nas redes sociais.

Com a irrupção da pandemia, as teorias antivacinação ganharam novos contornos e conteúdos. As redes sociais tornaram-se importantes canais de divulgação dessas ideias, sendo as estratégias de comunicação essenciais para atrair novos adeptos e fortalecer as teorias.

Faasse et al. (2016) analisaram 1.500 comentários em postagens pró e antivacinação no Facebook. O estudo identificou estilos linguísticos distintos entre os dois grupos, revelando que os teóricos da conspiração utilizavam, com mais frequência, mensagens autoritárias, confiantes, seguras e manipuladoras.

De acordo com Douglas et al. (2019), as pessoas recorrem a teorias da conspiração, entre outros usos, para justificar suas posições políticas — mesmo quando essas posições são extremistas ou radicais. As redes sociais, nesse contexto, mostram-se eficazes para reforçar essas crenças, pois os usuários tendem a consumir conteúdos dentro de suas “bolhas” e a rejeitar informações que contrariam suas convicções. Essas bolhas, reforçadas por algoritmos, ajudam a consolidar identidades grupais e identidades antagônicas.

Segundo Jenkins (2008), identidade é um metaconceito que faz sentido tanto no plano coletivo quanto individual. Identificar-se é um processo que ocorre sempre em relação ao outro e à sociedade. Assim, falar em identidade é falar de um processo social e relacional. Identificar-se envolve a compreensão de quem somos e de quem são os outros, em uma dinâmica constante de similaridade e diferença, de acordo e desacordo — uma construção negociável, precária, nunca fixa e sempre contingente.

Por exemplo, ao afirmar que “Maria é brasileira”, estabelece-se uma semelhança entre Maria e todos os brasileiros, e uma diferença em relação àqueles que não o são. Assim, a identificação requer, simultaneamente, a diferenciação. Quando falamos de “nós”, estamos frequentemente falando também dos “outros”, e vice-versa (Jenkins, 2008).

De acordo com Reicher e Hopkins (2001), identidades são construções projetadas para promover ações. Os relatos sobre identidade têm uma dimensão performativa e constitutiva, atuando na formulação de visões sobre como o mundo social deveria ser. As identidades são, portanto, “projetos” voltados ao futuro.

Ainda segundo os autores, o elo entre identidade e mobilização deve ser central. Compreender a identidade é investigar como ela pode ser usada para mobilizar indivíduos em apoio ou oposição a determinados projetos políticos. Um exemplo dessa mobilização, nesse estudo, aparece em comentários como: “Os esquerdopatas, tucanos, elitistas de todos os patamares querem liquidar com a liberdade individual”. Aqui, o usuário constrói a imagem do inimigo e convoca seu grupo à defesa da liberdade.

Dessa forma, interessa-nos compreender como os teóricos da conspiração procuram, de maneira performativa, constituir um mundo organizado entre aqueles que acreditam nas teorias que divulgam e os atores — individuais, políticos, econômicos e sociais — que, segundo eles, agem deliberadamente para consolidar objetivos obscuros.

Método

Instrumento e Procedimentos

De acordo com Nascimento et al. (2023), o período pandêmico estimulou o aumento do tempo online dos brasileiros, registrando-se um acréscimo de uma hora e trinta minutos diários, totalizando mais de cinco horas por dia em frente às telas. Um dos fatores que contribuiu para esse crescimento foi, por exemplo, a adoção do trabalho remoto. Os autores destacam ainda que, entre as diversas redes sociais relevantes, desde seu lançamento, o Twitter — atualmente denominado “X” — vem angariando seguidores de forma contínua em todo o mundo.

Em 2022, o “X” tornou pública uma nova ferramenta que permite a pesquisadores o acesso a dados públicos diversos, além de oferecer recursos de pesquisa avançados. A ferramenta, denominada *Academic Research Track*, facilita o estudo de diferentes temáticas, visto que a rede social disponibiliza uma API (*Application Programming Interface*) que possibilita a extração de informações com base em critérios estabelecidos pelo pesquisador. A API é uma ponte que possibilita a comunicação entre um programa (como um script em *Python*) e os dados públicos que a plataforma apresenta, como *tweets*, perfis, curtidas, *retweets*, etc.

Assim, por meio da definição de parâmetros específicos, a API foi utilizada para a constituição do *corpus* desta pesquisa. As palavras-chave definidas foram: “vacina, vacinação, *vaccine*, antivacinação, efeitos colaterais vacina, China vacina, efeitos”. O período estabelecido para a coleta foi de 1º de outubro de 2020 a 31 de dezembro de 2021. Esse recorte temporal foi definido por se compreender que, nesse intervalo, os relatos sobre vacinação ganharam forma, corpo e se consolidaram.

A API selecionou apenas as mensagens que continham uma ou mais palavras-chave no corpo do texto, publicadas dentro do período estabelecido e redigidas em língua portuguesa. Além disso, foram coletadas outras informações relevantes, como o identificador do autor (ID do usuário), data de publicação, geoidentificação (quando disponível), número de curtidas, número de *retweets* (repostagens) e o conteúdo textual das mensagens.

Devido à natureza dos dados — oriundos da rede social “X” —, algumas etapas de pré-processamento foram necessárias. Ou seja, para tratar adequadamente os dados, tornou-se imprescindível reduzir ruídos e padronizar os textos, de modo a adequar o *corpus* à plataforma de análise. Para aumentar a legibilidade dos documentos, algumas técnicas foram aplicadas com o intuito de melhorar a qualidade da análise, mantendo, contudo, a integridade semântica das mensagens. Em muitos casos, as mensagens continham elementos que não agregavam valor

analítico, como a sigla “RT” (*retweet*), menções a outros usuários, links (URLs) e mensagens duplicadas, possivelmente geradas por robôs. Ao final do processo, restaram 13.603 mensagens textuais disponíveis para análise.

Análise dos dados

Para analisar esse volume expressivo de dados, foi necessário estabelecer critérios e estratégias. A primeira estratégia consistiu na organização do material por mês de publicação, o que possibilitou tratar os dados com maior detalhamento e reduzir o tamanho dos arquivos para inserção no *software* de inteligência artificial. O segundo critério adotado foi a separação das mensagens com base em sua repercussão na plataforma, distinguindo aquelas com atividade (curtidas e *retweets*) daquelas sem engajamento.

Após o tratamento e a organização dos dados, utilizou-se o *software* de inteligência artificial requalify.ai para a categorização e codificação do *corpus*. O requalify.ai emprega *Large Language Models* (LLMs) com arquitetura *Generative Pre-trained Transformer* (GPT), combinando técnicas de Processamento de Linguagem Natural (PLN) em uma interface interativa que permite a análise de dados qualitativos por meio de métodos tradicionais aliados à IA (Martins et al., 2024).

Diversas tarefas foram realizadas com o auxílio do *software*: codificação automática do *corpus* com base na detecção de temas recorrentes; estabelecimento de relações entre sentenças (*tweets*) e códigos (*tags*); criação de resumos temáticos; e uso da ferramenta “Q&A”, que permite a formulação de perguntas livres com base nos códigos gerados pelo sistema.

Após o *input* inicial com os objetivos do estudo, os dados foram inseridos de forma segmentada (por mês) para organização dos códigos. De modo geral, a etapa inicial do processo consiste em fornecer ao requalify.ai informações que descrevem a natureza da pesquisa. Para isso, é necessário especificar os objetivos do estudo (ver Apêndice A), o que possibilita ao

software compreender o escopo da análise e ajustar seu funcionamento. Após essa configuração, os arquivos foram carregados e organizados por mês, de forma a facilitar o processamento e a análise dos dados.

O *software* estrutura o *corpus* em sua interface e realiza uma análise baseada nas informações previamente inseridas no momento da criação do projeto. A partir disso, os dados discursivos são classificados em categorias temáticas (*tags*), e o sistema gera um panorama geral do conteúdo das mensagens. Com o material devidamente categorizado, foram formuladas questões analíticas relacionadas ao *corpus*, permitindo a seleção de mensagens específicas que, em um segundo momento, foram submetidas à análise discursiva detalhada.

Com base nas respostas geradas pelo programa, foram realizadas perguntas livres na ferramenta “Q&A” (ver Apêndice B), o que permitiu a separação das mensagens em categorias analíticas, etapa que antecedeu a análise discursiva.

A análise discursiva das categorias foi conduzida com base no método de análise de discurso desenvolvido pelos teóricos da Psicologia Social Discursiva (Antaki & Widdicombe, 2008; Billig, 1991, 2008; Billig et al., 1988; Potter, 1998; Potter & Wetherell, 1987; Stokoe, 2015; Wetherell & Potter, 1992; Wetherell, 2008). Após a extração, codificação e organização do *corpus* discursivo em categorias, procedeu-se à análise propriamente dita, com especial atenção às ações retóricas realizadas nas mensagens e, sobretudo, à construção identitária de adversários e inimigos.

Resultados

Os teóricos da conspiração antivacinação construíram inúmeras posições identitárias para si e para seus adversários e inimigos ao mencionarem especificamente suas teorias e os grupos que os contrapõem na arena pública e argumentativa. Duas categorias principais foram

discursivamente elaboradas por esses teóricos: “os inimigos da liberdade” e “a ganância das grandes farmacêuticas”.

Os inimigos da liberdade

Nesta seção, os teóricos da conspiração constroem seus antagonistas como inimigos da liberdade. É importante destacar que os atores políticos são considerados, nessa categoria, os principais alvos de combate. São, justamente, as medidas intervencionistas propostas pelos governos durante a pandemia — como vacinação obrigatória, uso de máscaras, distanciamento social e *lockdown* — que são discutidas e rechaçadas por esses sujeitos.

#VacinaChinaNão Os esquerdopatas, tucanos, como esse muito probo Aécio Neves, elitistas de todos os patamares, querem liquidar com a liberdade individual impondo obrigatoriedade da vacina contra o coronavírus aos brasileiros, em verdadeiro atentado à saúde. [out de 2020]

E irão divergir sempre. O presidente Bolsonaro pensa numa vacina segura e com liberdade para o povo optar e o João Doria quer uma vacina experimental chinesa, com a obrigatoriedade da população servir de cobaia. [out de 2020]

A Itália mostrando ao mundo que não aceita a dominação pelo medo, chega, basta, não evitaremos mais atrocidades de quarentena, *lockdown*, vacina obrigatória. [out de 2020]

Em relação aos Paulistanos, independente de quem fosse o vencedor nesse segundo turno a situação não seria muito boa. A questão agora que vocês terão que enfrentar é a seguinte: 1. Fechamento forçado do comércio; 2. Vacina chinesa forçada pelo afeminado do Doria e pelo cara que comprou os caixões na pandemia. [nov de 2020]

Um cara que é ditador acabou com o Estado São Paulo. E querendo implantar uma vacina. Que lixo esse cara. [nov de 2020]

A pandemia é um projeto político. O vírus (medo), máscara (obediência) e a vacina (controle), são três desculpas politicamente corretas usadas tão somente, para implantar uma ditadura comunista no Brasil e, no mundo. 🤖 [mai de 2021]

Depois do experimento das máscaras e do *lockdown*, finalmente puderam colocar o passaporte de vacinação, pois o povo obedeceu cegamente sem questionar. alcateiapatriota [set de 2021]

Mais fatos que traduzem o verdadeiro objetivo do controle populacional por meio da vacina... [out de 2021]

A pandemia está no fim, estão diminuindo os óbitos e a vacina tem que chegar com URGÊNCIA pra salvar partidos corruptos da turma do *lockdown*. "ELES QUEREM FALAR QUE A VACHINA SALVOU O POVO". Bando de FDP.... Esses partidos corruptos tem que EVAPORAR nesta ELEIÇÕES. 🇧🇷 🇧🇷 🇧🇷 BR [out de 2020]

Se a "direita" limpinha tivesse senso crítico, se incomodaria com a obsessão do Dória com a vacina chinesa. Ficaria minimamente desconfiada. Mas ela é inteiramente crédula nos tucanos, por estes terem aquela pose tecnocrata. O que eles falam, ela acredita. [nov de 2020]

Um aspecto central nas narrativas dos conspiracionistas antivacinação reside na relação entre autoritarismo e liberdade. Ao definirem os atores políticos como inimigos da liberdade, constroem suas teorias a partir da crítica a essas medidas, vistas como ameaças à autonomia individual. O debate entre liberdade e autoritarismo é recorrente e definidor nos discursos políticos de militantes de esquerda e direita (Bobbio, 1995). Aqui, os teóricos da conspiração instrumentalizam esses polos para construir identidades próprias e para seus opositores.

A oposição entre liberdade e autoritarismo, que perpassa os relatos analisados, pode ser compreendida, a priori, a partir da distinção entre liberdade negativa e liberdade positiva (Berlin, 1958/2002). A liberdade negativa é entendida como a ausência de coerção externa — por exemplo, o direito de expressar-se contra abusos ou censura. Já a liberdade positiva refere-

se à autonomia, ao autogoverno, ou seja, à liberdade para decidir sem ser objeto de imposições externas. “Enquanto a liberdade negativa significa independência da interferência, a liberdade positiva está relacionada à incorporação do controle” (Berlin, 1958/2002, como citado por Merquior, 1991, p. 25).

A defesa da liberdade negativa — de não ser importunado pelo Estado — manifesta-se de forma recorrente nas postagens analisadas. Em uma delas, por exemplo, lê-se: “A Itália mostrando ao mundo que não aceita a dominação pelo medo. Chega, basta! Não aceitaremos mais atrocidades de quarentena, *lockdown*, vacina obrigatória”. Outro usuário afirma: “Mais fatos que traduzem o verdadeiro objetivo do controle populacional por meio da vacina”.

Essas falas colocam em xeque o princípio do contrato social. De acordo com Rousseau (1762/1999), o pacto social permite que os homens unam forças para enfrentar os obstáculos da existência. Assim, ao reivindicar uma liberdade irrestrita em um contexto pandêmico — em detrimento do direito coletivo à imunização —, o sujeito rompe simbolicamente com esse contrato.

Contudo, os teóricos da conspiração não se colocam como indivíduos que pleiteiam privilégios individuais. Em suas argumentações, preocupam-se em ressaltar que sua defesa da liberdade visa impedir que o Estado obrigue os cidadãos a aceitarem medidas com as quais não concordam, como a vacinação ou o impedimento de circulação.

Nessa lógica, os atores políticos são retratados como tutores indevidos do comportamento individual. Bastiat (1850/2010), teórico do liberalismo clássico, sustenta que o Estado deve garantir a liberdade, a individualidade e a propriedade, mas não pode ultrapassar os limites da aplicação da lei, sob pena de subverter sua função e tornar-se instrumento de espoliação. Essa perspectiva está associada ao direito à resistência, presente em Locke (1689/2005), segundo o qual é legítimo proteger-se contra a tirania estatal.

Outras posições identitárias também são construídas para os adversários. Em uma postagem, lê-se: “Os esquerdopatas, tucanos, como esse muito probo Aécio Neves, elitistas de todos os patamares, querem liquidar com a liberdade individual impondo obrigatoriedade da vacina”. Como discutido anteriormente, a identidade é relacional e social. Mesmo quando o sujeito não explicita sua defesa da liberdade, ao classificar adversários como “esquerdopatas” ou “elitistas”, contrapõe-se implicitamente a eles, construindo uma identidade oposta e resistente.

Importa ressaltar que o antagonista, nesse processo, é condição de existência do próprio grupo identitário. A oposição é constitutiva (Laclau & Mouffe, 2015). No exemplo citado, o uso do termo “esquerdopatas” associa os opositores a uma condição psicopatológica — estratégia discursiva comum no Brasil, historicamente utilizada para deslegitimar discursos de esquerda (Passos, 2017).

Já o termo “elitistas” remete à ideia de que o grupo adversário possui poder e está distante da realidade popular. Ao identificá-lo assim, o usuário constrói seu grupo como defensor do cidadão comum, o que reforça a eficácia retórica de sua argumentação.

Essa construção política torna-se ainda mais evidente quando nomes da cena política nacional são evocados. Um exemplo é a oposição entre Jair Bolsonaro e João Doria: “O presidente Bolsonaro pensa numa vacina segura e com liberdade para o povo optar; já o João Doria quer uma vacina experimental chinesa, com a obrigatoriedade de a população servir de cobaia”. Nesse cenário, Bolsonaro representa um aliado da liberdade, enquanto Doria é associado a um autoritarismo elitista.

Segundo Sousa et al. (2024), Bolsonaro é frequentemente construído como um líder carismático defensor dos interesses populares — ainda que, paradoxalmente, seja um agente do próprio Estado. Já seus adversários são apresentados como elites distantes da população.

Um usuário chega a tratar a pandemia como “projeto político” para implantar o comunismo, eximindo Bolsonaro de qualquer responsabilidade, apesar de sua posição como chefe do Executivo.

Cesarino (2020), ao analisar grupos bolsonaristas em aplicativos de mensagens, observou uma construção identitária autoritária e populista, caracterizada por baixa tolerância à diferença. Essa lógica identitária é visível também nos discursos conspiracionistas antivacinação aqui analisados.

Laclau (2013) argumenta que o populismo não é um conteúdo ideológico específico, mas uma lógica de articulação política, que ganha força quando demandas sociais dispersas se unem em torno de um significante comum — o “povo”. Essa lógica permite que líderes populistas agreguem múltiplas identificações sob um discurso unificado. No caso do bolsonarismo, uma dessas identificações é a defesa intransigente da liberdade (Delcourt, 2016; Lessa, 2020; Sousa et al., 2024).

Outro exemplo significativo está na construção contraditória de João Doria, retratado ora como autoritário, ora como “afeminado”. Para Potter (1998), toda categorização é performativa e relacional. Chamar alguém de “afeminado” em um contexto político e ideológico reflete um conjunto de valores baseados em masculinidade, virilidade e controle — atributos culturalmente associados à autoridade. Segundo Zanello e Gomes (2011), a homofobia está ligada ao desprezo pelas qualidades femininas, e afirmar a virilidade masculina implica negar a feminilidade. Logo, a contradição entre “afeminado” e “ditador” revela o embate entre idealizações normativas de masculinidade e os usos estratégicos da linguagem para desqualificação política.

Por fim, a identidade racial também é mobilizada. A China — país de origem do vírus — é alvo frequente de ataques e desconfiança. Como Douglas et al. (2019) observam, as teorias

da conspiração tendem a se associar a atitudes negativas em relação a grupos específicos. No caso da pandemia, essas atitudes se manifestaram em forma de sinofobia, preconceito que atribui aos chineses a responsabilidade pela crise sanitária.

Khalil et al. (2021) destacam que a pandemia intensificou estigmas raciais já existentes. A associação entre vírus e nacionalidade fomentou comportamentos xenofóbicos e preconceituosos. A construção da identidade nacional, nesse contexto, passa por um antagonismo com o “outro”, conforme argumentam Reicher e Hopkins (2001). O nacionalismo, como lembra Kitching (1985), constrói amor com ódio, solidariedade com exclusão e intensidade com estreiteza de compreensão.

A ganância das grandes farmacêuticas

Nesta seção, os teóricos da conspiração constroem seus adversários e inimigos como gananciosos. É importante destacar que as grandes farmacêuticas são vistas, nessa categoria, como os principais atores a serem combatidos. O lucro indiscriminado e as ações articuladas junto aos governos para promover a vacinação em massa são os principais aspectos ressaltados por esses teóricos. Como afirmam Douglas et al. (2019), embora as teorias da conspiração frequentemente acusem governos, qualquer grupo poderoso pode tornar-se alvo.

A propaganda anti-medicamentos é muito estranha, porque talvez frustrasse a *Big Pharma* e governos nacionais. [out de 2021]

A pandemia de COVID19 foi o sininho de abertura que *Wall Street* balangou para as *Big Pharmas*. A narrativa de 'qual vacina será' é tão genocida quanto a negação dela. O vírus se modifica mais rápido, as vacinas perdem eficácia. Brasil. [jan de 2021]

A única verdade sobre a vacina é que os laboratórios estão ficando cheios do dinheiro público e sem qualquer responsabilidade sobre perdas de vidas. [abr de 2021]

Isso não vai ter fim acordem enquanto puderem continuarão com reforços experimentais sim, experimentais não houve tempo hábil para já se ter imunizante para as variantes. É muito interesse na manutenção dessa "vacinação". [nov de 2021]

Meu Deus. Imbecis ainda não perceberam que o controle social foi efetivado com sucesso. Sempre haverá uma nova variante pro imbecil tomar sempre uma nova vacina e não sair na rua, só se um "decreto" do prefeitinho autorizar, seguindo a ciência. as mega farmacêuticas tem orgasmos. [nov de 2021]

Segundo Goertzel (2010), as teorias da conspiração buscam questionar tudo o que o “sistema” — muitas vezes representado por “cientistas”, “grupos econômicos” e “governo” — diz ou faz. Mesmo em cenários hipotéticos ou especulativos, os crentes buscam respostas rápidas e abrangentes. Quando essas respostas não são fornecidas, surgem teorias para suprir essa ausência. Assim, os teóricos oferecem suas próprias respostas, ainda que com evidências frágeis, desafiando o sistema a refutá-las.

No estudo de Goertzel (2010), observou-se uma associação entre ideologia política e compromisso com teorias da conspiração no campo científico, incluindo aquelas relacionadas ao HIV/AIDS, aos alimentos geneticamente modificados (OGM), à vacinação e às mudanças climáticas. Para o autor, essas teorias são problemáticas na medida em que podem provocar consequências graves, como a formulação de políticas públicas equivocadas e resistência popular à adoção de comportamentos preventivos e racionais.

Nas postagens analisadas nesta categoria, os teóricos da conspiração afirmam com frequência que a pandemia foi uma oportunidade explorada por atores econômicos para enriquecer às custas da população e do Estado. Assim, constroem uma imagem de adversários gananciosos que tramam para maximizar seus lucros. Além disso, atribuem às motivações das farmacêuticas contornos ideológicos e partidários, questionando: “Quais interesses estão acima

da vida humana? O lucro da indústria da vacina? A trama para derrubar Trump? Bolsonaro?”. Dessa forma, articulam a defesa de políticos da extrema-direita que adotaram posturas ambíguas na condução da vacinação.

Para Lasco (2020), momentos de crise oferecem aos populistas uma oportunidade única de apresentar soluções rápidas e simplistas para problemas complexos. Um exemplo disso, durante a pandemia, foi a promoção do “tratamento precoce” — com uso de medicamentos como hidroxicloroquina e ivermectina —, medida amplamente defendida por políticos e simpatizantes da extrema-direita no Brasil e em outros países (ver Furlan & Caramelli, 2021).

Nesse cenário, os teóricos da conspiração denunciam as relações de poder que, segundo eles, impedem ou dificultam que governantes de direita conduzam a pandemia da forma como desejam. Tais relações teriam como principal motivação o lucro das farmacêuticas, em detrimento do bem-estar coletivo. Um exemplo disso aparece em um comentário: “A propaganda anti-medicamentos é muito estranha, porque talvez frustrasse a *Big Pharma*”. Para os conspiracionistas, a rejeição ao uso desses medicamentos por parte da comunidade científica não se basearia em critérios técnicos, mas em interesses financeiros, com os cientistas atuando como defensores velados das grandes corporações farmacêuticas.

É irônico, no entanto, observar que esse discurso contra grandes corporações — geralmente associado à esquerda — seja mobilizado por grupos alinhados à direita, que, por sua vez, defendem os políticos desse espectro. Contudo, como demonstram Douglas et al. (2019), as teorias da conspiração não se restringem a um campo político. Elas podem estar associadas ao aumento de comportamentos extremistas e são comuns nos discursos da extrema-direita em diversos países.

Bartlett e Miller (2010) apontam que teorias conspiratórias não são exclusivas de grupos extremistas, havendo sobreposições entre teorias defendidas por setores da esquerda e da

direita. van Prooijen et al. (2015) identificaram, por exemplo, que teorias antissemitas eram comuns tanto na extrema-esquerda quanto na extrema-direita.

Douglas et al. (2019) destacam que pessoas com ideologias diferentes tendem a interpretar as mesmas informações de maneiras distintas. Um dos mecanismos psicológicos que explica esse fenômeno é o raciocínio motivado: ao se depararem com fatos que contradizem suas crenças, as pessoas reinterpretem as informações de forma a preservar sua visão de mundo. Esse mecanismo está frequentemente presente em teorias da conspiração, especialmente aquelas associadas ao partidarismo e à ideologia.

Assim, os indivíduos filtram eventos e circunstâncias pelas lentes de suas predisposições políticas, interpretando-os como parte de uma conspiração contra seu grupo e definindo os adversários a partir disso. A literatura mostra que as teorias da conspiração tendem a alinhar-se com as predisposições já existentes dos indivíduos, reforçando-as (Douglas et al., 2019).

Nesta categoria, os grupos farmacêuticos são representados como entidades difusas, sem uma materialidade clara, o que facilita a disseminação de teorias conspiratórias. Um inimigo abstrato pode assumir contornos distintos, conforme os interesses de quem o define.

Saber quem somos, quem são os outros e o que pensam nos permite construir um mapa multidimensional do mundo humano e de nosso lugar nele, tanto como indivíduos quanto como membros de uma coletividade. A identificação, nesse sentido, é um processo contínuo e não algo que se “possui” (Jenkins, 2008). Identificar alguém pode ser suficiente para decidir como tratá-lo. Classificações podem variar conforme o contexto, e as identidades só fazem sentido dentro de seu uso social e relacional.

Para Laclau e Mouffe (2015), o que une diferentes elementos em uma lógica de equivalência não é o que têm em comum positivamente, mas sim a instância negativa contra a qual todos lutam. Assim, ainda que divergentes em vários aspectos, os teóricos da conspiração compartilham a definição de um inimigo comum. A formulação de identidades para os adversários possibilita a constituição de uma unidade discursiva.

No caso analisado, as corporações farmacêuticas são representadas como gananciosas. Em contraposição, os teóricos da conspiração se apresentam como defensores da vida. Colocam-se como preocupados com a saúde pública e sugerem alternativas como os medicamentos preventivos. Ao atribuírem à indústria farmacêutica o papel de vilã, se posicionam como agentes benevolentes e abnegados.

Por fim, Jenkins (2008, p. 5) argumenta que a identidade “falha em fornecer uma explicação de por que os atores estão fazendo certas declarações ou por que certos eventos estão acontecendo”. A identidade, portanto, não explica por si só a ação, mas é uma capacidade humana — enraizada na linguagem — de saber “quem é quem” e, por consequência, “o que é o quê”.

Ainda segundo Jenkins (2008), não se pode afirmar que a identidade faz as pessoas agirem, mas que as pessoas fazem coisas e fazem identidade por suas próprias razões e objetivos. A identidade, assim, é melhor compreendida como parte dos processos dinâmicos da vida social.

No mesmo sentido, Goldstein e Rayner (1994) afirmam que, na prática, reivindicações de interesse e identidade estão interligadas. O que se deseja está moldado pelo senso de quem se é. Ou seja, a compreensão de quem sou, e de qual grupo pertenço, define os meus interesses e as reivindicações que formulo.

Considerações finais

As falas categorizadas são proferidas em um contexto político e social intenso. Com a ascensão da direita após as jornadas de junho de 2013 e o esgotamento propositivo dos governos do Partido dos Trabalhadores, a vitória de Jair Bolsonaro consolidou a emergência desse campo político no Brasil. Além disso, a pandemia da COVID-19 favoreceu a disseminação de discursos conspiracionistas associados a disputas político-ideológicas nas redes sociais.

As teorias da conspiração antivacinação são bem estabelecidas e amplamente conhecidas, tanto na literatura quanto no ambiente digital. Este estudo não pretende esgotar todas as construções identitárias realizadas pelos teóricos da conspiração antivacinação ao argumentarem em torno das mais diversas teorias. Há uma quantidade significativa de recursos retóricos mobilizados por esses atores na formulação de seus argumentos, assim como há uma variedade de outros atores identitários que antagonizam com seus grupos e discursos na arena argumentativa e que não foram abordados neste trabalho.

A primeira categoria identificada menciona o Estado e os atores políticos como “inimigos da liberdade”. Os usuários argumentam que o Estado, por meio de suas ações, busca controlar e dominar a população, obrigando-a a adotar comportamentos que ferem diretamente a liberdade individual.

Nesse sentido, rotular o outro como autoritário é, retoricamente, uma ferramenta eficaz para definir quem são os adversários e quais estratégias devem ser empregadas para combatê-los na disputa discursiva. Em contrapartida, de forma implícita, os usuários se colocam como defensores da liberdade e dos direitos individuais, posicionando-se como vítimas da coerção estatal. Essa abordagem retórica é eficaz para mobilizar a identificação de novos leitores que entram em contato com essas teorias e passam a concordar com as teses propostas.

Em outro momento, os usuários da plataforma “X” atribuem a seus adversários características negativas, associadas à classe social ou até mesmo a condições psicopatológicas. Essas atribuições constroem discursivamente a imagem do “outro” e o vinculam a comportamentos socialmente reprováveis.

A segunda categoria diz respeito às grandes corporações farmacêuticas e econômicas, representadas como gananciosas. Essa construção retórica lança suspeitas sobre as ações desses atores e os caracteriza como motivados por interesses financeiros na promoção da vacinação durante a pandemia — interesses que, segundo os conspiracionistas, estariam acima da preservação da vida e da superação da crise sanitária.

Por fim, estudos futuros mais aprofundados, que explicitem esses temas aos próprios teóricos da conspiração antivacinação e explorem seus aspectos identitários, poderão contribuir para uma compreensão mais abrangente dos processos de formação identitária que esses sujeitos constroem para seus adversários e inimigos.

Referências

- Antaki, C., & Widdicombe, S. (Eds.). (2008). *Identities in talk*. SAGE.
- Bartlett, J., & Miller, C. (2010). *The power of unreason: Conspiracy theories, extremism and counter-terrorism*. Demos.
- Bassani, A. T., Fabris, G., & Simoni Junior, S. (2021). SARS-COV-2: pandemia, negacionismo científico populista de extrema direita e a utilização off label de medicamentos. *Revista de Políticas Públicas*, 25(1), 228–244. <https://doi.org/10.18764/2178-2865.v25n1p228-244>

- Bastiat, F. (2010). *A lei* (F. de A. Almeida, Trad.). LVM Editora. (Obra original publicada em 1850)
- Berlin, I. (2002). *Dois conceitos de liberdade* (4ª ed.). São Paulo: Martins Fontes. (Trabalho original publicado em 1958)
- Billig, M. (1991). *Ideology and opinions: Studies in rhetorical psychology*. SAGE.
- Billig, M. (2008). *Argumentando e pensando: Uma abordagem retórica para a psicologia social* (C. V. S. Benevides, Trad.). Vozes. (Obra original publicada em 1987)
- Billig, M., Condor, S., Edwards, D., Gane, M., Middleton, D., & Radley, A. (1988). *Ideological dilemmas: A social psychology of everyday thinking*. SAGE.
- Bobbio, N. (1995). *Direita e esquerda: razões e significados de uma distinção política*. São Paulo: Editora Unesp.
- Cesarino, L. (2020). Como vencer uma eleição sem sair de casa: a eleição do populismo digital no Brasil. *Internet & Sociedade*, 1(1), 91–120. <https://revista.internetlab.org.br/serifcomo-vencer-uma-eleicao-sem-sair-de-casa-serif-a-ascensao-do-populismo-digital-no-brasil/>
- Delcourt, L. (2016). Um TeaParty tropical: a ascensão de uma “nova direita” no Brasil. *Lutas Sociais*, 20(36), 126–139.
- Douglas, K. M., Sutton, R. M., & Cichocka, A. (2019). Understanding conspiracy theories. *Political Psychology*, 40(S1), 3–35. <https://doi.org/10.1111/pops.12568>
- Faasse, K., Chatman, C. J., & Martin, L. R. (2016). A comparison of language use in pro- and anti-vaccination comments in response to a high profile Facebook post. *Vaccine*, 34(47), 5808–5814. <https://doi.org/10.1016/j.vaccine.2016.09.029>

- Furlan, L., & Caramelli, B. (2021). The regrettable story of the "Covid Kit" and the "Early Treatment of Covid-19" in Brazil. *Lancet Regional Health. Americas*, 4, 100089. <https://doi.org/10.1016/j.lana.2021.100089>
- Goertzel, T. (2010). Conspiracy theories in science. *EMBO Reports*, 11(7), 493–499. <https://doi.org/10.1038/embor.2010.84>
- Goldstein, J., & Rayner, J. (1994). The politics of identity in late modern society. *Theory and Society*, 23(3), 367–384. <https://www.jstor.org/stable/657948>
- Jenkins, R. (2008). *Social identity* (3rd ed.). Routledge.
- Khalil, O. A. K., da Silva Khalil, S., & Caetano Junior, E. (2021). Xenofobia: um velho sintoma de um novo Coronavírus. *Revista Thema*, 20, 132–142.
- Kitching, G. (1985). Nationalism: the instrumental passion. *Capital and Class*, 25, 98–116.
- Laclau, E. (2013). *A razão populista* (M. M. S. de Carvalho, Trad.). Editora Boitempo.
- Laclau, E., & Mouffe, C. (2015). *Hegemonia e estratégia socialista: por uma política democrática radical* (2ª ed., C. P. Rouanet, Trad.). São Paulo: Três Estrelas. (Obra original publicada em 1985)
- Lasco, G. (2020). Medical populism and the COVID-19 pandemic. *Global Public Health*, 15(10), 1417–1429. <https://doi.org/10.1080/17441692.2020.1807581>
- Lessa, R. (2020). Homo Bolsonaro: de como nasceu e se criou o confuso e perigoso animal artificial que encarna momentos arcaicos da sociabilidade brasileira. *Serrote*, (número especial), 46–67.
- Locke, J. (2005). *Segundo tratado sobre o governo civil* (M. B. da Costa, Trad.). Martin Claret. (Obra original publicada em 1689)

- Martins, L. F., Souza, F. R., & Freitas, J. M. (2024). requalify.ai (Version 0.1) [Online software]. Disponível em <https://requalify.ai>
- Merquior, J. G. (1991). O liberalismo – Antigo e moderno. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira.
- Nascimento, L. C. do, Silva, T. C. da, Oliveira, D. P., & Silva, M. R. da. (2023). A pandemia muda o cotidiano e modos de viver: tecnossocialidade e experiências de usuários/famílias. *Revista Brasileira de Enfermagem*, 76(Supl 1), e20220177. <https://doi.org/10.1590/0034-7167-2022-0177>
- Oliveira Filho, P., Feitosa, G. G., & Silva, C. C. W. (2019). Petismo e antipetismo em relatos de simpatizantes da direita na internet. *Pesquisas e Práticas Psicossociais*, 14(2), 1–13. Recuperado de <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/ppp/v14n2/16.pdf>
- Passos, P. (2017). Vozes a favor do golpe! O discurso anticomunista do IPES como materialidade de um projeto de classe (Vol. 1).
- Potter, J. (1998). La representación de la realidad: Discurso, retórica y construcción social. Paidós.
- Potter, J., & Wetherell, M. (1987). *Discourse and social psychology: Beyond attitudes and behaviour*. SAGE.
- Ramos, S. R. F., Braga Filho, R. A., Carvalho, M. A., Costa, D. D., Carvalho, L. A., & Almeida, M. T. C. (2023). Pandemia da Covid-19: um evento traumático para estudantes de Ciências Biológicas e da Saúde? *Revista Brasileira de Educação Médica*, 47(1), e036. <https://doi.org/10.1590/1981-5271v47.1-20220172>
- Reicher, S., & Hopkins, N. (2001). *Self and nation: Categorization, contestation and mobilization*. SAGE.

- Rousseau, J.-J. (1999). *O contrato social* (G. D. da Silva, Trad.). Martin Claret. (Obra original publicada em 1762)
- Sousa, R. S., Filho, P. O., & Larrain, L. F. C. R. (2024). Adesão ao bolsonarismo: Dilemas, contradições e retórica em argumentos de seus militantes. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 44, e3270308. <https://doi.org/10.1590/1982-3703003270308>
- Stokoe, E. H., & Sikveland, R. O. (2015). Identifying and responding to possible -isms in institutional encounters: Alignment, impartiality and the implications for communication training. *Journal of Pragmatics*, 113, 1–13. <https://doi.org/10.1177/0261927X15586572>
- van Prooijen, J.-W., Krouwel, A. P. M., & Pollet, T. (2015). Political extremism predicts belief in conspiracy theories. *Social Psychological and Personality Science*, 6(5), 570–578. <https://doi.org/10.1177/1948550614567356>
- Verzaro, M., & Hida, R. B. (2022). O alinhamento dos movimentos religiosos conservadores brasileiros com teorias da conspiração antivacina durante a pandemia do coronavírus. *Brazilian Journal of Development*, 8(4), 24939–24958. <https://doi.org/10.34117/bjdv8n4-227>
- Wetherell, M. (2008). Subjectivity or psycho-discursive practices? Investigating complex intersectional identities. *Subjectivity*, 22(1), 73–81. <https://doi.org/10.1057/sub.2008.7>
- Wetherell, M., & Potter, J. (1992). *Mapping the language of racism: Discourse and the legitimation of exploitation*. Harvester Wheatsheaf.
- Wood, M. J., Douglas, K. M., & Sutton, R. M. (2012). Dead and alive: Beliefs in contradictory conspiracy theories. *Social Psychological and Personality Science*, 3(6), 767–773. <https://doi.org/10.1177/1948550611434786>

Zanello, V., & Gomes, T. (2011). Xingamentos masculinos: a falência da virilidade e da produtividade. Caderno Espaço Feminino, 23(1/2). Recuperado de <https://seer.ufu.br/index.php/neguem/article/view/7615>

DISCUSSÃO GERAL

A presente tese teve como objetivo identificar e analisar os argumentos utilizados por usuários da rede social “X” (antigo Twitter) durante a pandemia de COVID-19, referentes à vacinação e aos seus efeitos colaterais. Buscou-se observar como esses indivíduos constroem descrições, argumentações e artifícios retóricos mobilizados para persuadir os leitores a rejeitarem a vacinação e a não adotarem comportamentos protetivos.

Dessa forma, este trabalho aborda aspectos relacionados à construção argumentativa dessas teorias, com o intuito de evidenciar as estratégias retóricas mais recorrentes na promoção e difusão dessas ideias. Além disso, analisou-se a construção identitária formulada pelos usuários — tanto de seu próprio grupo quanto de seus adversários — à medida que argumentavam sobre essas teorias. De acordo com Reich (2001), somos atraídos, simpatizamos, copiamos, imitamos e compartilhamos afetos com aqueles com os quais possuímos algum tipo de identificação, a quem dirigimos afiliação e reconhecemos como fontes legítimas de autoridade.

O trabalho foi dividido em três artigos. O primeiro apresenta uma introdução ao tema por meio de uma revisão sistemática da literatura sobre teorias da conspiração em periódicos de psicologia. O segundo aborda as estratégias retóricas utilizadas pelos teóricos da conspiração na construção de seus argumentos, visando convencer e persuadir os leitores a aderirem a essas teses. Por fim, o terceiro discute a formulação das identidades de seus adversários e inimigos no ambiente discursivo da rede social “X”.

Além dos artigos, a tese contempla uma introdução geral ao tema, um capítulo dedicado à discussão conceitual (discurso, argumentação e identidade) e à linha teórica adotada para sua análise, além de uma discussão geral que articula os três artigos em torno do objetivo central da pesquisa.

A proposta da revisão sistemática (Artigo 1) partiu da premissa de que, para avançar na produção científica, é essencial compreender o campo de conhecimento no qual se insere, bem como o “estado da arte” referente aos conceitos analisados. Identificou-se a definição de “teoria da conspiração” e, em seguida, aprofundou-se a análise da complexidade dos temas discutidos na psicologia. A revisão apontou dois eixos analíticos principais: o primeiro relacionado à falsidade e à desinformação — ou seja, ao conteúdo das teorias e à psicologia dos teóricos — com destaque para os mecanismos psicológicos e sociais que favorecem a adesão a essas crenças; o segundo eixo aborda a pandemia de COVID-19, suas especificidades e os caminhos metodológicos dos estudos analisados. Ressalta-se, ainda, a escassez de pesquisas sobre o tema na psicologia brasileira.

A ausência de estudos específicos evidencia um distanciamento da psicologia social brasileira em relação às teorias da conspiração. Diante disso, esta tese busca contribuir, ainda que modestamente, para reduzir essa lacuna. Diferentemente das abordagens tradicionais, focadas majoritariamente nos aspectos cognitivos dos adeptos, esta investigação dedica-se à análise das formulações discursivas desses atores, destacando as estratégias retóricas mobilizadas para persuadir os leitores. Essas formulações emergem em um contexto específico — a pandemia de COVID-19 — e são diretamente condicionadas por ele.

No Artigo 2, analisaram-se os principais argumentos mobilizados por teóricos da conspiração antivacinação na rede social “X”. Foram identificadas quatro categorias: “Vacinação como mecanismo de controle”; “Vacinação, interesses econômicos e ocultos”; “Origem do vírus, das vacinas e suas tecnologias”; e “Efeitos colaterais da vacinação”. Durante a argumentação, os teóricos empregam uma série de recursos retóricos para conferir factualidade e verossimilhança às suas proposições, utilizando estratégias como Formulações de Casos Extremos (FCE), argumentos de autoridade, presunções e lugares de quantidade e qualidade.

É relevante notar que, em muitos casos, os teóricos da conspiração pautam o debate ao estabelecer os termos da discussão, obrigando seus adversários a responderem dentro dessa moldura discursiva. Como destaca Potter et al. (1991), a pré-formulação é um recurso retórico importante, pois define os parâmetros do debate e condiciona a força e previsibilidade dos contra-argumentos.

As teorias da conspiração analisadas são recorrentes no repertório antivacinação global. Ao sugerir, por exemplo, que a vacinação faz parte de um plano deliberado de controle populacional ou ao levantar suspeitas sobre os lucros da indústria farmacêutica, os usuários recorrem a argumentos amplamente disseminados no imaginário conspiracionista.

Conforme Billig (1991), há uma ampla margem para a argumentação dentro do campo conspiratório, já que nem todas as teorias descrevem de forma clara seus métodos, objetivos e adversários. Por isso, narrativas complexas e bem conectadas tendem a ser mais aceitas do que explicações simplistas.

Observou-se que os teóricos da conspiração fazem uso de uma diversidade de recursos retóricos para conferir atratividade e credibilidade a seus discursos. Esse caráter retórico, evidenciado pela identificação de distintas estratégias, indica a existência de certa organização — mesmo que não planejada — no processo de disseminação dessas ideias. Como discutido ao longo do trabalho, os teóricos utilizam recursos discursivos de maneira estratégica e oportunista, prática comum nas interações cotidianas. Tornar o discurso factual é um objetivo recorrente, sendo a adesão dos leitores o desfecho desejado.

A factualidade, nesse cenário, constitui um elemento central da retórica conspiracionista, exigindo atenção analítica. Verificou-se que os teóricos mobilizam expressivos artifícios discursivos para conferir legitimidade a suas proposições, contrariando a

imagem comum de que essas narrativas seriam propagadas de forma desordenada ou improvisada.

A literatura revisada evidenciou que as teorias da conspiração estão, frequentemente, associadas à falsidade e à desinformação — elementos que compõem o imaginário público desses grupos e com os quais seus adeptos precisam lidar cotidianamente. Nesse contexto, “meias-verdades” e informações manipuladas figuram como moeda discursiva usual.

A presente tese propõe-se a distanciar-se de abordagens psicologizantes que tendem a reduzir os teóricos da conspiração a categorias psicopatológicas, frequentemente rotulados como “loucos” ou “desorientados”. Não se verifica, necessariamente, uma correlação direta entre a adesão a teorias conspiratórias e a ocorrência de sofrimento psíquico. Como evidenciado nesta investigação, os adeptos dessas teorias mobilizam recursos retóricos recorrentes, amplamente utilizados em práticas discursivas ordinárias. Tais estratégias não constituem prerrogativa exclusiva desses sujeitos, mas integram o repertório argumentativo usualmente acionado em interações sociais, independentemente de filiação política, ideológica ou condição subjetiva.

Este estudo, entretanto, propõe uma leitura alternativa, concentrando-se na estrutura retórica das argumentações e na seleção de recursos específicos que conferem factualidade aos enunciados. Sem adentrar no mérito da veracidade das informações, constatou-se que esses atores recorrem a estratégias discursivas comuns, baseadas na construção argumentativa da factualidade.

Essas estratégias demonstraram-se eficazes na mobilização de adesão, inclusive entre públicos hesitantes em relação às medidas sanitárias. A utilização sistemática desses recursos discursivos contribui para enfraquecer consensos incipientes sobre a vacinação, dificultando a imunização em massa e o alcance da chamada “imunidade de rebanho”.

Ademais, verificou-se que os teóricos da conspiração antivacinação, em determinados momentos, alinham suas proposições às narrativas de lideranças políticas da extrema direita. No Brasil, por exemplo, a oposição entre Jair Bolsonaro e João Doria refletiu-se nas narrativas conspiracionistas. A aproximação discursiva entre esses grupos e o bolsonarismo evidencia-se pela adoção de teses que dialogam diretamente com a agenda política do ex-presidente, como a promoção de medicamentos profiláticos sem comprovação científica. Embora Doria não se enquadre como um político de esquerda, sua postura de defesa da vacinação e de oposição ao “tratamento precoce” o colocou no polo oposto a Bolsonaro.

Dessa maneira, as teorias da conspiração, para além de representarem um risco sanitário, funcionam como instrumentos discursivos instrumentalizados por grupos políticos para legitimar interesses e deslegitimar adversários.

Por fim, os comentários analisados, em grande parte, contêm alegações imprecisas e pouco afirmativas, mas que, em seu núcleo, buscam construir ontologicamente sujeitos e grupos político-econômicos como responsáveis por tramas secretas. A relação desses teóricos com as noções de verdade e factualidade é ambígua: embora critiquem a ciência, recorrem a ela estrategicamente quando conveniente.

No Artigo 3, foi analisada a construção discursiva de identidades, tanto dos adversários quanto do próprio grupo conspiracionista. Foram identificadas duas grandes categorias: “Os inimigos da liberdade” e “A ganância das grandes farmacêuticas”. Na primeira, políticos e o Estado são descritos como autoritários, enquanto os conspiracionistas se posicionam como defensores da liberdade individual. Na segunda, as farmacêuticas são classificadas como gananciosas e moralmente inapta para liderar o enfrentamento da pandemia.

Como mencionado, nem todos os agentes políticos, contudo, são classificados como perigosos ou responsabilizados pela formulação das teorias antivacinação; alguns são

exaltados, enquanto outros são enquadrados como ameaças, a depender da adesão ou rejeição de políticas que se alinhem, ou não, às teses conspiracionistas difundidas por esses grupos.

A suposta “dominação” que determinados políticos buscariam exercer durante o período pandêmico configura-se, para os teóricos da conspiração, como o principal elemento a ser combatido. Sob essa perspectiva, os agentes públicos seriam acusados de almejar o controle e a submissão da população brasileira por meio de políticas intervencionistas, formalmente justificadas pelo enfrentamento da crise sanitária. Desse modo, as ações governamentais voltadas à contenção da disseminação do vírus são interpretadas com desconfiança e denunciadas como formas veladas de cerceamento da liberdade individual. Tal lógica discursiva contribui para fragilizar a confiança institucional, desacreditar órgãos oficiais e desorientar a população diante da pandemia.

Outro ator recorrentemente posicionado como antagonista pelas narrativas conspiracionistas são as grandes empresas farmacêuticas. Essas corporações são descritas como motivadas pela ganância e, sob esse argumento, moralmente inaptas a liderar os esforços para a superação da pandemia. A desconfiança dirigida a esse setor econômico é sustentada pela crítica ao sistema capitalista e às pressões exercidas pelos interesses de mercado, sempre orientados pela lógica da maximização do lucro em detrimento do que quer que seja. Ironicamente, observa-se que os próprios teóricos da conspiração, em outros contextos, acabam sendo instrumentalizados por essas corporações na defesa de agendas e interesses específicos, evidenciando a complexidade e a ambivalência desses posicionamentos discursivos.

Esses discursos alimentam afetos de desconfiança, indignação e insegurança nos leitores. Como observa Wetherell (2012, 2014), práticas afetivas estão no cerne das dinâmicas identitárias e cumprem papel central na mobilização discursiva. Assim, mesmo aqueles que não compartilham das crenças conspiratórias podem ser afetados por elas, uma vez que as

identidades construídas nesses discursos são performativas, relacionais e projetadas para produzir ação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em conjunto, os resultados apresentados nestes artigos compõem uma radiografia das teorias da conspiração antivacinação durante o período pandêmico. Nesse sentido, identificou-se uma importante lacuna na produção científica em periódicos de psicologia no Brasil acerca do tema, bem como foram abordadas as principais questões que norteiam o debate psicológico sobre teorias da conspiração na literatura internacional.

Observou-se, ainda, uma quantidade significativa de argumentos e estratégias retóricas utilizadas com o objetivo de conferir factualidade e tornar o discurso mais convincente na rede social “X”. Essas estratégias produzem efeitos relevantes na busca por adesão dos leitores, destacando-se, entre elas, a produção de factualidade. Ou seja, ao argumentar sobre suas teorias, os usuários mobilizam lugares de quantidade e qualidade, argumentos de autoridade, presunções, valores, entre outros elementos discursivos.

A tese também analisa as identidades construídas por esses atores ao argumentarem sobre suas teorias. É interessante notar que, ao formularem essas identidades, os teóricos da conspiração se posicionam de forma a se contrapor a seus adversários e inimigos. Quando classificam os governos e seus agentes como autoritários, colocam-se, ainda que implicitamente, como defensores da liberdade e do diálogo. Da mesma forma, ao apontarem as grandes corporações farmacêuticas e econômicas como gananciosas, posicionam-se como benevolentes e altruístas.

Por fim, esta tese também reconhece suas limitações. Não se propõe a esgotar as análises sobre as estratégias retóricas utilizadas por teóricos da conspiração antivacinação. Ou seja, durante as análises, apenas algumas estratégias se mostraram salientes no contexto específico da rede social “X”. Há uma diversidade de possibilidades discursivas que esses

grupos podem explorar ao argumentarem na tentativa de angariar adeptos e fortalecer suas crenças.

Esta tese tampouco pretende abranger todas as construções identitárias formuladas por esses atores ao se referirem a seus adversários e inimigos. Vale destacar que os teóricos da conspiração analisados argumentam sobre a vacinação em um contexto específico: o da pandemia. Portanto, podem empregar argumentos distintos de outros teóricos da conspiração atuando em diferentes períodos ou contextos sociais, tanto na formulação das mensagens quanto na construção de identidades. Estudos futuros, desenvolvidos em outros contextos e com diferentes grupos conspiracionistas, são necessários para ampliar a compreensão desse fenômeno social.

REFERÊNCIAS

- Aaronovitch, D. (2010). *Voodoo histories: The role of the conspiracy theory in shaping modern history*. Riverhead Books.
- Abalakina-Paap, M., Stephan, W. G., Craig, T., & Gregory, W. L. (1999). Beliefs in Conspiracies. *Political Psychology*, 20(3), 637–647. <https://doi.org/10.1111/0162-895x.00160>
- Allcott, H., & Gentzkow, M. (2017). Social media and fake news in the 2016 election. *Journal of Economic Perspectives*, 31(2), 211-236. <https://doi.org/10.1257/jep.31.2.211>
- Allington, D., Duffy, B., Wessely, S., Dhavan, N., & Rubin, J. (2020). Health-protective behaviour, social media usage, and conspiracy belief during the COVID-19 public health emergency. *Psychological Medicine*, 51(10), 1-7. <https://doi.org/10.1017/S003329172000224X>
- Amanzio, M., Howick, J., Bartoli, M., Cipriani, G. E., & Kong, J. (2020). How Do Nocebo Phenomena Provide a Theoretical Framework for the COVID-19 Pandemic? *Frontiers in Psychology*, 11. <https://doi.org/10.3389/fpsyg.2020.589884>
- Andrade, G. (2021). Belief in Conspiracy Theories About COVID-19 Amongst Venezuelan Students: A Pilot Study. *Revista Colombiana de Psicología*, 30(1), 79-88. Epub May 27, 2021. <https://doi.org/10.15446/rcp.v30n1.87357>
- Antaki, C., & Widdicombe, S. (Eds.). (2008). *Identities in talk*. SAGE.
- Austin, J. L. (1962). *How to do things with words*. Oxford University Press.
- Baeza-Rivera, M. J., Salazar-Fernández, C., Araneda-Leal, L., & Manríquez-Robles, D. (2021). To get vaccinated or not? Social psychological factors associated with

- vaccination intent for COVID-19. *Journal of Pacific Rim Psychology*, 15, 183449092110517. <https://doi.org/10.1177/18344909211051799>
- Barbosa, L. F. (2020). Recusa vacinal e o impacto no ressurgimento de doenças erradicadas. *Brazilian Journal of Surgery and Clinical Research*, 12(3), 45-58.
- Bartlett, J., & Miller, C. (2010). The power of unreason: Conspiracy theories, extremism and counter-terrorism. *Demos*.
- Bassani, A. T., Fabris, G., & Simoni Junior, S. (2021). SARS-COV-2: pandemia, negacionismo científico populista de extrema direita e a utilização off label de medicamentos. *Revista de Políticas Públicas*, 25(1), 228–244. <https://doi.org/10.18764/2178-2865.v25n1p228-244>
- Bastiat, F. (2010). *A lei* (F. de A. Almeida, Trad.). LVM Editora. (Obra original publicada em 1850)
- Berger, P. L., & Luckmann, T. (2005). *A construção social da realidade: Tratado de sociologia do conhecimento* (2ª ed.). Vozes. (Obra original publicada em 1966)
- Berlin, I. (2002). *Dois conceitos de liberdade* (4ª ed.). São Paulo: Martins Fontes. (Trabalho original publicado em 1958)
- Bertin, P., & Delouvée, S. (2021). Affected more than infected: The relationship between national narcissism and Zika conspiracy beliefs is mediated by exclusive victimhood about the Zika outbreak. *Journal of Pacific Rim Psychology*, 15, 183449092110518. <https://doi.org/10.1177/18344909211051800>
- Bezerra, J. S., Magno, M. E. da S. P., & Maia, C. T. (2021). Desinformação, antivacina e políticas de morte: O mito (d)e virar jacaré. *Revista Mídia e Cotidiano*, 15(3), 6–23.

- Bilewicz, M., & Sedek, G. (2015). Conspiracy stereotypes: Their sociopsychological antecedents and consequences. In M. Bilewicz, A. Cichocka, & W. Soral (Eds.), *The psychology of conspiracy* (pp. 3-22). Routledge.
- Billig, M. (1991). *Ideology and opinions: Studies in rhetorical psychology*. SAGE.
- Billig, M. (2008). *Argumentando e pensando: Uma abordagem retórica para a psicologia social* (C. V. S. Benevides, Trad.). Vozes. (Obra original publicada em 1987)
- Billig, M., Condor, S., Edwards, D., Gane, M., Middleton, D., & Radley, A. (1988). *Ideological dilemmas: A social psychology of everyday thinking*. SAGE.
- Bobbio, N. (1995). *Direita e esquerda: razões e significados de uma distinção política*. São Paulo: Editora Unesp.
- Bridgman, A., Merkley, E., Loewen, P. J., Owen, T., Ruths, D., & Teichmann, L. (2020). The causes and consequences of COVID-19 misperceptions: Understanding the role of news and social media. *Harvard Kennedy School Misinformation Review*, 1(3).
<https://doi.org/10.37016/mr-2020-028>
- Brotherton, R., & Eser, S. (2015). Bored to fears: Boredom proneness, paranoia, and conspiracy theories. *Personality and Individual Differences*, 80, 1–5.
<https://doi.org/10.1016/j.paid.2015.02.011>
- Bruder, M., Haffke, P., Neave, N., Nouripanah, N., & Imhoff, R. (2013). Measuring Individual Differences in Generic Beliefs in Conspiracy Theories Across Cultures: Conspiracy Mentality Questionnaire. *Frontiers in Psychology*, 4(225).
<https://doi.org/10.3389/fpsyg.2013.00225>
- Brugnago, F., & Chaia, V. (2015). A nova polarização política nas eleições de 2014: Radicalização ideológica da direita no mundo contemporâneo do Facebook. *Aurora: Revista de Arte, Mídia e Política*, 7(21), 99-129.

- Burr, V. (2002). *The person in social psychology*. Psychology Press.
- Byford, J. (2011). *Conspiracy theories: A critical introduction*. Palgrave Macmillan.
- Camargo, B. V., & Justo, A. M. (2013). IRAMUTEQ: Um software gratuito para análise de dados textuais. *Temas em Psicologia*, 21(2), 513-518. <https://doi.org/10.9788/TP2013.2-16>
- Campos, V. S. (2012). Análisis del discurso y psicología: A veinte años de la revolución discursiva. *Revista de Psicología*, 21(1), 185–208. <https://doi.org/10.5354/0719-0581.2012.19994>
- Casarin, S. T., Porto, A. R., Gabatz, R. I. B., Bonow, C. A., Ribeiro, J. P., & Mota, M. S. (2020). Tipos de revisão de literatura: considerações das editoras do Journal of Nursing and Health/Types of literature review: considerations of the editors of the Journal of Nursing and Health. *Journal of Nursing and Health*, 10(5), e2050. <https://doi.org/10.15210/jonah.v10i5.19924>
- Casarões, G., & Magalhães, D. (2021). The hydroxychloroquine alliance: how far-right leaders and alt-science preachers came together to promote a miracle drug. *Revista de Administração Pública*, 55(1), 197–214. <https://doi.org/10.1590/0034-761220200556>
- Cesarino, L. (2020). Como vencer uma eleição sem sair de casa: a eleição do populismo digital no Brasil. *Internet & Sociedade*, 1(1), 91–120. <https://revista.internetlab.org.br/serifcomo-vencer-uma-eleicao-sem-sair-de-casa-serif-a-ascensao-do-populismo-digital-no-brasil/>
- Cichocka, A., Marchlewska, M., & de Zavala, A. G. (2016). Does Self-Love or Self-Hate Predict Conspiracy Beliefs? Narcissism, Self-Esteem, and the Endorsement of Conspiracy Theories. *Social Psychological and Personality Science*, 7(2), 157–166. <https://doi.org/10.1177/1948550615616170>

- Cinelli, M., Quattrocioni, W., Galeazzi, A., Valensise, C. M., Brugnoti, E., Schmidt, A. L., Zola, P., Zollo, F., & Scala, A. (2020). The COVID-19 social media infodemic. *Scientific Reports*, 10(1), 16598. <https://doi.org/10.1038/s41598-020-73510-5>
- Coady, D. (Ed.). (2006). *Conspiracy theories: The philosophical debate*. Routledge.
- Coninck David, Frissen Thomas, Matthijs Koen, d'Haenens Leen, Lits Grégoire, Champagne-Poirier Olivier, Carignan Marie-Eve, David Marc D., Pignard-Cheynel Nathalie, Salerno Sébastien, Gagnéux Melissa. (2021). Beliefs in Conspiracy Theories and Misinformation About COVID-19: Comparative Perspectives on the Role of Anxiety, Depression and Exposure to and Trust in Information Sources. *Frontiers in Psychology*, 12. <https://www.frontiersin.org/articles/10.3389/fpsyg.2021.646394>
- Constantinou, M., Gloster, A. T., & Karekla, M. (2021). I won't comply because it is a hoax: Conspiracy beliefs, lockdown compliance, and the importance of psychological flexibility. *Journal of Contextual Behavioral Science*, 20, 46–51. <https://doi.org/10.1016/j.jcbs.2021.03.001>
- Cookson, D., Jolley, D., Dempsey, R. C., & Povey, R. (2021). “If they believe, then so shall I”: Perceived beliefs of the in-group predict conspiracy theory belief. *Group Processes & Intergroup Relations*, 24(5), 759–782. <https://doi.org/10.1177/1368430221993907>
- Cruz Junior, G. (2019). Pós-verdade: a nova guerra contra os fatos em tempos de fake news. *ETD - Educação Temática Digital*, 21(1), 278–284. <https://doi.org/10.20396/etd.v21i1.8652833>
- Davis, J., Wetherell, G., & Henry, P. J. (2018). Social devaluation of African Americans and race-related conspiracy theories. *European Journal of Social Psychology*, 48(7), 999–1010. <https://doi.org/10.1002/ejsp.2531>
- Delcourt, L. (2016). Um TeaParty tropical: a ascensão de uma “nova direita” no Brasil. *Lutas Sociais*, 20(36), 126–139.

- Dentith, M. R. X., & Orr, M. (2017). *The philosophy of conspiracy theories*. Palgrave Macmillan.
- Dias, A. A. M. (2018). *Observando o ódio: Entre uma etnografia do neonazismo e a biografia de David Lane* [Tese de doutorado, Universidade Estadual de Campinas]. Repositório da Unicamp. <https://repositorio.unicamp.br/Acervo/Detalhe/1060866>
- Domingues, C. M. A. S., Fantinato, F. F. S. T., Duarte, E., & Garcia, L. P. (2019). Vacina Brasil e estratégias de formação e desenvolvimento em imunizações. *Epidemiologia E Serviços de Saúde*, 28, e20190223. <https://doi.org/10.5123/s1679-49742019000200024>
- Donvan, J., & Zucker, C. (2017). *Outra sintonia: a história do autismo*. — 1a ed. — São Paulo: Companhia das Letras, 2017.
- Douglas, K. M., & Sutton, R. M. (2018). Why conspiracy theories matter: A social psychological analysis. *European Review of Social Psychology*, 29(1), 256–298. <https://doi.org/10.1080/10463283.2018.1537428>
- Douglas, K. M., Sutton, R. M., Callan, M. J., Dawtry, R. J., & Harvey, A. J. (2015). Someone is pulling the strings: hypersensitive agency detection and belief in conspiracy theories. *Thinking & Reasoning*, 22(1), 57–77. <https://doi.org/10.1080/13546783.2015.1051586>
- Douglas, K. M., Uscinski, J. E., Sutton, R. M., Cichocka, A., Nefes, T., Ang, C. S., & Deravi, F. (2019). Understanding conspiracy theories. *Political Psychology*, 40(S1), 3-35. <https://doi.org/10.1111/pops.12568>
- Douglas, K., Sutton, R., & Cichocka, A. (2017). The Psychology of Conspiracy Theories. *Current Directions in Psychological Science*, 26(6), 538–542. <https://doi.org/10.1177/0963721417718261>

- Dredze, M., Broniatowski, D. A., & Hilyard, K. M. (2016). Zika vaccine misinformation: An analysis of Twitter trends. *Vaccine*, 34(30), 3441-3442. <https://doi.org/10.1016/j.vaccine.2016.05.008>
- Edwards, D. (2000). Extreme case formulations: Softeners, investment, and doing nonliteral. *Research on Language and Social Interaction*, 33(4), 347–373. https://doi.org/10.1207/S15327973RLSI3304_01
- Edwards, D., & Potter, J. (1992). *Discursive psychology*. SAGE.
- Egorova, M. S., Parshikova, O. V., Chertkova, Y. D., Staroverov, V. M., & Mitina, O. V. (2020). COVID-19: Belief in Conspiracy Theories and the Need for Quarantine. *Psychology in Russia-State of the Art*, 2–25. <https://doi.org/10.11621/pir.2020.0401>
- Enders, A. M., Uscinski, J. E., Klofstad, C., & Seelig, M. (2020). The relationship between social media use and beliefs in conspiracy theories and misinformation. *Political Behavior*, 42(4), 1073-1095. <https://doi.org/10.1007/s11109-021-09734-6>
- Enders, A. M., Uscinski, J. E., Klofstad, C., & Wuchty, S. (2021). The different forms of COVID-19 misinformation and their effects. *Journal of Politics*, 83(3), 000-000. <https://doi.org/10.37016/mr-2020-48>
- Faasse, K., Chatman, C. J., & Martin, L. R. (2016). A comparison of language use in pro- and anti-vaccination comments in response to a high profile Facebook post. *Vaccine*, 34(47), 5808–5814. <https://doi.org/10.1016/j.vaccine.2016.09.029>
- Fairclough, N. (2001). *Discurso e mudança social*. Editora Campus.
- Finkel, S. E. (1993). Reexamining the "minimal effects" model in recent presidential campaigns. *Journal of Politics*, 55(1), 1-21. <https://doi.org/10.2307/2132225>
- Foucault, M. (1972). *A arqueologia do saber*. Forense Universitária.

- Franks, B., Bangerter, A., Bauer M, W., Hall M., Noort M. C. (2017). Beyond “Monologicality”? Exploring Conspiracist Worldviews. *Frontiers in Psychology*, 8. <https://www.frontiersin.org/articles/10.3389/fpsyg.2017.00861>
- Furlan, L., & Caramelli, B. (2021). The regrettable story of the "Covid Kit" and the "Early Treatment of Covid-19" in Brazil. *Lancet Regional Health. Americas*, 4, 100089. <https://doi.org/10.1016/j.lana.2021.100089>
- Garcia, M., Cunha, S. E., & Oliveira, T. (2021). Regimes de verdade na pandemia de Covid-19: discursos científicos e desinformativos em disputa no YouTube. *Fronteiras – Estudos Midiáticos*, 23(2), 104–117. <https://doi.org/10.4013/fem.2021.232.08>
- Garfinkel, H. (1967). *Studies in ethnomethodology*. Prentice-Hall.
- Giacaglia, M. (2014). Universalismo e particularismo: Emancipação e democracia na teoria do discurso. In D. Mendonça & L. P. Rodrigues (Orgs.), *Pós-estruturalismo e teoria do discurso: Em torno de Ernesto Laclau* (pp. 93–108). ediPUCRS.
- Gill, R. (2002). Análise de discurso. In L. A. Minayo, M. C. S. Deslandes, M. C. A. Gomes, & A. L. F. Silva (Orgs.), *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: Um manual prático* (pp. 174–192). Editora Hucitec.
- Goertzel, T. (2010). Conspiracy theories in science. *EMBO Reports*, 11(7), 493–499. <https://doi.org/10.1038/embor.2010.84>
- Goldstein, J., & Rayner, J. (1994). The politics of identity in late modern society. *Theory and Society*, 23(3), 367–384. <https://www.jstor.org/stable/657948>
- Golec de Zavala, A., & Cichocka, A. (2012). Collective narcissism and anti-Semitism in Poland. *Group Processes & Intergroup Relations*, 15(2), 213-229. <https://doi.org/10.1177/1368430211420891>

- Goodman, S. (2017). How to conduct a discourse analysis: A guide for social scientists. Routledge. <https://www.lancaster.ac.uk/fass/journals/cadaad/wp-content/uploads/2017/12/09-Goodman.pdf>
- Grant, C. L., Stecula, D. A., & Lazarus, J. (2015). The role of conspiracy theories in predicting climate change beliefs. *Environmental Politics*, 24(4), 1-26.
- Grebe, E., & Nattrass, N. (2012). AIDS conspiracy beliefs and unsafe sex in Cape Town. *AIDS and Behavior*, 16(3), 761-773. <https://doi.org/10.1007/s10461-011-9958-2>
- Grzesiak-Feldman, M. (2013). The Effect of High-Anxiety Situations on Conspiracy Thinking. *Current Psychology*, 32(1), 100–118. <https://doi.org/10.1007/s12144-013-9165-6>
- Hall, J., & Hewitt, J. (1970). The quasi-theory of communication and the management of dissent. *Social Problems*, 18(1), 17-27. <https://doi.org/10.2307/799877>
- Harambam, J., & Aupers, S. (2017). "I am not a conspiracy theorist": Relational identifications in the Dutch conspiracy milieu. *Cultural Sociology*, 11(1), 113-129. <https://doi.org/10.1177/1749975516661959>
- Harré, R., & Gillet, G. (1994). *The discursive mind*. SAGE.
- Imhoff, R., & Lamberty, P. (2020). A Bioweapon or a Hoax? The Link Between Distinct Conspiracy Beliefs About the Coronavirus Disease (COVID-19) Outbreak and Pandemic Behavior. *Social Psychological and Personality Science*, 11(8), 1110–1118. <https://doi.org/10.1177/1948550620934692>
- Imhoff, R., & Lamberty, P. K. (2017). Too special to be duped: Need for uniqueness motivates conspiracy beliefs. *European Journal of Social Psychology*, 47(6), 724–734. <https://doi.org/10.1002/ejsp.2265>

- Jamieson, K. H., & Albarracín, D. (2020). The relation between media consumption and misinformation at the outset of the SARS-CoV-2 pandemic in the US. *Harvard Kennedy School Misinformation Review*, 1(3). <https://doi.org/10.37016/mr-2020-012>
- Jenkins, R. (2008). *Social identity* (3rd ed.). Routledge.
- Jolley, D., & Douglas, K. M. (2014). The effects of anti-vaccine conspiracy theories on vaccination intentions. *PLOS ONE*, 9(2), e89177. <https://doi.org/10.1371/journal.pone.0089177>
- Jost, J., Ledgerwood, A., & Hardin, CD. (2008). Shared reality, system justification, and the relational basis of ideological beliefs. *Social and Personality Psychology Compass*, 2, 171-186.
- Juanchich, M., Sirota, M., Jolles, D., & Whiley, L. A. (2021). Are COVID-19 conspiracies a threat to public health? Psychological characteristics and health protective behaviours of believers. *European Journal of Social Psychology*. <https://doi.org/10.1002/ejsp.2796>
- Keeley, B. L. (1999). Of conspiracy theories. *The Journal of Philosophy*, 96(3), 109–126.
- Khalil, O. A. K., da Silva Khalil, S., & Caetano Junior, E. (2021). Xenofobia: um velho sintoma de um novo Coronavírus. *Revista Thema*, 20, 132–142.
- Kitching, G. (1985). Nationalism: the instrumental passion. *Capital and Class*, 25, 98–116.
- Klapper, J. T. (1960). *The effects of mass communication*. Free Press.
- Kofta, M., Sedek, G., & Slawuta, P. N. (2011, July). Beliefs in Jewish conspiracy: The role of situation threats to ingroup power and positive image. Paper presented at the 34th International Society of Political Psychology (ISSP) conference, Istanbul, Turkey.
- Laclau, E. (2013). *A razão populista* (M. M. S. de Carvalho, Trad.). Editora Boitempo.

- Laclau, E., & Mouffe, C. (2015). *Hegemonia e estratégia socialista: por uma política democrática radical* (2ª ed., C. P. Rouanet, Trad.). São Paulo: Três Estrelas. (Obra original publicada em 1985)
- Lantian, A., Muller, D., Nurra, C., & Douglas, K. M. (2017). “I Know Things They Don’t Know!” *Social Psychology*, 48(3), 160–173. <https://doi.org/10.1027/1864-9335/a000306>
- Lasco, G. (2020). Medical populism and the COVID-19 pandemic. *Global Public Health*, 15(10), 1417–1429. <https://doi.org/10.1080/17441692.2020.1807581>
- Latkin, C. A., Dayton, L., Moran, M., Strickland, J. C., & Collins, K. (2021). Behavioral and psychosocial factors associated with COVID-19 skepticism in the United States. *Current Psychology*. <https://doi.org/10.1007/s12144-020-01211-3>
- Lazić, A., & Žeželj, I. (2021). A systematic review of narrative interventions: Lessons for countering anti-vaccination conspiracy theories and misinformation. *Public Understanding of Science*, 30(6), 644–670. <https://doi.org/10.1177/09636625211011881>
- Leibovitz, T., Shamblaw, A. L., Rumas, R., & Best, M. W. (2021). COVID-19 Conspiracy Beliefs: Relations with Anxiety, Quality of Life, and Schemas. *Personality and Individual Differences*, 110704. <https://doi.org/10.1016/j.paid.2021.110704>
- Leman P., & Cinnirella M. (2013). Beliefs in conspiracy theories and the need for cognitive closure. *Frontiers in Psychology*, 4. <https://www.frontiersin.org/articles/10.3389/fpsyg.2013.00378>
- Lessa, R. (2020). Homo Bolsonaro: de como nasceu e se criou o confuso e perigoso animal artificial que encarna momentos arcaicos da sociabilidade brasileira. *Serrote*, (número especial), 46–67.
- Lilla, M. (2018). *O progressista de ontem e o do amanhã: Desafios da democracia liberal no mundo pós-políticas identitárias*. Editora Record.

- Lima, C. M. A. de O. (2020). Information about the new coronavirus disease (COVID-19). *Radiologia Brasileira*, 53(2), V–VI. <https://doi.org/10.1590/0100-3984.2020.53.2e1>
- Locke, J. (2005). Segundo tratado sobre o governo civil (M. B. da Costa, Trad.). Martin Claret. (Obra original publicada em 1689)
- Lopes, F., Ramon, J., Lua, I., Fernanda, Fortes, J., Schneider, G., Félix, E., Braz, L., Verônica, S., Reis, A., Maria, T., Camargo, E. R., Oliveira, M., Craveiro, I., Maria, Amélia, I., Aparecida, C., Sousa, I., Cardoso, R., & Simão, M. (2021). Determinants of COVID-19 Vaccine Hesitancy in Portuguese-Speaking Countries: A Structural Equations Modeling Approach. 9(10), 1167–1167. <https://doi.org/10.3390/vaccines9101167>
- Loretto, L., Mastrangelo, G., Stepien, J., Grabowski, J., Meloni, R., Piu, D., Michalski, T., Waszak, P. M., Bellizzi, S., & Cegolon, L. (2021). Attitudes and Perceptions of Health Protection Measures Against the Spread of COVID-19 in Italy and Poland. *Frontiers in Psychology*, 12. <https://doi.org/10.3389/fpsyg.2021.805790>
- Maftai, A., & Holman, A.-C. (2020). Beliefs in conspiracy theories, intolerance of uncertainty, and moral disengagement during the coronavirus crisis. *Ethics & Behavior*, 1–11. <https://doi.org/10.1080/10508422.2020.1843171>
- Marques, M. D., Ling, M., Williams, M. N., Kerr, J. R., & McLennan, J. (2021). Australasian public awareness and belief in conspiracy theories: Motivational correlates. *Political Psychology*, 43(1). <https://doi.org/10.1111/pops.12746>
- Martins, L. F., Souza, F. R., & Freitas, J. M. (2024). requalify.ai (Version 0.1) [Online software]. Disponível em <https://requalify.ai>
- Mashuri, A., & Zaduqisti, E. (2014). We believe in your conspiracy if we distrust you: The role of intergroup distrust in structuring the effect of Islamic identification, competitive victimhood, and group incompatibility on belief in a conspiracy theory. *Journal of Tropical Psychology*, 4(11), 1–14. <https://doi.org/10.1017/jtp.2014.11>

- Mashuri, A., & Zaduqisti, E. (2015). The effect of intergroup threat and social identity salience on the belief in conspiracy theories over terrorism in Indonesia. *International Journal of Research Studies in Psychology*, 4(1), 63-77. <https://doi.org/10.21500/20112084.642>
- McGuire, W. J. (1986). The myth of massive media impact: Savagings and salvagings. In *Public communication and behavior* (Vol. 1, pp. 173-257). Academic Press.
- Mcintyre, Lee. (2018) *Post-truth*. Cambridge, MA: MIT Press.
- McKenzie-McHarg, A. (2018). Conspiracy theory: The nineteenth-century prehistory of a twentieth-century concept. In J. E. Uscinski (Ed.), *Conspiracy theories and the people who believe them* (pp. 62–81). New York, NY: Oxford University Press.
- McKenzie-McHarg, A., & Fredheim, R. (2017). What was conspiracy theory? A lexicographical analysis of historical usage. *Conspiracies and Conspiracy Theories in Early Modern Europe and America*, 71-94. Brill.
- Merquior, J. G. (1991). *O liberalismo – Antigo e moderno*. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira.
- Ministério da Saúde. (2024). Política Nacional de Vigilância em Saúde: prioridades e diretrizes para o Brasil. Brasília: Ministério da Saúde. Recuperado de <https://www.gov.br/saude/pt-br/composicao/svsa/pnvs>
- Moser, C., & Yared, P. (2021). Pandemic lockdown: The role of government commitment. *Review of Economic Dynamics*, 46, 27–50. <https://doi.org/10.1016/j.red.2021.08.001>
- Mota, C. (2023, June 28). “Somos sobreviventes do negacionismo”, diz diretora de sociedade científica. PT No Senado. <https://ptnosenado.org.br/somos-sobreviventes-do-negacionismo-diz-diretora-de-sociedade-cientifica/>

- Musolff, A. (2022). “World-beating” Pandemic Responses: Ironical, Sarcastic, and Satirical Use of War and Competition Metaphors in the Context of COVID-19 Pandemic. *Metaphor and Symbol*, 37(2), 76–87. <https://doi.org/10.1080/10926488.2021.1932505>
- Nascimento, L. C. do, Silva, T. C. da, Oliveira, D. P., & Silva, M. R. da. (2023). A pandemia muda o cotidiano e modos de viver: tecnossocialidade e experiências de usuários/famílias. *Revista Brasileira de Enfermagem*, 76(Suppl 1), e20220177. <https://doi.org/10.1590/0034-7167-2022-0177>
- Newman, D., Lewandowsky, S., & Mayo, R. (2022). Believing in nothing and believing in everything: The underlying cognitive paradox of anti-COVID-19 vaccine attitudes. *Personality and Individual Differences*, 189, 111522. <https://doi.org/10.1016/j.paid.2022.111522>
- Oliveira Filho, P. (2023). A Psicologia Social Discursiva. In A. R. R. Torres, M. E. O. Lima, E. M. Techio, & L. Camino (Orgs.), *Psicologia Social: Temas e Teorias* (3ª ed., pp. 307–333). Blucher.
- Oliveira Filho, P., Feitosa, G. G., & Silva, C. C. W. (2019). Petismo e antipetismo em relatos de simpatizantes da direita na internet. *Pesquisas e Práticas Psicossociais*, 14(2), 1–13. Recuperado de <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/ppp/v14n2/16.pdf>
- Oliveira, L. M. S., Gomes, N. P., Oliveira, E. S., Santos, A. A., & Pedreira, L. C. (2021). Estratégia de enfrentamento para covid-19 na atenção primária à saúde: relato de experiência em Salvador-BA. *SciELO Preprints*. <https://doi.org/10.1590/1983-1447.2021.20200138>
- Oliver, J. E., & Wood, T. J. (2014). Conspiracy theories and the paranoid style(s) of mass opinion. *American Journal of Political Science*, 58(4), 952–966. <https://doi.org/10.1111/ajps.12084>

- Orosz, G., Krekó, P., Paskuj, B., Tóth-Király, I., Bóthe, B., & Roland-Lévy, C. (2016). Changing Conspiracy Beliefs through Rationality and Ridiculing. *Frontiers in Psychology*, 7. <https://doi.org/10.3389/fpsyg.2016.01525>
- Orr, M., & Husting, G. (2018). Media marginalization of racial minorities: “Conspiracy theorists” in U.S. ghettos and on the “Arab Street”. In J. E. Uscinski (Ed.), *Conspiracy theories and the people who believe them* (pp. 82–93). Oxford University Press.
- Oxford University Press. (2024). Entry. In *Oxford English Dictionary*. Recuperado em 18 de julho de 2024, de <https://www.oed.com/>
- Page, M. J., et al. (2022). The PRISMA 2020 statement: An updated guideline for reporting systematic reviews. *Systematic Reviews*, 10(1), 89. <https://doi.org/10.1136/bmj.n71>
- Parsons, S., Simmons, W., Shinhoster, F., & Kilburn, J. (1999). A test of the grapevine: An empirical examination of the conspiracy theories among African Americans. *Sociological Spectrum*, 19(2), 201–222. <https://doi.org/10.1080/027321799280235>
- Passos, P. (2017). *Vozes a favor do golpe! O discurso anticomunista do IPES como materialidade de um projeto de classe* (Vol. 1).
- Paula, L. T. de, Silva, T. D. R. S. da, & Blanco, Y. A. (2018). Pós-verdade e Fontes de Informação: um estudo sobre fake news. *Revista Conhecimento Em Ação*, 3(1), 93–110. <https://doi.org/10.47681/rca.v3i1.16764>
- Pavela Banai, I., Banai, B., & Mikloušić, I. (2021). Beliefs in COVID-19 conspiracy theories, compliance with the preventive measures, and trust in government medical officials. *Current Psychology*. <https://doi.org/10.1007/s12144-021-01898-y>
- Peixoto, V. de M., Leal, J. G. R. P., & Marques, L. M. (2022, December 8). O impacto do bolsonarismo sobre a cobertura vacinal contra a COVID-19 nos municípios brasileiros. *Preprints.scielo.org*. <https://preprints.scielo.org/index.php/scielo/preprint/view/5027>

- Perelman, C., & Olbrechts-Tyteca, L. (2005). *Tratado da argumentação: A nova retórica* (M. Meyer, Pref.; M. B. C. Spink, Trad.). Martins Fontes. (Obra original publicada em 1958)
- Pomerantz, A. (1986). Extreme case formulations: A way of legitimizing claims. *Human Studies*, 9(2-3), 219–229. <https://doi.org/10.1007/BF00148128>
- Potter, J. (1998). *La representación de la realidad: Discurso, retórica y construcción social*. Paidós.
- Potter, J. (2012). *Discourse analysis and beyond: Theories and practices*. SAGE.
- Potter, J., & Wetherell, M. (1987). *Discourse and social psychology: Beyond attitudes and behaviour*. SAGE.
- Potter, J., Wetherell, M., & Chitty, A. (1991). Quantification rhetoric—Cancer on television. *Discourse & Society*, 2(3), 333–365. <https://doi.org/10.1177/0957926591002003005>
- Potter, J., Wetherell, M., Gill, R., & Edwards, D. (1990). Discourse: Noun, verb or social practice? *Philosophical Psychology*, 3(2-3), 205–217. <https://doi.org/10.1080/09515089008572999>
- Prichard, E. C., & Christman, S. D. (2020). Authoritarianism, Conspiracy Beliefs, Gender and COVID-19: Links Between Individual Differences and Concern About COVID-19, Mask Wearing Behaviors, and the Tendency to Blame China for the Virus. *Frontiers in Psychology*, 11. <https://doi.org/10.3389/fpsyg.2020.597671>
- Public Policy Polling. (2013, April 2). Conspiracy theory poll results. <https://www.publicpolicypolling.com/wp-content/uploads/2017/09/ConspiracyTheoryPollResults.pdf>

- Räikkä, J., & Basham, L. (2018). Conspiracy theory phobia. *Conspiracy Theories and the People Who Believe Them*, 178-186. Oxford University Press.
<https://doi.org/10.1093/oso/9780190844073.003.0011>
- Ramos, S. R. F., Braga Filho, R. A., Carvalho, M. A., Costa, D. D., Carvalho, L. A., & Almeida, M. T. C. (2023). Pandemia da Covid-19: um evento traumático para estudantes de Ciências Biológicas e da Saúde? *Revista Brasileira de Educação Médica*, 47(1), e036.
<https://doi.org/10.1590/1981-5271v47.1-20220172>
- Reicher, S. (2001). The psychology of crowd dynamics. In M. A. Hogg & S. Tindale (Eds.), *Blackwell handbook of social psychology: Group processes* (pp. 371–411). Blackwell.
- Reicher, S., & Hopkins, N. (2001). *Self and nation: Categorization, contestation and mobilization*. SAGE.
- Rezende, A., Gouveia, V., & Moizéis, H. (2021). Crenças em Teorias da Conspiração: uma aproximação desde a Psicologia Social. *Interação em Psicologia*, 25(1). doi:
<http://dx.doi.org/10.5380/riep.v25i1.61173>
- Romer, D., & Jamieson, K. H. (2020). Conspiracy theories as barriers to controlling the spread of COVID-19 in the U.S. *Social Science & Medicine*, 263, 113356.
<https://doi.org/10.1016/j.socscimed.2020.113356>
- Rousseau, J.-J. (1999). *O contrato social* (G. D. da Silva, Trad.). Martin Claret. (Obra original publicada em 1762)
- Rudloff, J. P., Hutmacher, F., & Appel, M. (2022). Beliefs About the Nature of Knowledge Shape Responses to the Pandemic: Epistemic Beliefs, the Dark Factor of Personality, and COVID-19-related Conspiracy Ideation and Behavior. *Journal of Personality*.
<https://doi.org/10.1111/jopy.12706>

- Rutjens, B. T., van der Linden, S., & van der Lee, R. (2021). Science skepticism in times of COVID-19. *Group Processes & Intergroup Relations*, 24(2), 276–283. <https://doi.org/10.1177/1368430220981415>
- Safatle, V. (2017). *Só mais um esforço*. São Paulo, Brasil: Três Estrelas.
- Santos, F., & Tanscheit, T. (2019). Quando velhos atores saem de cena: A ascensão da nova direita política no Brasil. *Revista Brasileira de Ciência Política*, (29), 89-128. <https://doi.org/10.7440/colombiaint99.2019.06>
- Schaffner, B. F. (2020). *Qanon and conspiracy beliefs*. ISD: Institute for Strategic Dialogue.
- Schöpfer, C., Abatista, A. G. F., Fuhrer, J., & Cova, F. (2023). “Where there are villains, there will be heroes”: Belief in conspiracy theories as an existential tool to fulfill need for meaning. *Personality and Individual Differences*, 200, 111900. <https://doi.org/10.1016/j.paid.2022.111900>
- Silva, G. M., Andrade, D. R., Pereira, M. C., & Lima, L. D. (2023). Desafios da imunização contra COVID-19 na saúde pública: das fake news à hesitação vacinal. *Ciência & Saúde Coletiva*, 28(3), 739–748. <https://doi.org/10.1590/1413-81232023283.09862022>
- Silva, R. da. (2021). Habilidades Sociais: uma reflexão sobre os efeitos do isolamento social na pandemia do COVID-19. *Conhecendo Online*, 7(1), 150–168. <https://conhecendoonline.emnuvens.com.br/revista/article/view/113>
- Snyder, T. (2015). *Black earth: The Holocaust as history and warning*. Tim Duggan Books.
- Sousa, R. S. de, & Torres, A. R. R. (2024). Teorias da conspiração e psicologia: uma revisão sistemática. *Psicologia Argumento*, 42(118). <https://doi.org/10.7213/psicolargum.42.118.AO15>

- Sousa, R. S., Filho, P. O., & Larrain, L. F. C. R. (2024). Adesão ao bolsonarismo: Dilemas, contradições e retórica em argumentos de seus militantes. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 44, e3270308. <https://doi.org/10.1590/1982-3703003270308>
- Šrol, J., Čavojová, V., & Ballová Mikušková, E. (2022). Finding Someone to Blame: The Link Between COVID-19 Conspiracy Beliefs, Prejudice, Support for Violence, and Other Negative Social Outcomes. *Frontiers in Psychology*, 12. <https://doi.org/10.3389/fpsyg.2021.726076>
- Stempel, C., Hargrove, T., & Stempel, G. H. (2007). Media use, social structure, and belief in 9/11 conspiracy theories. *Journalism & Mass Communication Quarterly*, 84(2), 353-372. <https://doi.org/10.1177/107769900708400210>
- Stokoe, E. H., & Sikveland, R. O. (2015). Identifying and responding to possible -isms in institutional encounters: Alignment, impartiality and the implications for communication training. *Journal of Pragmatics*, 113, 1–13. <https://doi.org/10.1177/0261927X15586572>
- Stroud, N. J., Thorson, E., & Young, D. (2017). Making sense of information and judging its credibility: Understanding and addressing the disinformation ecosystem. Annenberg Public Policy Center. <https://firstdraftnews.org/articles/understanding-disinformation/>
- Swami, V. (2012). Social psychological origins of conspiracy theories: The case of the Jewish conspiracy theory in Malaysia. *Frontiers in Psychology*, 3, 280. <https://doi.org/10.3389/fpsyg.2012.00280>
- Swami, V., Voracek, M., Stieger, S., Tran, U. S., & Furnham, A. (2014). Analytic thinking reduces belief in conspiracy theories. *Cognition*, 133(3), 572–585. <https://doi.org/10.1016/j.cognition.2014.08.006>

Swift (2013) Majority in US still believe JFK killed in a conspiracy. Available at: <http://www.gallup.com/poll/165893/majority-believe-jfk-killed-conspiracy.aspx> (accessed 15 November 2013).

Sy, A., & Lopresti, E. (2022). Entre los discursos de odio y el miedo: tirar el mal al otro lado de la frontera. *Ciênc. Saúde Colet.* (Impr.), 603–608. <https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/biblio-1356076>

Thomas, S. B., & Quinn, S. C. (1991). The Tuskegee Syphilis Study, 1932 to 1972: implications for HIV education and AIDS risk education programs in the black community. *American Journal of Public Health*, 81(11), 1498–1505. <https://doi.org/10.2105/aiph.81.11.1498>

Uscinski, J. E., & Parent, J. M. (2014). *American conspiracy theories*. New York, NY: Oxford University Press.

van Prooijen, J. W., & Acker, M. (2015). The Influence of Control on Belief in Conspiracy Theories: Conceptual and Applied Extensions. *Applied Cognitive Psychology*, 29(5), 753–761. <https://doi.org/10.1002/acp.3161>

van Prooijen, J. W., & Jostmann, N. B. (2012). Belief in conspiracy theories: The influence of uncertainty and perceived morality. *European Journal of Social Psychology*, 43(1), 109–115. <https://doi.org/10.1002/ejsp.1922>

van Prooijen, J. W., Douglas, K. M., & De Inocencio, C. (2017). Connecting the dots: Illusory pattern perception predicts belief in conspiracies and the supernatural. *European Journal of Social Psychology*, 48(3), 320–335. <https://doi.org/10.1002/ejsp.2331>

van Prooijen, J.-W., & Douglas, K. M. (2017). Conspiracy theories as part of history: The role of societal crisis situations. *Memory Studies*, 10(3), 323–333. <https://doi.org/10.1177/1750698017701615>

- van Prooijen, J.-W., Krouwel, A. P. M., & Pollet, T. V. (2015). Political extremism predicts belief in conspiracy theories. *Social Psychological and Personality Science*, 6(5), 570-578. <https://doi.org/10.1177/1948550614567356>
- Verzaro, M., & Hida, R. T. B. (2022). O alinhamento dos movimentos religiosos conservadores brasileiros com teorias da conspiração antivacina durante a pandemia do coronavírus / The alignment of Brazilian conservative religious movements with antivaccine conspiracy theories during the coronavirus pandemic. *Brazilian Journal of Development*, 8(4), 26182–26198. <https://doi.org/10.34117/bjdv8n4-227>
- Vitriol, J. A., & Marsh, J. K. (2018). The illusion of explanatory depth and endorsement of conspiracy beliefs. *European Journal of Social Psychology*, 48(7), 955–969. <https://doi.org/10.1002/ejsp.2504>
- Waisbord, S. (2020). Fake health news in the new regime of truth and (mis)information. *Revista Eletrônica de Comunicação, Informação & Inovação em Saúde*, 14(1). <https://doi.org/10.29397/reciis.v14i1.1953>
- Wang, X., Zuo, S.-J., Chan, H.-W., Chiu, C. P.-Y., & Hong, Y. (2021). COVID-19-related conspiracy theories in China. *Journal of Pacific Rim Psychology*, 15, 183449092110349. <https://doi.org/10.1177/18344909211034928>
- Wang, Y., McKee, M., Torbica, A., & Stuckler, D. (2019). Systematic literature review on the spread of health-related misinformation on social media. *Social Science & Medicine*, 240, 112552. <https://doi.org/10.1016/j.socscimed.2019.112552>
- Wermuth, D., Nielsson, J. G., & Tertuliano, G. C. (2021). “O Brasil ainda é um imenso hospital”: Movimentos higienistas e antivacina no Brasil – Da incipiente República à contemporaneidade. *Revista Acadêmica de Faculdade de Direito do Recife*, 93(1), 350–350. <https://doi.org/10.51359/2448-2307.2021.249745>

- Wetherell, M. (2008). Subjectivity or psycho-discursive practices? Investigating complex intersectional identities. *Subjectivity*, 22(1), 73–81. <https://doi.org/10.1057/sub.2008.7>
- Wetherell, M. (2012). *Affect and emotion: A new social science understanding*. SAGE.
- Wetherell, M. (2014). Trends in the turn to affect. *Body & Society*, 21(2), 139–166. <https://doi.org/10.1177/1357034x14539020>
- Wetherell, M., & Edley, N. (1999). Negotiating hegemonic masculinity: Imaginary positions and psycho-discursive practices. *Feminism & Psychology*, 9(3), 335–356. <https://doi.org/10.1177/0959353599009003012>
- Wetherell, M., & Potter, J. (1992). *Mapping the language of racism: Discourse and the legitimization of exploitation*. Harvester Wheatsheaf.
- Whitehead, K. A. (2015). Everyday antiracism in action: Preference organization in responses to racism. *Journal of Language and Social Psychology*, 34(4), 394–414. <https://doi.org/10.1177/0261927X15586433>
- Wolter, R. M. C. P., Oliveira, F. da C., Peixoto, A. R. S., Santin, T. R., Gomes, A. M. T., Dutra, J. O., Reis, A. C. L. O., & Silva Pinto, H. M. S. e. (2022). Boatos em forma de fake news na pandemia da Covid-19: teorias da conspiração, verdades alternativas e conselhos bondosos. *Estudos De Psicologia (Natal)*, 26(2), 207–218. <https://doi.org/10.22491/1678-4669.20210020>
- Wood, M. J., & Douglas, K. M. (2015). Online communication as a window to conspiracist worldviews. *Frontiers in Psychology*, 6. <https://doi.org/10.3389/fpsyg.2015.00836>
- Wood, M. J., Douglas, K. M., & Sutton, R. M. (2012). Dead and alive: Beliefs in contradictory conspiracy theories. *Social Psychological and Personality Science*, 3(6), 767–773. <https://doi.org/10.1177/1948550611434786>

- Xiao, X., Borah, P., & Su, Y. (2021). The dangers of blind trust: Examining the interplay among social media news use, misinformation identification, and news trust on conspiracy beliefs. *Public Understanding of Science*, 30(8), 096366252199802. <https://doi.org/10.1177/0963662521998025>
- Yamakawa, E. K., Kubota, F. I., Beuren, F. H., Scalvenzi, L., & Miguel, P. A. C.. (2014). Comparativo dos softwares de gerenciamento de referências bibliográficas: Mendeley, EndNote e Zotero. *Transinformação*, 26(2), 167–176. <https://doi.org/10.1590/0103-37862014000200006>
- Zanello, V., & Gomes, T. (2011). Xingamentos masculinos: a falência da virilidade e da produtividade. *Caderno Espaço Feminino*, 23(1/2). Recuperado de <https://seer.ufu.br/index.php/neguem/article/view/7615>
- Zhai, Y., & Yan, Z. (2022). Political Ideology, Ingroup Favoritism, and Conspiratorial Thinking: Patriotism, Nationalism, and COVID-19 Conspiracy Theories. *Psychological Reports*, 003329412210797. <https://doi.org/10.1177/00332941221079727>

APÊNDICES

Apêndice A – *Input* inicial para a criação do projeto

O objetivo deste trabalho é identificar e analisar os argumentos utilizados pelos usuários do twitter durante a pandemia de COVID-19 referente a vacinação e aos seus efeitos na rede social “X” (antigo twitter). Nos interessa observar como descrições, argumentações e artifícios retóricos dos mais variados são mobilizados para persuadir os seus leitores na recusa a vacinação com argumentos favoráveis ou desfavoráveis a adesão a tomar a vacina e/ou a adotar comportamentos protetivos.

Apêndice B – “Q&A” - Conversar com o projeto

Questões feitas na interação com o requalify.ai

Quais são as Teorias da Conspiração sobre a vacinação que aparecem nas mensagens?

Quais são os relatos pessoais sobre os métodos de tratamento e vacinas do COVID-19?

Quais são as mensagens que mencionam as vacinas estrangeiras?

Quais são os efeitos negativos da vacinação?

Quais são mensagens sobre a produção das vacinas?

Quais são os comentários sobre os tipos de reação das vacinas?